



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

OS CONSTITUINTES DE 1947

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – MALCE

DEPUTADO PONTES NETO

Osmar Maia Diógenes

Organizador

(Pesquisa e Contextualização)

OS CONSTITUINTES DE 1947

3ª Edição

Revista e Atualizada



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza

2017

Copyright: © 2017 by INESP

Coordenação editorial: George Valentim

Organização, pesquisa e texto: Osmar Diógenes

Pesquisa, digitação, diagramação, projeto gráfico, edição de texto e revisão:
Ma. Teresa Diógenes

Assessoria de pesquisa: Diego Morais, Ivana Costa e Venúcia Ribeiro

Assessoria de digitação: Fernanda Maciel

Assessoria de revisão: Rubens Airton Rocha e Thadeu Nobre

Revisão final: Osmar Diógenes

Projeto gráfico de capa: José Gotardo Filho

Impressão e acabamento: INESP

Fotografias cedidas pelos parlamentares e/ou familiares; Coordenadoria de
Comunicação Social e Setor de Arquivo da Assembleia Legislativa

C387c Ceará. Assembleia Legislativa. Memorial Pontes Neto - MALCE
Os constituintes de 1947 / Organizador, pesquisa e contextualização Osmar Maia Diógenes. 3. edição revista e atualizada. - Fortaleza: INESP, 2017.
190 p. il., retrs.

ISBN: 978-85-7973-080-1

1. Deputado Estadual, Biografia, Ceará. 2. Ceará, Assembleia Legislativa. I. Diógenes, Osmar Maia. II. Título.

CDDdir- 923.28131

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 – Ed. Senador César Cals, 1º andar

Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900

Tel: (85) 3277 3701 – Fax: (85) 3277 3707

www.al.ce.gov.br/inesp e-mail: inesp@al.ce.gov.br

MEMORIAL DEPUTADO PONTES NETO

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 - sala 115

Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900

Tel: (85) 3277 3727 – 3277 3700

e-mail: memorial@al.ce.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

29ª Legislatura
Mesa Diretora
2017–2018

Deputado José Albuquerque
Presidente

Deputado Tin Gomes
1º Vice-presidente

Deputado Manoel Duca
2º Vice-presidente

Deputado Audic Mota
1º Secretário

Deputado João Jaime
2º Secretário

Deputado Júlio César Filho
3º Secretário

Deputada Augusta Brito
4ª Secretária



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Malce

MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – MALCE

Presidência: Osmar Maia Diógenes

Curadoria: Marinez Alves

Coordenadoria Administrativa: Martha Abreu

Assessoria Executiva: Venússia Ribeiro

Assessoria de Imprensa e Marketing: Edna Pontes e Fernanda Maciel

Preservação, Restauração e Manutenção: Edwiges Pinheiro Ximenes

Apoio Administrativo:

Edna Camarço

Lígia Castelo Branco

Coordenadoria de Pesquisa: Maria Teresa Diógenes

Assessoria de Pesquisa Histórica:

Carlos Pontes

Diego Morais

John Alves

Produção Audiovisual: Thadeu Nobre

Coordenadoria do Setor Educativo: Socorro Medeiros

Assessoria do Setor Educativo:

Cléa Menezes

Germana Pontes

Ivana Costa

Rubens Rocha

Coordenadoria de Mediação: Maria Teresa Diógenes

Mediadores:

Ariadna Carvalho

Luiz Otávio Maia

Eveline Freitas

Rodolfo Farias

Estagiários:

Angelina Pontes

Vanessa Veras

Juliane Moraes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
HOMENAGEM ESPECIAL DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	13
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO.....	19
A CONSTITUINTE DE 1947.....	29
RELATÓRIO DA ELEIÇÃO DE 1947	31
ACTA DA SEGUNDA SESSÃO PREPARATÓRIA E DA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DO CEARÁ, EM FORTALEZA, 25 DE FEVEREIRO DE 1947.....	39
MESA DIRETORA	45
HISTÓRICO DA MESA DIRETORA CONSTITUINTE DE 1947	47
JOAQUIM BASTOS GONÇALVES	49
JOÃO AMADEU FURTADO.....	52
JOSÉ CRISPINO.....	54
JOSÉ NAPOLEÃO DE ARAÚJO.....	56
GRIJALVA FERREIRA DA COSTA	58
MÁRIO DA SILVA LEAL.....	60
AUGUSTO TAVARES DE SÁ E BENEVIDES	62
LÍDERES PARTIDÁRIOS.....	65
WALTER DE SÁ CAVALCANTE.....	67
ANTÔNIO PERILO DE SOUZA TEIXEIRA.....	71
ÁLVARO LINS CAVALCANTE.....	75
JOSÉ PONTES NETO	77
RAIMUNDO ARISTIDES RIBEIRO	80
PARLAMENTARES	85
ADAHIL BARRETO CAVALCANTE	87
ADEMAR DO NASCIMENTO FERNANDES TÁVORA	91
ALMIR DOS SANTOS PINTO.....	94
ANTÔNIO BARROS DOS SANTOS	97
ANTÔNIO DE CARVALHO ROCHA	100
FRANCISCO FERREIRA DA PONTE	102
FRANCISCO SILVEIRA AGUIAR	104
FRANKLIN GONDIM CHAVES.....	106
HILDEBERTO BARROSO	109

JOAQUIM FIGUEIREDO CORREIA	110
JOEL MARQUES	112
JOSÉ ARISTÓTELES GONDIM	114
JOSÉ ERETIDES MARTINS.....	116
JOSÉ FILOMENO FERREIRA GOMES	118
JOSÉ MARINHO DE VASCONCELOS	120
JOSÉ PARSIFAL BARROSO.....	122
JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO	125
JOSÉ WALDEMAR DE ALCÂNTARA E SILVA.....	128
MANOEL CARLOS DE GOUVEIA.....	132
MANOEL CASTRO FILHO.....	134
MANOEL VILEBALDO FROTA AGUIAR	136
MANUEL GOMES DE FREITAS.....	139
MANUEL GOMES SALES	141
MURILO ROCHA AGUIAR.....	143
OZÍRES PONTES	145
PAULO DE ALMEIDA SANFORD.....	147
PERICLES MOREIRA DA ROCHA.....	149
RAIMUNDO DE QUEIROZ FERREIRA	151
RAIMUNDO RENATO DE ALMEIDA BRAGA	153
SEBASTIÃO CAVALCANTE	158
VICENTE FERRER AUGUSTO LIMA.....	160
WALDERY MAGALHÃES UCHOA	162
WILSON GONÇALVES.....	166
SUPLENTES	171
ALFREDO BARREIRA FILHO	173
ARTUR PEREIRA DE SOUZA.....	175
EDSON DA MOTA CORRÊA.....	177
FRANCISCO DE ASSIS DE ARRUDA FURTADO	179
HONÓRIO CORREIA PINTO.....	183
BIBLIOGRAFIA.....	185

APRESENTAÇÃO

Os registros ora postos a público pelo Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará – Malce, e editados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, têm como foco os Constituintes de 1947. Somam-se a três dezenas de obras já publicadas sobre a matéria, e autorizadas por pesquisas em autores consagrados na historiografia cearense, que resguardaram à posteridade homens, datas e fatos constitutivos de nossa brasilidade, desde a instalação dos Conselhos Provinciais em 1829, aos nossos dias.

Trata-se assim de mais um compêndio de grande interesse, pois a representação social da Assembleia Legislativa é o reflexo da sociedade cearense de ilustres homens públicos que compuseram os seus quadros ao curso do tempo. Louvem-se, pois, os ingentes esforços de todos quantos compõem o Memorial, empenhados em bem preservar a nossa memória legislativa.

Entre atividades diversas desenvolvidas pelo Memorial, tivemos o prazer de reestruturar o projeto *O Parlamento e sua História*, que se traduz numa interação permanente da Casa com alunos da rede de escolas públicas e privadas. Esses jovens passam a conhecer de perto a dinâmica dos trabalhos legislativos e suas dependências físicas, principalmente o plenário, onde se realizam as sessões da Casa. Visitam a exposição permanente do Memorial, sendo guiados por mediadores, encerrando-a com uma palestra ilustrativa oferecida por um deputado sobre a importância do Legislativo no contexto político do Estado.

No período de nossa administração, dezenove mil alunos já foram recebidos fraternalmente nesta Casa, voltando às suas escolas com uma visão esclarecedora

acerca do Poder Legislativo estadual e conhecimentos básicos do que somos, e qual a nossa missão política.

Esperamos que as obras publicadas pelo Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará venham realmente oferecer a todos que nos visitam um melhor nível de conhecimento e juízo sobre a importante função pública da Assembleia Legislativa.

Deputado José Albuquerque

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

DEPUTADO AROLDO MOTA, PRESENTE!

O Ceará e, principalmente, as letras jurídicas cearenses, acaba de perder um de seus luminares. Partiu José Aroldo Cavalcante Mota, advogado, político, escritor, personagem e divulgador da história de nosso Estado.

Nascido em 1933, no distrito de Marruás, em Tauá, Aroldo descendia de Aureliano Cavalcante Mota, um dos principais povoadores dos Inhamuns, no último quartel do século dezenove e primórdios do século vinte, patriarca de prole imensa, hoje espalhada por todo o país. Desse tronco genético, de que também sou advindo, o Ceará e, sobretudo a nossa região, deve a intensificação das atividades agropastoris com grandes resultados para a economia do Oeste cearense.

Aroldo Mota foi dotado de inteligência superior, revelada desde a infância e, salutarmente apoiada pela família, de quem sempre recebeu o estímulo necessário e as condições fundamentais para o seu desenvolvimento.

Órfão da mãe, Luzia Sobreira de Oliveira, muito cedo, acompanhou o pai em seus deslocamentos, pois o boiadeiro Ataciso, por necessidade profissional, morou em vários lugares e viajou muito do Ceará para o Piauí, comprando e vendendo gado, atividade em que alcançou grande destaque e com que garantia o sustento da família.

O jovem Aroldo, no afã de frequentar escolas que lhe assegurassem um futuro luminoso, estudou em Boa Viagem, Crato, Mossoró, antes de se transferir para Fortaleza e aqui ser aluno do Colégio Cearense, do Colégio São João e do Liceu do Ceará.

O curso de Direito foi feito em Fortaleza, Salvador e concluído no Rio de Janeiro.

Por onde passou, revelou-se um líder, participando de entidades estudantis estaduais e até nacionais, como a União Nacional dos Estudantes - UNE, da qual foi tesoureiro.

Casado com d. Francinilda e pai de Márjorie Luzia, Desirée e Adriano, era um chefe de família amoroso e dedicado, com quem

a esposa e os descendentes sempre contaram em todos os momentos da vida.

Quando, jovem advogado, participava do tribunal do júri, abalava Tauá e as cidades vizinhas com o desempenho magistral de sua oratória, sobretudo quando exercia a defesa de causas muitas vezes consideradas perdidas e que, com grande destreza retórica, conseguia vencer. Ficou na história de nossa região sua imensa capacidade de argumentar em favor de seus constituintes, levando quase sempre a palma da vitória em todos os embates no júri popular.

Candidato em duas ocasiões à Assembleia Legislativa, embora não tenha obtido eleição, ficou em boa suplência, vindo a ocupar o mandato de deputado estadual em duas legislaturas.

Orador veemente e questionador, trouxe para a tribuna da Casa do Povo a discussão das necessidades prioritárias de nosso Estado e criticou acerbamente a negligência e a inoperância dos governos, cobrando deles ação política e responsabilidade social.

Corajoso e franco, costumava dizer sem titubear o que sentia, com aquela tradicional valentia dos Inhamuns e, por agir assim, era por todos respeitado, até mesmo pelos adversários.

Como advogado, praticamente foi o pioneiro no Ceará em Direito Eleitoral e, nessa especialidade, uma referência de conhecimento e atuação, sendo consultado por quem tivesse qualquer dúvida a dirimir ou carecesse de uma orientação abalizada e honesta.

Como pesquisador de nossa história política ninguém o igualou no ofício de resgatar, com riqueza de detalhes e vasta apreciação documental, a trajetória da atividade pública cearense. Produziu muitos volumes da história política republicana do Ceará, granjeando um alto conceito como historiador, ao ponto de ser eleito, em 1997, para ocupar uma cadeira no Instituto do Ceará, a mais antiga entidade cultural de nosso Estado, fundado que foi em 1887.

Aroldo Mota, de quem tenho o orgulho de ser do mesmo sangue e da mesma sesmaria dos Inhamuns, foi um homem que não passou pela vida inutilmente, pois empregou sua inteligência em serviço de sua terra e de sua gente, num compromisso altaneiro de civismo.

Foi corajoso sem ser arrogante. Foi leal sem ser submisso. Foi simples sem ser banal.

Por isso, há de ficar na história e no sentimento de seus conterrâneos, como um exemplo verdadeiro de cidadania.

A Assembleia Legislativa, por proposição de minha autoria, está criando a *Comenda Deputado Aroldo Mota*, que deverá laurear personalidades da advocacia eleitoral e membros da Justiça Eleitoral. Uma justa homenagem a quem fez por merecer a gratidão do povo cearense.

Na chamada de nossa saudade, esse ilustre homem público permanece vivo: **Deputado Aroldo Mota!**

E a história responde: **Presente!**

Deputado Audic Mota

Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PREFÁCIO

O Memorial Pontes Neto, por intermédio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, fruto de mais um trabalho da lavra do nosso pesquisador maior Dr. Osmar Diógenes, presidente do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, nos brinda com 2ª edição de *Os Constituintes de 1947*, obra fundamental sobre a história da redemocratização do nosso estado, pós Estado Novo, onde vigorou a Constituição “Polaca”, pois inspirada na Constituição da Polônia, de cunho eminentemente ditatorial e centralizador.

Aquela Constituição de 1937 extinguiu os partidos políticos sob a justificativa de que era preciso um “contato direto com as massas”, pois como asseverava em seu preâmbulo “o sistema eleitoral então vigente, inadequado às condições da vida nacional, baseado em artificiosas combinações de caráter jurídico e formal, fomentava a proliferação de partidos, com o fito único e exclusivo de dar às candidaturas e cargos eletivos a aparência de legitimidade” (**situação que muito se assemelha aos dias atuais, onde a maioria dos partidos políticos são simples siglas de aluguel**); “e que o novo regime fundado em nome da Nação para atender às suas aspirações e necessidades, deve estar em contato direto com o povo, sobreposto às lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente da consulta de agrupamentos, partidos ou organizações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público” (sublinhamos).

Getúlio nem ao menos aceitava a tese do partido único e dizia: “*Não devemos ter ilusões. Dados os nossos costumes e o baixo nível de nossa cultura política, viciada pelas práticas oligárquicas e personalistas, esse partido único logo começará a subdividir-se em facções e a agitar e conturbar inutilmente a vida do país*”.

Sob aquela constituição fascista queimaram as bandeiras dos estados federados, os quais foram proibidos de terem bandeira e os demais símbolos estaduais. O Estado Novo não admitia qualquer demonstração de regionalismo, tanto que Getúlio apregoou em 1939: “*Não temos mais problemas regionais; todos são nacionais, e interessam ao Brasil inteiro*”.

Finalmente, o cerceamento indiscutível das garantias e direitos individuais durante a vigência da Constituição de 1937, fica nos anais da história pátria na afirmação ditatorial getuliana: “*O Estado Novo não reconhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses, garante os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela*”.

Com a Constituição Libertadora de 1946, que deu origem à Constituinte de 1947 em nosso Estado, pois o Brasil sendo uma República Federativa, cada Estado, observando o princípio da Simetria Constitucional para com a Constituição Federal, edita a sua própria Constituição, foram reinstaurados e acrescentados direitos aos cidadãos.

Podemos citar o asseguramento dos direitos básicos de liberdade, propriedade, segurança individual, livre expressão, inviolabilidade do sigilo de correspondências, livre associação, quando lícitos os fins, cidadania protegida independente de convicções políticas, filosóficas e religiosas.

Outra importante conquista foi o reequilíbrio dos poderes, o retorno das eleições diretas para presidentes e governadores e respectivos vices, de maneira independente, deputados federais, senadores e **Assembleias Legislativas**. O federalismo foi fortalecido, com cada Estado podendo escolher símbolos específicos, como hino, bandeira, brasão.

Portanto, foram esses Constituintes de 1947 – que ora destacamos em obra reeditada e atualizada, em data tão oportuna (completamos nestes 2017 os 70 anos de sua instalação) – os responsáveis por singular atuação política para a história do nosso Estado e do Brasil, com a nobre missão de reinstitucionalizar, formalmente, a democracia em nosso Ceará. A todos eles o nosso profundo respeito a nossa maior gratidão.

Roberto César de Albuquerque Mendonça

Chefe de Gabinete da Presidência da
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

INTRODUÇÃO

A República em 1889 ensejou ao país uma carta constitucional lastreada em princípios liberais democráticos. Até então, o Brasil espelhava a prática da primeira constituição brasileira, a Carta de Lei, de 25 de março de 1824, oferecida à nação pelo Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, Dom Pedro I. Foram então instaladas nas províncias, conselhos legislativos.

Em 1834, com a lei denominada Ato Adicional, de 12 de agosto, da autoria do padre Antônio Diogo Feijó – e que recebeu do Conselheiro Sousa Dantas a denominação de “Carta de liberdade das províncias” –, os Conselhos Municipais passaram a denominar-se Assembleias Provinciais, para cuja formação foi realizada eleição aos cargos eletivos. A Assembleia Provincial do Ceará foi instalada em 7 de abril de 1835 pelo presidente da Província, senador José Martiniano de Alencar, em uma casa situada na praça da Sé.

Vejamos alguns tópicos constitucionais tratados no Ato Aditivo de 1834:

Reza o artigo 1º: “O direito reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição será exercitado pelas comarcas dos districtos e pelas assembleias; que substituindo nos conselhos geraes, se estabelecerão em todas as províncias com o título de Assembleas Legislativas Provinciaes. A autoridade da assembleia legislativa da Província em que estiver a côrte não comprehenderá a mesma côrte, nem o seu município”.

O artigo 2º estatui o número de deputados nas assembleias, cabendo ao Ceará o número de 28 representantes, que poderia ser alterado por lei geral.

O artigo 3º trata da organização de uma segunda câmara legislativa; o 4º, da eleição dos deputados, o 5º refere às reuniões e o 6º à composição da Mesa.

Vejamos o que anota o artigo 7º: “Todos os annos haverá sessão que durará dous meses, podendo ser prorrogada quando o julgar conveniente o Presidente da Província”.

O artigo 8º define os ritos da abertura anual, enquanto, do 9º ao 20, são especificados as atribuições privativas e a maneira de processar a sanção ou veto de lei.

O artigo 21 refere-se às imunidades, e o 22 aos subsídios, enquanto o 23 trata dos deputados funcionários públicos, versando sobre a opção de vencimentos. O artigo 24 refere-se às convocações extraordinárias e o 25 trata das dúvidas na interpretação das leis.

A prática do que foi instituído pelo Ato Adicional promoveu uma verdadeira corrida de candidatos à Assembleia Legislativa, inscrevendo-se um total de 138. O colégio eleitoral reuniu-se a 8 de dezembro de 1834. Às cinco horas do mesmo dia aconteceu a apuração das listas de candidatos eleitos pela mesa apuradora composta pelas figuras de: José Ferreira Lima Sucupira, Presidente; José Barbosa, Secretário; Antônio Luís da Silva Viana, também secretário; padre Domingos Carneiro de Saboya e Manuel José de Vasconcelos, designados como escrutinadores. Ainda sem regimento interno para orientar as primeiras ações, valeram-se da lei de 27 de agosto de 1828 dos Conselhos Provinciais.

Procedeu-se então a um alistamento eleitoral no Estado, num total de 41.109 eleitores.

A Constituição de 1824 atravessou o primeiro e o segundo reinados até 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República. A primeira constituição foi promulgada em 1891. Dessa data até a instalação da constituinte de 1947, o Brasil conviveu com as constituições de 1934 e 1937. No período, contou com várias eleições merecendo foco especial as de 1933, 1934, 1945 e 1947.

Como Constituinte na acepção plena da palavra, isto é, por terem elaborado constituições integralmente, podem ser citadas, no regime republicano, as Assembleias em 1891, 1892, 1935 e a constituição de 1947.

No ano de 1945, a movimentação política do Brasil dava largos passos em favor do fim do regime estadonovista. Já no ano de 1943, um grupo de empresários e políticos mi-

neiros criticava o governo ditatorial e exigiam o retorno às práticas democráticas. Em fevereiro de 1945, Vargas anunciou uma reforma constitucional que aprovava a realização de novas eleições. Em pouco tempo, surgiram cerca de doze agremiações partidárias que atuariam no novo pleito. Entre elas, destacamos o Partido Social Democrático (PSD), formado por lideranças ligadas ao próprio Estado Novo; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que mobilizava os sindicatos aliados à Vargas; e a União Democrática Nacional (UDN), composta por empresários que se opunham à Vargas.

Mesmo tomando tais ações, as suspeitas de que Getúlio Vargas organizaria um novo golpe eram fortíssimas. Vale lembrar que, nessa mesma época, o chamado “Movimento Queremista” realizava manifestações defendendo a permanência de Vargas na presidência. Apesar do apoio, os militares da época mobilizaram-se para depor Getúlio Vargas e garantir que as eleições seguissem seu fluxo normal. Nessa disputa tivemos três candidatos: o general Eurico Gaspar Dutra, representante da coligação PSD-PTB; o brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela UDN; e Yeddo Fiúza, que demarcava politicamente o retorno do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à legalidade. Apesar de estar fora do pleito, Vargas foi uma figura preponderante para que Eurico Gaspar Dutra assumisse o posto de favorito na disputa. Essa era, portanto, a conjuntura política nacional no pós-45.

Uma nova constituição Estadual foi promulgada em 1947, assegurando 45 vagas para deputados no legislativo cearense, com mandato de 4 anos. Para o pleito de 1947, aconteceram eleições em 19 de janeiro, observando-se o seguinte desempenho partidário e manifestações do eleitorado. Nesse pleito, contavam-se 280.527 votantes, representando 1.418 seções eleitorais, com 274.922 votos apurados, no que resultou em 6.109 votos como quociente eleitoral.

Para a disputa do pleito, inscreveram-se seis partidos: Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Progressista (PSP), Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido de Representação Popu-

lar (PRP) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O resultado final na apuração é o que segue abaixo:

O PSD obteve 104.163 votos e ficou com 19 vagas, A UDN obteve 100.582 votos, com 16 vagas, votaram em candidatos do PSP 43.369 eleitores e o partido assegurou sete vagas, o PCB obteve 12.407 votos, tendo direito a 2 vagas, o PRP obteve 6.700 votos e ficou com apenas 1 vaga e, por fim, o PTB obteve 2.621 votos e não elegeu representante.

O candidato mais votado do PSD foi José Valdemar de Alcântara e Silva, a última vaga ficou com José Aristóteles Gondim; A UDN teve na figura de Antônio Perilo de Sousa Teixeira o candidato mais votado e Augusto Tavares de Sá Benevides como o menos votado; o PSP elegeu em 1º lugar o deputado Joaquim Bastos Gonçalves e a última vaga devida a Francisco Silveira Aguiar; o PCB elegeu em primeiro o deputado José Pontes Neto, e José Marinho de Vasconcelos; o PRP elegeu apenas um único deputado, Raimundo Aristides Ribeiro. Como dito anteriormente, o PTB não elegeu deputado.

DEPUTADO	PARTIDO	VOTOS
José Waldemar de Alcântara e Silva	PSD	5.375
Antônio Perilo de Souza Teixeira	UDN	4.368
Adahil Barreto Cavalcante	UDN	4.321
Murilo Rocha Aguiar	UDN	4.300
José Pontes Neto	PCB	4.295
Walter de Sá Cavalcante	PSD	4.277
Franklin Gondim Chaves	PSD	4.127
Manuel Gomes Sales	UDN	3.986
Joel Marques	PSD	3.809
José Parsifal Barroso	PSD	3.778
Joaquim Bastos Gonçalves	PSP	3.632
Paulo de Almeida Sanford	PSD	3.610
Vicente Férrer de Augusto Lima	PSD	3.538
Antônio de Carvalho Rocha	PSP	3.528

DEPUTADO	PARTIDO	VOTOS
José Ramos Torres de Melo	UDN	3.505
José Filomeno Ferreira Gomes	PSD	3.427
Raimundo Renato de Almeida Braga	PSD	3.379
Almir dos Santos Pinto	PSD	3.356
Antônio Barros dos Santos	UDN	3.339
Manuel Vilebaldo Frota Aguiar	UDN	3.220
Ozires Pontes	PSD	3.201
Manoel Carlos de Gouveia	PSD	3.191
Wilson Gonçalves	PSD	3.182
José Eretides Martins	UDN	3.137
Joaquim Figueiredo Correia	PSD	3.130
Mário da Silva Leal	UDN	3.054
Waldery Magalhães Uchoa	PSD	3.044
Manoel de Castro Filho	UDN	3.041
Ademar do Nascimento Fernandes Távora	UDN	3.016
Manuel Gomes de Freitas	PSP	3.004
Grijalva Ferreira da Costa	UDN	2.974
Álvaro Lins Cavalcante	PSP	2.898
Francisco Ferreira da Ponte	PSD	2.849
Sebastião Cavalcante	UDN	2.792
José Napoleão de Araújo	UDN	2.781
João Amadeu Furtado	UDN	2.769
Hildeberto Barroso	PSD	2.765
José Crispino	PSP	2.603
Pérciles Moreira da Rocha	PSP	2.599
Augusto Tavares de Sá e Benevides	UDN	2.566
Raimundo de Queiroz Ferreira	PSD	2.402
José Aristóteles Gondim	PSD	2.397
Francisco Silveira Aguiar	PSP	2.089
Raimundo Aristides Ribeiro	PRP	1.280
José Marinho de Vasconcelos	PCB	876

Transcrevemos o resultado das eleições municipais de 7 de dezembro de 1947. Foram eleitos:

MUNICÍPIO	CANDIDATO	VOTOS
ACARAÚ	MANOEL DUCA DA SILVEIRA	4.354
ACOPIARA	CELSO DE OLIVEIRA CASTRO	1.191
ANACETABA	ANTONIO CLODOALDO ALCÂNTARA E SILVA	3.002
AQUIRAZ	ABDON CORREIA LIMA	154
ARACATI	FRANCISCO SABOIA BARBOSA	2.290
ARACOIABA	ARISTIDES DE CASTRO E SILVA	881
ARARIPE	JOSÉ LOIOLA DE ALENCAR	1.125
ASSARÉ	RAUL ONOFRE DE PAIVA	1.218
AURORA	ANTONIO JAIME DE ALENCAR ARARIPE	1.623
BAIXIO	LUIZ LEITE DA NÓBREGA	1.650
BARBALHA	ARGEMIRO SAMPAIO	1.302
BATURITÉ	RAIMUNDO VIANA	1.976
BOA VIAGEM	MANOEL DE ARAÚJO MARINHO	826
BREJO SANTO	JOSÉ LUCENA SOBRINHO	1.697
CAMOCIM	FRANCISCO OTONI COELHO	2.609
CAMPOS SALES	HELIO LIMA	1.021
CANINDÉ	TOMAZ BARBOSA CORDEIRO	1.366
CARIRÉ	JOSÉ ROSCY FROTA AGUIAR	----
CARIRIAÇU	LUIZ BEZERRA DE MORAIS	871
CASCADEL	JUAREZ DE QUEIROZ FERREIRA	3.458
CAUCAIA	ANTONIO BRASILEIRO	2.731
CEDRO	CELSO ALVES DE ARAÚJO E SILVA	2.093
COREAU	RAIMUNDO GOMES CAMILO	1.617
CRATEÚS	RAIMUNDO DE MOURA FÉ	2.940
CRATO	FILEMON FERNANDES TELES	1.072
FRADE	MANOEL CARLOTO PINHEIRO	1.072
FORTALEZA	ACRISIO MOREIRA DA ROCHA	18.971
GRANJA	FRANCISCO GONZAGA DE SOUSA	3.781
GUARACIABA	VALDEMIRO FERREIRA GOMES	684
IBIAPINA	PEDRO ARAGÃO XIMENES	1.369

MUNICÍPIO	CANDIDATO	VOTOS
ICÓ	ANISIO PEQUENO SAMPAIO	2.483
IGUATU	JOSÉ MENDONÇA NETO	3.594
INDEPENDÊNCIA	ALCEU VIEIRA COUTINHO	2.377
IPUEIRAS	PEDRO MARTINS DE ARAGÃO	2.589
IPU	RAIMUNDO RODRIGUES MARTINS	2.571
ITAPAGÉ	FRANCISCO TEIXEIRA BRAGA	2.376
ITAPIPOCA	JOSÉ ROMERO DE BARROS	3.817
JAGUARIBE	CELSO BARREIRA FILHO	1.861
JAGUARUANA	FRANCISCO JAGUARIBE	2.038
JARDIM	JOAQUIM PEREIRA NEVES	1.808
JUAZEIRO DO NORTE	ANTONIO CONSERVA FEITOSA	2.080
JUCÁS	INÁCIO ORIEL DA SILVA LEAL	1.790
LICÂNIA	JOÃO ALFREDO ARAÚJO	---
LAVRAS DA MANGABEIRA	GUSTAVO AUGUSTO LIMA	2.200
LIMOEIRO DO NORTE	ESTEVAM REMIGIO DE FREITAS	3.140
MARANGUAPE	HUMBERTO CORREIA MOTA	2.239
MASSAPÉ	JOSÉ CARNEIRO DE ARAÚJO	---
MAURITI	TEODORICO FERNANDES TELES CARTAXO	784
MILAGRES	CLICERIO MARTINS PEREIRA	1.533
MISSÃO VELHA	FRANCISCO ARRAIS MAIA	1.602
MOMBAÇA	CARLOS AUGUSTO BENEVIDES	2.205
MORADA NOVA	RAIMUNDO ALOISIO CHAGAS	2.503
NOVA RUSSAS	FERNANDO PEREIRA DE SOUSA	2.467
PACAJUS	ANTONIO NOGUEIRA COSTA	1.013
PACATUBA	FRANCISCO PEREIRA CAMPOS	657
PACOTI	LUIZ CÍCERO SAMPAIO	954
PEDRA BRANCA	JOÃO LINS DE SOUSA	1.721
PENTECOSTE	JOSÉ FIRMO DE AGUIAR	1.949
PEREIRO	FRANCISCO NOGUEIRA DE QUEIROZ	1.474
QUIXADÁ	ELIEZER FORTE MAGALHÃES	3.497
QUIXARÁ	ENOQUE RODRIGUES	895
QUIXERAMOBIM	LUIZ ALMEIDA	2.282

MUNICÍPIO	CANDIDATO	VOTOS
REDENÇÃO	JOSÉ ALBERTO MENDONÇA DE SOUSA	1.863
RERIUTABA	LUIZ TAUMATURGO FURTADO	1.556
RUSSAS	JOÃO DE DEUS	2.525
SABOEIRO	ARMANDO ARRAES FEITOSA	1.885
SANTANÓPOLE	VALDEMAR DE ALENCAR LIMA	1.043
SANTA QUITÉRIA	JOSÉ MARIA CATUNDA	3.016
SÃO BENEDITO	VICENTE RIBEIRO DO AMARAL	3.051
SENADOR POMPEU	ANTONIO SOARES DO NASCIMENTO E SÁ	2.517
SOBRAL	JACINTO ALVES PEREIRA DA SILVA	---
OLONÓPOLE	FRANCISCO UCHÔA BARREIRA	1.573
TAMBORIL	LUIZ CAMÉLO DE PAIVA	1.473
TAUÁ	MARÇAL ALEXANDRINO DE OLIVEIRA	3.274
TIANGUÁ	ODILON DE AGUIAR	1.249
UBAJARA	PERGENTINO FERREIRA DA COSTA	1.436
URUBURETAMA	ANTONIO DE PAULA SALES	2.257
VÁRZEA ALEGRE	FRANCISCO CORREIA LIMA	1.891
VIÇOSA DO CEARÁ	JOSÉ CRISPINIANO FIGUEIRA	1.315

Os votos eram secretos, colhidos por chapas depositadas pelo eleitor em urnas preparadas para esse objetivo. (O Memorial da Assembleia dispõe de foto).

Gostaríamos de registrar o nosso empenho na preservação da memória do acervo histórico da Assembleia Legislativa do Ceará. Quando assumimos, efetivamente, o nosso primeiro mandato de deputado estadual em 1974, fomos testemunha ocular da transferência da sede da Assembleia do centenário palacete do senador Alencar na rua São Paulo, no centro da cidade, para as novas instalações onde hoje se encontra. Ao observarmos a transferência de moveis e documentos para nova sede, deparamo-nos com um caminhão que carregava papéis da Assembleia para descarte, despertando a curiosidade de vermos esses papéis de perto. Tratavam-se de atas e documentos maltratados pelo tempo, que

talvez por lapso de quem os examinou, não se alertou para importância dessa documentação, parte da história de nossa Casa.

O presidente de então, deputado Paulo Benevides, de logo suspendeu o desvio de tão importante documentação.

Nasceu daí o nosso desejo de estudar bem de perto o processo histórico da Assembleia, que foi implementado de modo lúcido por presidentes de Mesas Diretoras, o que levou o então presidente Luiz Pontes a instalar o Memorial, voltado à preservação, guarda, e estudos de nossa história.

Na administração da 27ª Legislatura, presidida pelo deputado Domingos Filho, após visita realizada ao Instituto Histórico do Ceará, por convite do seu presidente José Augusto Bezerra, resolveu reinstalar em ambiente propício e tecnicamente moderno, o que hoje vem a ser o Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará – Malce, padrão em organização e conteúdo, exemplo posteriormente seguido por outras Casas Legislativas do Brasil.

É importante o registro para história da Casa do Povo, o apoio decisivo que o Memorial tem recebido do presidente José Albuquerque, em suas três administrações como presidente da Mesa, promovendo apreciável série de publicações oriundas do Memorial e editadas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, ora presidido pelo ex-deputado George Valentin, além de promover um intercâmbio permanente de visitas de alunos das escolas públicas municipais e estaduais, e da rede privada, universidades e o público em geral, somando a apreciável quantidade de 20 mil visitas à Assembleia.

A mera leitura dos registros biográficos enfeixados na presente obra retrata a magnitude de tão ilustres representantes do povo, homens públicos que muito contribuíram com suas ações patrióticas para o engrandecimento de seus mandatos legislativos, e que hoje, contados a partir de 1835, registram a presença de 1.158 representantes do povo, que tão bem desempenharam suas representações como mandatários

da vontade popular. Assim, já se foram 182 anos de trajetória legislativa eivada de exemplos que honram o Ceará.

Osmar Maia Diógenes

Presidente do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará
Vice-presidente do Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

A CONSTITUINTE DE 1947

Partido Social Democrático – PSD

Almir Santos Pinto, Francisco Ferreira da Ponte, Franklin Gondim Chaves, Hildeberto Barroso, Joaquim Figueiredo Correia, Joel Marques, José Aristóteles Gondim, José Filomeno Gomes, José Parsifal Barroso, José Waldemar de Alcântara e Silva, Manoel Carlos de Gouveia, Ozíres Pontes, Paulo de Almeida Sanford, Raimundo de Queiroz Ferreira, Renato de Almeida Braga, Vicente Ferrer Augusto Lima, Waldery Magalhães Uchôa, Walter Sá Cavalcante, Wilson Gonçalves.

União Democrática Nacional – UDN

Adahil Barreto Cavalcante, Ademar do Nascimento Fernandes Távora, Antônio Barros dos Santos, Antônio Perilo de Souza Teixeira, Augusto Tavares de Sá Benevides, Grijalva Ferreira da Costa, João Amadeu Furtado, José Eretides Martins, José Ramos Torres de Melo, Manoel Castro Filho, Manuel Vilebaldo Frota Aguiar, Manuel Gomes Sales, Mário da Silva Leal, Murilo Rocha Aguiar, Sebastião Cavalcante, José Napoleão de Araújo.

Suplentes convocados: Alfredo Barreira Filho, Artur Pereira de Souza, tenente Edson da Mota Corrêa.

Partido Social Progressista – PSP

Álvaro Lins Cavalcante, Antônio de Carvalho Rocha, Francisco Silveira Aguiar, Joaquim Bastos Gonçalves, José Crispino, Manoel Gomes de Freitas, Péricles Moreira da Rocha.

Suplente convocado: Honório Correia Pinto.

Partido Comunista do Brasil – PCB

José Marinho de Vasconcelos, José Pontes Neto.

Partido de Representação Popular – PRP

Raimundo Aristides Ribeiro.

Suplente convocado: Francisco de Assis de Arruda Furtado.

Partido Republicano – PR

Péricles Moreira da Rocha.

Eleito pelo Partido Social Progressista (PSP) transferiu-se ao Partido Republicano ao curso do mandato.

RELATÓRIO DA ELEIÇÃO DE 1947¹

Exmo. Snr. Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral

Tenho a honra de apresentar a V.Excia., na conformidade do disposto no Art.33, § 3º, da Resolução n. 1.338, de 17 de Dezembro de 1946, o relatório dos trabalhos da Comissão Apuradora, constituída pelo Tribunal Regional Eleitoral, na sessão de 20 de Janeiro de 1947.

No desempenho da sua missão, a Comissão Apuradora tudo fez no sentido de bem corresponder à expectativa de V. Excia. e do Tribunal Regional Eleitoral, não medindo esforços e sacrifícios para oferecer, dentro do mais curto lapso de tempo, os resultados reais verificados no pleito de 19 do mês findo.

Assim, com diminuto número de auxiliares, relativamente à importância e ao vulto dos serviços, teve de adotar três expedientes diários, a partir do dia em que foram recebidos os primeiros resultados, sendo um de 8 às 11, outro de 13 às 17 e outro de 19 às 22 horas e, por vezes, às 23 e 24.

A despeito da deficiência dos elementos de elucidação enviados e da irregular organização de muitos dos documentos demonstrativos dos trabalhos das Juntas Eleitorais, logrou a Comissão Apuradora ultimar os seus serviços a 19 do corrente, apresentando, em face das atas e dos mapas remetidos, os respectivos resultados.

A Circunscrição Eleitoral do Ceará compreende 28 zonas e foi dividida em 1.418 secções, assim discriminadas:

1ª. Zona – Fortaleza	60
2ª. Zona – Fortaleza	45
3ª. Zona – Fortaleza	56
4ª. Zona – Maranguape	50
5ª. Zona – Baturité	55
6ª. Zona – Quixadá	43
7ª. Zona – Cascavel	36
8ª. Zona – Aracati	36
9ª. Zona – Russas	41
10ª. Zona – Jaguaribe	45
11ª. Zona – Quixeramobim	28

¹ Conforme original: http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/relatorio_eleicao_1947.pdf

12ª. Zona - Senador Pompeu	56	
13ª. Zona – Iguatu	77	
14ª. Zona - Lavras da Mangabeira	54	
15ª. Zona – Icó	27	
16ª. Zona - Missão Velha	25	
17ª. Zona – Itaipoca	68	
18ª. Zona – Assaré	33	
19ª. Zona – Tauá	53	
20ª. Zona – Crateús	53	
21ª. Zona – Ipú	60	
22ª. Zona - São Benedito	60	
23ª. Zona – Uruburetama	77	
24ª. Zona – Sobral	104	
25ª. Zona – Granja	62	
26ª. Zona – Milagres	23	
27ª. Zona – Crato	40	
28ª. Zona – Juazeiro	<u>51</u>	1.418
Votaram, em todo o Estado	279.597	

Foram anuladas, pelas Juntas Eleitorais, com confirmação do Tribunal Regional Eleitoral, as votações de 17 secções, ou sejam a 3ª e a 54ª da 5ª Zona (Baturité), a 7ª e a 12ª. da 6ª (Quixadá), a 25ª da 11ª (Quixeramobim), a 22ª da 13ª (Iguatu), a 41ª da 17ª (Itaipoca), a 3ª, 4ª, 5ª e 7ª da 18ª (Assaré-Município de Araripe), a 2ª e 7ª da 21ª (Ipú), a 15ª e 42ª da 23ª (Uruburetama), a 93ª da 24ª (Sobral) e a 39ª da 27ª (Crato), com 762 votos, além de 16 votos da 40ª secção da 4ª Zona (Maranguape) e 45ª da 27ª secção da 28ª Zona (Juazeiro do Norte).

O motivo principal das anulações foi o previsto no Art. 40, n. 2, IN-FINE, da Resolução n. 1.338, de 17 de dezembro de 1946, ou seja, encerramento da votação antes das 17 horas e 45 minutos, o que se deu com as duas secções da 5ª Zona (3ª e 54ª), as duas da 6ª (7ª e 12ª), as quatro da 18ª (3ª, 4ª, 5ª e 7ª de Araripe), a 42ª da 23, a 93ª da 24ª e a 39ª da 27ª.

As demais, isto é, a 25ª da 11ª, a 22ª da 13ª, a 41ª da 17ª, a 2ª e a 7ª da 21ª e a 15ª da 23ª, por falta de Atas e de documentação e incompatibilidade de mesários.

Na eleição para Governador, concorreram os candidatos Desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa e General Onofre Muniz Gomes de Lima, que obtiveram 147.911 e 124.852 votos, respectivamente.

Na do 3º Senador, os candidatos Drs. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, Francisco de Menezes Pimentel e Cesar Cals de Oliveira, tiveram 135.225, 111.323 e 18.867.

Na de Suplentes do 3º Senador os candidatos Drs. João Augusto Bezerra e Jaime Carneiro Leão de Vasconcelos, Sr. Olavo do Rego Falcão, Coronel Alcebíades Dracon Barreto e os Drs. Rui de Almeida Monte, Virgílio de Moraes Filho e Miguel Pinheiro Fernandes Távora alcançaram as votações de 133.258, 96.267, 18.905, 8.732, 6.008, 1.184 e 386 votos.

E na de Suplentes dos Senadores eleitos em 1945, os candidatos Drs. Thomaz de Paula Pessoa Rodrigues, Carlos Viriato de Sabóia, José Maria Mont'Alverne e Stênio Gomes da Silva obtiveram 26.638, 25.031, 3.548 e 15 votos, respectivamente.

Na de Deputados à Assembleia Legislativa, concorreram 209 candidatos, cujos nomes e votações constam dos respectivos mapas.

Dos mesmos candidatos a Deputados, devem ser considerados eleitos, pelo quociente partidário, da U.D.N., Antônio Perilo de Sousa Teixeira, Adahil Barreto Cavalcante, Murilo Rocha Aguiar, Manuel Sales Gomes, José Ramos Torres de Melo, Antonio Barros dos Santos, Manuel Vilebaldo de Aguiar, José Eretides Martins, Mario da Silva Leal, Manuel de Castro Filho, Ademar do Nascimento Fernandes Távora, Grijalva Costa, Sebastião Cavalcante, José Napoleão de Araújo, Amadeu Furtado e Augusto Tavares de Sá Beneditos; - do P.S.D., José Valdemar de Alcântara Machado, Valter de Sá Cavalcante, Franklin Gondim Chaves, Joel Marques, José Parsifal Barroso, Paulo de Almeida Sanford, Vicente Augusto Ferrer Lima, José Filomeno Ferreira Gomes, Raimundo Renato de Almeida Braga, Almir Santos Pinto, Osiris Pontes, Manuel Carlos de Gouveia, Wilson Gonçalves, Joaquim Figueiredo Correia, Valdery Magalhães Uchoa, Francisco Ponte, Hildeberto Barroso, Raimundo Queiroz Ferreira e José Aristóteles Gondim; - do P.S.P., Joaquim Bastos Gonçalves, Antonio Carvalho Rocha, Manuel Gomes Freitas, Álvaro Lins Cavalcante, José Crispino, Péricles Moreira da Rocha e Francisco Silveira Aguiar; - do P.C.B., José Pontes Neto e José Marinho de Vasconcelos e do P.R.P., Raimundo Aristides Ribeiro.

Não logrando eleger-se, pelo quociente eleitoral ou partidário, os demais candidatos, foram atribuídos ao P.S.P., como partido mais votado, nesta eleição, os dois lugares restantes da representação a dois de seus já mencionados candidatos, nos termos dos Arts.

48 do Decreto-Lei n. 7.586, de 28 de Maio de 1945 e 35 n. 4, da Resolução n. 1.338, de 28 de Maio de 1946.

São esses os esclarecimentos que me cabe prestar ao Tribunal Regional Eleitoral, quer para a proclamação dos candidatos eleitos, quer para prevenir a renovação de eleições, cumprindo-me salientar que se os trabalhos da Comissão Apuradora não se fizeram com mais brevidade é que nem todos os Juizes ultimaram com a necessária presteza os seus serviços.

Fortaleza, 20 de Fevereiro de 1947

PRESIDENTE DA COMISSÃO

=====

CÁLCULO DOS QUOCIENTES:

VOTAÇÕES:

Partido Social Democrático	104.528	
União Democrática Nacional	101.175	
Partido Social Progressista	43.554	
Partido Comunista do Brasil	12.579	
Partido de Representação Popular	6.753	
Partido Trabalhista Brasileiro	2.653	271.242
Votos brancos		3.680
TOTAL		274.922

QUOCIENTE ELEITORAL

$274.922 / 45 = 6.109$

QUOCIENTES PARTIDÁRIOS

P.S.D.	$104.528 / 6.109 =$	17
U.D.N.	$101.175 / 6.109 =$	16
P.S.P.	$43.554 / 6.109 =$	7
P.C.B.	$12.579 / 6.109 =$	2
P.R.P.	$6.753 / 6.109 =$	1
Sobras atribuídas ao P.S.D.	2	45

DISTRIBUIÇÃO:

P.S.D.	
1 – José Valdemar de Alcântara e Silva	5.375
2 – Valter de Sá Cavalcante	5.375

3 – Franklin Gondim Chaves	4.127
4 – Joel Marques	3.809
5 – Parsival Barroso	3.778
6 – Paulo de Almeida Sanford	3.610
7 – Vicente Augusto Ferrer	3.538
8 – José Filomeno Ferreira Gomes	3.427
9 – Raimundo Renato de Almeida	3.379
10 – Almir Santos Pinto	3.356
11 – Osiris Ponte	3.201
12 – Manuel Carlos de Gouveia	3.191
13 – Wilson Gonçalves	3.182
14 – Joaquim Figueiredo Correia	3.130
15 – Valdery Magalhães Uchôa	3.044
16 – Francisco Ponte	2.849
17 – Hildeberto Barroso	2.765
18 – Raimundo de Queiroz Ferreira	2.402
19 – José Aristóteles Gondim	2.397

U.D.N.

1 – Antônio Perilo de Sousa Teixeira	4.368
2 – Adahil Barreto Cavalcante	4.321
3 – Murilo Rocha Aguiar	4.300
4 – Manuel Gomes Sales	3.986
5 – José Ramos Torres de Melo	3.505
6 – Antônio Barros dos Santos	3.339
7 – Manuel Vilebaldo Frota Aguiar	3.220
8 – José Eretides Martins	3.137
9 – Mário da Silva Leal	3.054
10 – Manuel de Castro	3.041
11 – Ademar Fernandes Távora	3.016
12 – Grijalva Costa	2.974
13 – Sebastião Cavalcante	2.792
14 – José Napoleão de Araújo	2.781
15- Amadeu Furtado	2.769
16 – Augusto Tavares de Sá Benevides	2.566

P.S.P.

1 – Joaquim Bastos Gonçalves	3.632
2 – Antônio de Carvalho	3.528
3 – Manuel Gomes de Freitas	3.004
4 – Álvaro Lins Cavalcante	2.898
5 – José Crispino	2.603

6 – Pércles Moreira da Rocha	2.599
7 – Francisco Silveira Aguiar	2.089

P.C.B.

1 – José Pontes Neto	4.295
2 – José Marinho	876

P.R.P.

1 – Raimundo Aristides Ribeiro	1.280
--------------------------------	-------

Fortaleza, 20 de fevereiro de 1947

=====

CÁLCULO DOS QUOCIENTES

Total apurado	271.242
Votos em branco	3.680
Total para cálculo	274.922

Número de deputados à Assembléia Legislativa: 45

QUOCIENTE ELEITORAL

$274.922 / 45 = 6.109$ Resto: 17 votos

QUOCIENTES PARTIDÁRIOS

P.S.D.	$104.528 / 6.109 = 17$	Resto: 675 votos
U.D.N.	$101.175 / 6.109 = 16$	Resto: 3.431 votos
P.S.P.	$43.554 / 6.109 = 7$	Resto: 791 votos
P.C.B.	$12.579 / 6.109 = 2$	Resto: 361 votos
P.R.P.	$6.753 / 6.109 = 1$	Resto: 644 votos
P.T.B.	2.653	não atingiu o quociente eleitoral

Fortaleza, 20 de fevereiro de 1947

NOVO CÁLCULO DOS QUOCIENTES

Antigo total para o cálculo	274.922
Votações anuladas	3.348
Novo total para o cálculo	278.270

Número de deputados à Assembléia Legislativa: 45

NOVO QUOCIENTE ELEITORAL

278.276 / 45 = 6.183

Resto: 41 votos

NOVO QUOCIENTE PARTIDÁRIO

U.D.N.

101.175 + 3.348 = 104.523

104.523 / 6.183 = 16

Resto: 5.595 votos

=====

Votação do P.T.B.

2.653

Votação anulada

3.348

6.001

Novo quociente eleitoral

6.183 - 6.001 = 182

Diferença contra o P.T.B.

182



Constituinte de 1947



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO PREPARATÓRIA E DA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLÉIA CONS- TITUINTE DO ESTADO DO CEARÁ, EM FOR- TALEZA, 25 DE FEVEREIRO DE 1947²

Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Daniel Augusto Lopes,
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado.

Primeiro Secretário – Sr. Dr. Jonas Augusto de Miranda

Segundo Secretário – Sr. Dr. Heitor Ribeiro.

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e sete às 14 horas, no salão das sessões do Paço da Assembléia Legislativa, presentes os srs. candidatos diplomados – Almir Santos Pinto, Ademar do Nascimento Fernandes Távora, Amadeu Furtado, Antônio Barros dos Santos, Antônio Perilo de Sousa Teixeira, Augusto Tavares de Sá e Benevides, Álvaro Lins Cavalcante, Antônio Carvalho Rocha, Adahil Barreto Cavalcante, Francisco Ferreira Ponte, Franklin Gondim Chaves, Francisco Silveira Aguiar, Grijalva Ferreira Costa, Hildeberto Barroso, Joaquim Figueiredo Correia, Joel Marques, José Aristóteles Gondim, José Filomeno Ferreira Gomes, José Parsifal Barroso, José Valdemar Alcântara e Silva, José Eretides Martins, José Napoleão de Araújo, José Ramos Torres de Melo, Joaquim Bastos Gonçalves, José Crispino, José Pontes Neto, Manuel de Castro Filho, Manuel Gomes Sales, Mario da Silva Leal, Murilo Rocha Aguiar, Manuel Vilebaldo Frota Aguiar, Manuel Gomes de Freitas, Osiris Pontes, Paulo de Almeida Sanford, Péricles Moreira da Rocha, Raimundo Aristides Ribeiro, Raimundo de Queiroz Ferreira, Renato de Almeida Braga, Sebastião Cavalcante, Valderi Magalhães Uchôa, Valter de Sá Cavalcante, Vicente Ferrer Augusto Lima e Wilson Gonçalves, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

² Ata conforme original, com grafia da época; fonte: Setor de Arquivo, da Assembleia Legislativa do Ceará

O Sr. Secretário Jonas Miranda leu a acta da sessão anterior que foi, sem impugnação, aprovada e assinada pela Mesa.

O Sr. Desembargador Presidente declarou que se ia realizar a segunda sessão preparatória para a eleição da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, já havendo sido, na sessão anterior, eleito o seu presidente.

Obedecendo ao mesmo processo eleitoral da sessão anterior mandou promover a eleição do primeiro e segundo vice-presidentes, fazendo distribuir quarenta e cinco chapas com os nomes dos quarenta e cinco deputados eleitos a esta Assembléia.

Feita a votação e aberta a urna foram encontradas quarenta e três sobrecartas com o seguinte resultado: 42 votos para o primeiro vice-presidente;

41 votos para o segundo vice-presidente;

1 voto para primeiro secretário;

1 voto para segundo secretário.

O Snr. Desembargador Presidente declarou nula a eleição por haver um dos srs. deputados, por engano, depositado na urna o seu voto para primeiro e segundo secretários, quando se procedia à eleição para primeiro e segundo vice-presidentes, e um outro haver deixado de votar no segundo vice-presidente.

Feita nova distribuição das chapas e aberta a urna, foram encontradas quarenta e três sobrecartas com o seguinte resultado:

Para primeiro vice-presidente:

José Napoleão de Araújo 24 votos

Franklin Gondim Chaves 19 votos

Para segundo vice-presidente:

José Crispino 24 votos

Vicente Ferrer Augusto Lima 18 votos

Wilson Gonçalves 1 voto

O Snr. Desembargador Presidente declarou eleitos para primeiro e segundo vice-presidentes da Assembléia, os Srs. deputados José Napoleão de Araújo e José Crispino, sob prolongada salva de palmas.

Procede-se à eleição para primeiro e segundo secretários.

Feita a distribuição de chapas e aberta a urna foram encontradas quarenta e três sobrecartas com o seguinte resultado:

Para primeiro secretário:

Francisco Ferreira da Ponte	22 votos
José Parsifal Barroso	19 votos
José Pontes Neto	1 voto
Grijalva Ferreira Costa	1 voto

Para segundo secretário:

Grijalva Ferreira Costa	23 votos
Almir Santos Pinto	19 votos
Francisco Ferreira da Ponte	1 voto

O Snr. Desembargador Presidente, de acordo com os resultados, proclama eleitos, sob prolongada salva de palmas, primeiro e segundo secretários desta Assembléia, os srs. Francisco Ferreira da Ponte e Grijalva Costa.

O Snr. Francisco Ferreira da Ponte, pedindo a palavra para um esclarecimento pessoal, declara que, embora agrade o gesto das oposições coligadas, externando-lhes o seu reconhecimento por lhe haverem sufragado o nome, renuncia ao honroso mandato que lhe outorgaram e conferiram, pois, sendo outro o candidato do seu partido, a sua aceitação viria afetar a disciplina partidária e quebrar a solidariedade política ao partido a que está filiado. Termina S. Excia. declarando que, no dia seguinte, apresentará o seu pedido de renúncia, por escrito.

Procedida a eleição para suplentes de primeiro e segundo secretários, obtém-se o segundo resultado:

Para suplente de primeiro secretário:

Mario da Silva Leal	24 votos
Valderi Magalhães Uchôa	18 votos
Renato de Almeida Braga	1 voto

Para suplente de segundo secretário:

Augusto T. de Sá e Benevides	24 votos
Osiris Pontes	19 votos

O Snr. Presidente, ao declarar eleitos para suplentes de primeiro e segundo secretários, respectivamente, os srs. Mario da Silva Leal e Augusto Tavares de Sá e Benevides, dá por finda a sua missão nesta Assembléia, convidando o sr. deputado Joaquim Bastos Gonçalves a assumir a direção dos seus trabalhos.

O Snr. Joaquim Bastos, assumindo o exercício de Presidente da Assembléia Constituinte do Ceará, expressa o seu profundo reconhecimento a SS. Excias., os Srs. Deputados, pela honra que lhe foi dada com a escolha do seu nome, e propõe um voto de louvor ao Snr. Desembargador Daniel Lopes, o que foi aprovado por unanimidade.

O Snr. Desembargador Daniel Lopes agradece a manifestação dos líderes das várias bancadas e retira-se acompanhado dos srs. deputados Vilebaldo Aguiar, Manuel de Freitas Gomes e Wilson Gonçalves.

O Snr. Presidente consulta a Casa se a Assembléia deve ser instalada, imediatamente, sem qualquer outra formalidade.

Aprovada por unanimidade a sua proposta, S. Excia. lê o seguinte juramento regimental:

“Prometo manter e cumprir fielmente a Constituição e Leis da União e do Estado, desempenhar com lealdade o mandato de deputado, promover o bem geral e a felicidade pública”.

Todos os srs. deputados respondem: “Assim o afirmo”.

O Snr. Presidente declara instalada solenemente a Assembléia, e, como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão, designando a seguinte ordem do dia:

O que ocorrer.

O que ocorrer.

Joaquim Bastos Gonçalves
Presidente
Francisco Ponte
1º Secretário
Grijalva Costa
2º Secretário.

Joaquim Bastos Gonçalves
Presidente

Francisco Ponte
1º Secretário

Grijalva Costa
2º Secretário

MESA DIRETORA

HISTÓRICO DA MESA DIRETORA CONSTITUINTE DE 1947

No dia 25 de fevereiro de 1947, após sua instalação oficial, realizou-se a segunda sessão preparatória de instalação da Assembleia Constituinte do Estado do Ceará, sob a presidência do desembargador Daniel Augusto Lopes, ocasião em que se procedeu a eleição dos demais membros da Mesa Diretora, à exceção do Presidente, já eleito em reunião imediatamente anterior:

Presidente	Joaquim Bastos Gonçalves
1º Vice-Presidente	José Napoleão de Araújo
2º Vice-Presidente	José Crispino
1º Secretário	Francisco Ferreira da Ponte
2º Secretário	Grijalva Ferreira da Costa
Suplentes Secretários	Mário da Silva Leal Augusto Tavares de Sá e Benevides

Os eleitos foram os senhores deputados constantes acima. Logo após a eleição, o deputado Francisco Ferreira da Ponte renunciou à sua indicação para 1º Secretário – argumentou razões de cunho partidário – o que ensejou, em caráter provisório, a indicação do 2º Secretário, deputado Grijalva Costa, para o cargo de 1º Secretário, e o deputado Mário Leal para a 2ª Secretaria.

Em reunião aos 28 dias do mês de fevereiro de 1947, o Presidente, deputado Joaquim Bastos Gonçalves, comunicou aos senhores deputados a vacância do cargo de 1º Secretário procedendo então nova eleição. Nessa ocasião, foi escolhido o deputado José Napoleão de Araújo, o qual em pleito anterior da Mesa fora indicado para 1º Vice-Presidente, fazendo a opção pelo cargo de 1º Secretário.

Vaga a 1ª Vice-Presidência, realizou-se uma nova eleição ao cargo, tendo sido indicado o deputado Amadeu Furtado.

Após as modificações, em termos históricos, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, com Função Constituinte ficou assim composta e funcionando como tal até o dia 27 de junho de 1947, quando da conclusão dos trabalhos constituintes:

Presidente	Joaquim Bastos Gonçalves
1º Vice-Presidente	Amadeu Furtado
2º Vice-Presidente	José Crispino
1º Secretário	José Napoleão de Araújo
2º Secretário	Grijalva Ferreira da Costa
Suplentes Secretários	Mário da Silva Leal Augusto Tavares de Sá e Benevides

Nessa mesma data, foi realizada a eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, já em caráter ordinário, que estabeleceu a seguinte formação:

Presidente	Joaquim Bastos Gonçalves
1º Vice-Presidente	José Waldemar de Alcântara e Silva
2º Vice-Presidente	José Crispino
1º Secretário	José Parsifal Barroso
2º Secretário	Grijalva Ferreira da Costa
Suplentes Secretários	Augusto Tavares de Sá e Benevides José Pontes Neto

Após cumprida essa formalidade legal, foram encerrados os trabalhos parlamentares, em sua Função Constituinte.

Presidente



Joaquim Bastos

Partido Social Progressista - PSP

JOAQUIM BASTOS GONÇALVES

Bacharel em Direito. Nasceu no Icó/CE, a sete de julho de 1895. Filho de Vicente Gonçalves de Paula e de Fidentalina Bastos de Paula. Afastou-se definitivamente da vida pública em 1955, falecendo a 12 de novembro de 1959, em Fortaleza.

Órfão aos dois anos, foi criado por seus tios, cel. Tibúrcio Gonçalves de Paula e Aquilina Elisa Gomes da Silva, que lhe ministraram os cuidados da infância e providenciaram a sua educação.

Fez os estudos primários no Colégio Colombo de Fortaleza, dirigido pelo dr. Francisco Gonçalves, e no ginásio de Guaramiranga. Em 1911, matriculou-se no antigo Liceu cearense, no qual concluiu os preparatórios, ingressando em 1915, na Faculdade de Direito do Ceará, pela qual recebeu grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1919.

Como acadêmico, exercia cargo de amanuense da Assembleia Legislativa, o que lhe permitia meios materiais para manutenção e continuação dos estudos, para o que sempre teve, desde criança, natural inclinação.

Uma vez formado, teve nomeação de Fiscal Geral do Recenseamento, em 1922, no norte do Estado, recebendo do Ministério da Agricultura uma Medalha de Bronze, em recompensa aos serviços prestados nessas funções.

Terminado o Recenseamento, foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Barbalha (1921), sendo Juiz de Direito o dr. Faustino de Albuquerque e Souza, a quem acompanhou no mesmo cargo, quando, em 1922, foi removido para a Comarca de Camocim, então restaurada.

Ainda em 1922, foi nomeado Juiz Municipal de Tianguá, mas sendo posto sem efeito o ato, governo o nomeou para o termo de Independência, de onde foi transferido, em 1923, para o de Ipueiras, pedindo demissão de Juiz Municipal em 1925, para se dedicar à advocacia, que além de oferecer vasto campo de ação, proporcionaria melhores vantagens que a magistratura.

Eleito, em 1928, como candidato único, para o cargo de Prefeito de São Benedito, e foi igualmente deputado à Assembleia para a Legislatura de 1929–1932, ocupando o lugar de Segundo Vice-Presidente e dissolvida pelo golpe de Estado de 1930, voltou ao exercício da advocacia, até 1935, quando, novamente, veio a ter assento na Assembleia Constituinte, nela exercendo o cargo de 1º Secretário. Extinta também essa, pelo golpe de Estado de 1937, foi em seguida nomeado Diretor, e, depois, Delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Deixou essa função por ter sido nomeado juiz do Tribunal Regional Eleitoral, do qual solicitou dispensa em outubro de 1945.

Nomeado Ministro do Tribunal de Contas do Estado, empossando-se a 23 de fevereiro de 1946.

Eleito Presidente da Constituinte de 1947, assumiu, nesse caráter, o Governo do Estado, no qual, permaneceu durante a ausência do Governador, Desembargador Faustino de Albuquerque e Souza, que viajara para o Rio de Janeiro,

de 19 de março a 11 de abril. Permaneceu como Presidente da Assembleia nos anos de 1948 e 1949.

Candidatando-se a deputado federal nas eleições de 1950, ficou como 1º suplente, tendo assumido o mandato em 1951.

Durante o Governo Raul Barbosa, foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, tendo ocupado interinamente os cargos de Secretário de Polícia e Segurança Pública por duas vezes, Secretário da Agricultura e Obras Públicas e Secretário da Fazenda.

1º Vice-Presidente



Amadeu Furtado

União Democrática Nacional - UDN

JOÃO AMADEU FURTADO

Doutor em Medicina. Nasceu na cidade do Ipu/CE, a 21 de julho 1888, sendo seus pais José Furtado e Joana de Farias Furtado. Faleceu a 6 de fevereiro de 1952.

Iniciou os estudos no antigo Liceu do Ceará, terminando o curso preparatório no ginásio da Bahia. Ingressou na Faculdade de Medicina daquele Estado, pela qual se formou em 1913. Regressou ao Ceará em 1914, dedicando-se à clínica geral. Sempre deu provas de alta benemerência, praticando a caridade em larga escala, atendendo à pobreza e clientela particular, muitas vezes noite adentro, em seu consultório, na Farmácia Teodorico, a mais antiga de Fortaleza.

Fez da sua profissão verdadeiro sacerdócio. Médico, foi também homem de letras e de sociedade, tornando-se uma das figuras mais populares de Fortaleza.

Cultivou com ardor, na mocidade, a literatura, fundando em 1908, com Euclides de Matos a revista *Eco da Mocidade*, que despertou sucesso no meio estudantil daquele tempo.

Demonstrou sempre capacidade de trabalho pouco comum. Infatigável e perseverante em todos os seus atos. Político, permaneceu filiado ao mesmo Partido que abraçou em 1914, até o final de sua vida pública. Fundou a Associação dos Merceeiros do Ceará, que ainda hoje existe como uma entidade de classe. Em 1915, foi nomeado médico legista da polícia, tendo sido diretor do Instituto Médico Legal.

Professor de Química Bromatológica da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, ocupou por mais uma vez o posto de Diretor daquela escola superior.

Trabalhou pelo engrandecimento do seu clube predileto, “Os Diários”, tendo sido seu presidente em dois períodos, e, não obstante tantos encargos, encontrou tempo para cultivar a literatura, escrevendo contos e artigos nos jornais de Fortaleza e do Rio de Janeiro. Dois, principalmente, dos seus contos: *Fé, Esperança e Caridade* e *Natal dos Pobres* tiveram repercussão no sul do País, sendo esse último traduzido para o Espanhol por um escritor jesuíta chileno.

Publicou os seguintes trabalhos científicos: *Psicoterapia* (tese de formatura); *Pesquisas Químico-Legais*, de colaboração com o Professor Rodrigues de Andrade, no ruidoso processo Percy Davis; *Membrana himem* (monografia); vários discursos e diversos artigos esparsos em jornais e revistas.

Tendo o deputado Joaquim Bastos Gonçalves assumido o governo do Estado, o dr. Amadeu assumiu a Presidência da Constituinte de 19 de março a 11 de abril. Nesse curto período fez a aposição da imagem de Cristo na sala das sessões daquele Poder, atendendo iniciativa do deputado Aristides Ribeiro.

Foi presidente da Assembleia Legislativa no ano de 1950 e governador interino, passando o governo para o dr. Raul Barbosa.

Seu nome foi dado a uma rua e um bairro da capital cearense.

2º Vice-Presidente



José Crispino

Partido Social Progressista - PSP

JOSÉ CRISPINO

Bacharel em Direito. Nasceu em Quixadá/CE, a 24 de fevereiro de 1900. Filho de Pascoal Crispino, natural de Basilicata, região meridional da Itália, vindo para o Brasil com a idade de 16 anos, e de Leocádia Menezes Crispino, nascida na fazenda Palma, do município de Quixadá. Faleceu em Fortaleza a 24 de maio de 1994.

Fez os estudos primários na sua cidade natal, e os secundários no Liceu Cearense, matriculando-se na Faculdade de Direito do Ceará em 1930, recebendo o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, a 8 de dezembro de 1935.

Antes de ingressar na Faculdade, teve que regressar a Quixadá, por motivo de doença e ali estabeleceu-se no comércio, atividade que abandonou pelos estudos jurídicos e três dias após a formatura, isto é, a 11 de dezembro, foi nomeado Promotor de Justiça daquela Comarca, em cujas funções permaneceu até janeiro de 1945, quando as deixou para exercer a de 1º Tabelião e Oficial do Registro Civil dali.

Foi eleito Deputado Estadual nas legislaturas de 1951 e 1955, ocupando a Mesa Diretora da Casa do Povo como 2º Vice-Presidente em 1950 e 1954, e 1º Secretário em 1951.

Após retirar-se da vida pública, residiu em Quixadá exercendo a atividade de tabelião durante 10 anos. Com a eleição de Plácido Castelo, foi convidado para Consultor Geral do Estado, cargo que exerceu até o final da gestão. Aposentado, passando a dedicar-se a sua fazenda e à comunidade, em Quixadá.

1º Secretário



José Napoleão

União Democrática Nacional - UDN

JOSÉ NAPOLEÃO DE ARAÚJO

Doutor em Medicina. Filho de Napoleão de Araújo Lima e de Maria Leite de Araújo. Nasceu em Brejo Santo/CE, a 3 de setembro de 1910. Faleceu em Fortaleza, a 30 de dezembro de 2002.

Iniciou os estudos na cidade natal, frequentando a escola pública regida pela professora Balbina Viana. Seguiu em 1921 para a cidade de Jardim, matriculando-se no Colégio 24 de Abril, dirigido pelo então juiz de direito da comarca, Dr. Francisco de Lima Botelho. Ingressou em 1923 no Seminário do Crato, no qual permaneceu até dezembro de 1925. No ano seguinte, veio para Fortaleza, matriculando-se no Colégio Cearense, dirigido pelos Irmãos Maristas, que cursou até 1930, ano em que ingressou no Liceu, onde concluiu o curso ginásial.

Em 1931, seguiu para Salvador, em cuja Faculdade de Medicina se matriculou, concluindo o curso médico a 5 de dezembro de 1936, obtendo o grau de Doutor em Ciências Médicas, com a defesa da tese subordinada ao título *Das nefrites*. Regressando ao Ceará no mesmo ano da formatura, o Dr. José Napoleão, dedicou-se com ardor e desprendimento ao exercício da sua profissão no interior do Estado, con-

quistando justo conceito por suas aptidões e pela eficiência da sua clínica.

Foi eleito na sessão preparatória de 24 de fevereiro, vice-presidente da Constituinte, optando pelo cargo de 1º Secretário.

Reeleito para os mandatos de 1951, 1955, 1959 e 1963. Presidente da Assembleia em 1956 e suplente da Mesa Diretora em 1962.

Secretário de Interior e Justiça, no Governo Plácido Castelo, empreendeu profunda mudança nos diversos presídios do Estado, começando pela Casa de Detenção de Fortaleza. À essa época, conseguiu recursos para construção do Instituto Penal Paulo Sarasate, do Manicômio Judicial e da Colônia Agrícola Penal de Santana do Cariri, bem como para vários fóruns nas cidades do interior.

No Governo de Plácido Castelo, foi nomeado para o Conselho de Contas dos Municípios, onde chegou a ocupar a Presidência. Aposentou-se com uma larga folha de serviços prestados.

Foi Diretor Financeiro do Proafa – Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza.

2º Secretário



Grijalva Costa

União Democrática Nacional - UDN

GRIJALVA FERREIRA DA COSTA

Agropecuário. Nasceu a 4 de novembro de 1894, em Ubajara/CE. Filho de Cesário Ferreira da Costa e de Francisca Belarmina da Costa. Faleceu em 28 de agosto de 1953.

Iniciou e concluiu os estudos primários no Colégio Colombo de Fortaleza, dirigido pelo dr. Francisco Gonçalves, e, posteriormente, o preparatório do Liceu, sendo, porém, obrigado a abandoná-lo por motivo de doença. Regressando para Ubajara, passou a exercer atividades no Comércio e na Agricultura.

Atraído pela política, foi nomeado Delegado de Polícia de Ubajara, em 1920, e candidatando-se às eleições municipais de 1936, foi eleito Prefeito daquele município, cargo em que se manteve até o golpe de Estado de 1937. Candidato, em 1935, à Assembleia Constituinte estadual, tornou-se suplente de deputado sob a legenda do Partido Social Democrático – PSD.

Dado às letras, entrou nas lides da imprensa, fundando e mantendo o jornal *Ubajara*, cuja circulação viu-se forçado a suspender em virtude das imposições decorrentes do golpe político de 1937.

Reeleito deputado estadual em 1950. Presidente das Comissões de Agricultura e de Segurança. entretanto, não chegou a concluir o mandato.

Suplente do 1º Secretário



Mário Leal

União Democrática Nacional - UDN

MÁRIO DA SILVA LEAL

Comerciante e agricultor. Nasceu a 1º de maio de 1891, na Fazenda Canto, em Jucás/CE, antigo solar dos Leais, família que aparece nas crônicas dos primeiros tempos do Império e nas lutas de Pinto Madeira, guarnecendo a região do alto Jaguaribe. Filho do fazendeiro e prestigioso chefe político daquela região, cel. Manuel da Silva Pereira da Costa Leal e de Maria Carlota Pereira da Silva. Faleceu a 13 de outubro de 1990, em Fortaleza.

Fez os primeiros estudos na própria casa paterna, com o professor Francisco Bezerra, que deixou fama de mestre escola rigoroso e eficiente, de diversas gerações.

Prosseguiu os estudos no Colégio São José, na Serra do Estevão, em Quixadá, no ano de 1909, dele se transferindo para o Ginásio Chaves, na cidade de Quixadá, que cursou até 1910. No ano seguinte, estudou no Colégio São José, do Crato, até 1912, quando o seu pai o mandou para o Rio de Janeiro, matriculando-se no Internato do famoso Ginásio Pio-Americano, no qual estudou os preparatórios até 1915.

Naquele ano, deixou os estudos por motivos superiores. Regressando a Jucás, passando a dedicar-se à vida comercial e à agricultura. Naquele município foi nomeado Prefeito

em 1929, permanecendo no exercício do cargo pouco tempo, porque, adepto do movimento revolucionário vitorioso em 1930, solidário com seu irmão (Gal. João da Silva Leal), nele atuou bravamente. Mantendo-se sempre, intransigente, nas fileiras do Partido Social Democrático.

Mário Leal notabilizou-se pela influência política nos seus municípios (região centro sul: Jucás, Cariús, Tauá e Arneiroz) e pela nunca desmentida fidelidade à família Távora. Acompanhou Virgílio em todas as suas campanhas e, eleito para duas legislaturas, sempre esteve coeso na bancada “tavorista”.

Participou por duas vezes de Assembleias como Parlamentar Constituinte, em 1935 e 1947.

Suplente do 2º Secretário



Augusto Benevides

União Democrática Nacional - UDN

AUGUSTO TAVARES DE SÁ E BENEVIDES

Notário público. Nasceu em Mombaça/CE (antiga Maria Pereira), a 21 de dezembro de 1898, filho de José Tavares de Sá e Benevides e de Maria do Carmo Feijó Benevides. Faleceu em Fortaleza a 27 de janeiro de 1983.

Terminado o curso primário, estudou no Colégio que existiu em 1912, em Mombaça, sob a direção do professor José Militão de Albuquerque e, posteriormente, em outro estabelecimento de ensino, também em Mombaça, dirigido por João Batista Benevides Figueiredo e Augusto Jaime Benevides de Alencar.

Em 1924, foi eleito vereador à Câmara Municipal daquela cidade, mandato a que renunciou no mesmo ano por ter sido nomeado, vitaliciamente, 1º Tabelião, Escrivão e Oficial do Registro Civil daquele termo, tendo exercido no governo interventorial do Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, as funções de Inspetor Escolar.

Em 1936, foi eleito Prefeito de Mombaça, renunciando, porém, ao cargo dois meses após a posse, para reassumir as funções de Notário Público.

O deputado Augusto Tavares dedicou-se a estudos de genealogia e história do Ceará, tendo sido uma das nossas autoridades nesses assuntos.

Reeleito no pleito seguinte, foi primeiro suplente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa nos anos de 1949 e 1950. No Governo Paulo Sarasate, foi nomeado Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Ceará – Ipec, e membro do Conselho Rodoviário do Estado.

Homem de letras, autodidata, profundo conhecedor da história do Brasil e do Ceará, colaborou com artigos e conferências na revista carioca *Fon-Fon*, sob a direção de Gustavo Barroso, e com a Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Memoralista, estudioso da genealogia cearense, publicou, em 1980, o livro *Mombaça – Biografia de um Sertão*.

LÍDERES PARTIDÁRIOS

Do Partido Social Democrático (PSD)



Walter Sá Cavalcante

WALTER DE SÁ CAVALCANTE

Bacharel em Direito. Nasceu a 30 de junho de 1915, em Fortaleza, à av. Dom Manuel, nº 482, antigo Boulevard da Conceição. Filho de João de Sá Cavalcante e de Raimunda Rabelo de Sá. Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de junho de 1954.

Iniciou os estudos nesta capital com a professora particular Dulce Taumaturgo, fazendo curso primário no grupo escolar Santos Dumont, hoje Clóvis Beviláqua. Fez o curso e exame de admissão (secundário) no Ginásio de Crato, e a 5^a e última série no Colégio Estadual (antigo Liceu), concluindo-o em 1932. Aos 18 anos, o exame vestibular para ingresso na Faculdade de Direito do Ceará, na qual colou grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, a 8 de dezembro de 1937.

No início de 1934, ingressou no curso de Perito Contador, da Academia do Comércio Padre Champagnat, anexa ao Colégio Cearense, titulando-se Perito Contador em novembro de 1936, sendo o orador da turma.

Teve destacada atuação na vida estudantil cearense. Militou no Centro Estudantil, no qual ingressou a 13 de dezembro de 1932, sobretudo na fase áurea dessa organização

que serviu de modelo às congêneres de todo o País. Ocupou os cargos de tesoureiro geral e de presidente do Conselho Superior. Nessa qualidade, foi credenciado, em agosto de 1937, para o representar no 1º Congresso Nacional de Estudantes, realizado no Rio, nele atuando de maneira destacada, sendo relator dos Estatutos da União Nacional dos Estudantes, fundada pelo referido Congresso, participando de todas as suas Comissões. Ali, numa recepção promovida pela poetiza Ana Amélia Carneiro de Mendonça, em sua residência, falou em nome do Ceará, e quando os estudantes congressistas foram visitar o então presidente da República, dr. Getúlio Vargas, fez em nome de todos os estudantes brasileiros a saudação oficial, no Palácio do Catete.

Reorganizou o Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito, sendo eleito presidente em 1936 e 1937. Organizou o Centro dos Estudos Contábeis, órgão estudantil de contabilidade, dirigindo a revista *Estudos*, mantida pelo mesmo. Colaborou e redatoriu a revista *Folha Estudantal* do CEC, e foi diretor da revista da Faculdade de Direito.

De fins de 1932 para começo de 1933, trabalhou na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, nos serviços de construção do açude Lima Campos.

Ingressou na Prefeitura de Fortaleza através de concurso a que se submeteu, sendo nomeado em janeiro de 1934 para as funções de 4º Escrivário, promovido por merecimento, em fins de 1935 a 3º Escrivário, submetendo-se em janeiro de 1937 a novo concurso para provimento do cargo de subcontador, sendo aprovado e nomeado.

A 15 de março de 1938, foi posto à disposição do Governo do Estado, onde, mediante proposta do diretor da Escola de Agronomia, foi indicado para ali exercer as funções de professor de Economia Rural. Prestou compromisso e assumiu o exercício do cargo a 1º de abril do mesmo ano. Por ato de 16 de janeiro de 1939, do interventor federal, foi autorizada a renovação do contrato. Em janeiro de 1940, foi nomeado para esse cargo em caráter interino, nele permanecendo

até 22 de fevereiro de 1947, quando solicitou exoneração por ter sido eleito deputado à Constituinte.

Como professor da Escola de Agronomia, lecionou português, economia e contabilidade agrícola. Estagiou e visitou a Escola Nacional de Agronomia na Praia Vermelha, no Rio; a Escola de Agronomia de Viçosa/MG, e outras instituições congêneres do sul do País. Atuou como membro e presidente de três comissões de inquérito da Secretaria de Agricultura.

Jornalista, já de crédito firmado, colaborou nos jornais, *O Povo* e *O Estado*, orientando as Páginas Estudantis desses órgãos da imprensa fortalezense. No matutino *O Estado* ingressou como redator em 1937, passando a redator-chefe a 2 de novembro de 1942 e a 26 de abril de 1945 a diretor. Colaborou na revista *Pátria*, do Colégio Militar do Ceará.

Fez parte da “Escola Moços de Cultura”, instituição que congregou jovens intelectuais cearenses; membro do Conselho Fiscal do Sindicato da Ordem dos Contadores; professor de Contabilidade da Escola de Comércio Fênix Caixerai e de Economia Política, Direito Comercial e Contabilidade Mercantil, Bancária, Industrial e Pública da Escola de Comércio Padre Champagnat; presidente do Centro de Estudos Contábeis e Econômicos, e sócio e ex-diretor da União de Moços Católicos de Fortaleza. Membro do Instituto Cearense de Contabilidade e do Instituto do Nordeste: vice-presidente e Presidente da Associação Cearense de Imprensa; membro do Rotary Clube de Fortaleza, de cujo Conselho Diretor fez parte como 1º Secretário. Mordomo da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza; diretor da Casa Juvenal Galeno e do Clube dos Diários. Diretor da Sociedade de Defesa da Criança da Aldeota; da Sociedade de Assistência aos Cegos do Ceará, mantenedora do Instituto dos Cegos; sócio honorário do Centro de Cultura Teatral; da Associação Brasileira de Escritores Seção do Ceará; diretor da Associação Cultural Franco-Brasileira, do qual já foi secretário, condecorado com a Medalha “Alliance Française” de 1946, pelo professor Raymond Warner, adido

cultural da Embaixada da França no Brasil; foi membro do Instituto Brasil Estados Unidos.

Advogado, militando no fórum desta capital e do interior, desde 17 de fevereiro de 1938, foi membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará, e do Instituto da Ordem dos Advogados, também Seção do Ceará.

O dr. Walter de Sá Cavalcante ingressou nas fileiras do PSD, quando da campanha da sucessão presidencial para disputar as eleições de 2 de dezembro de 1945. Candidato a deputado estadual, foi eleito a 17 de janeiro, com 4.277 votos o 2º mais sufragado na legenda do Partido, e o 6º dentre os 45 eleitos pelos cinco Partidos que concorreram ao pleito. Fez parte, substituindo o deputado Wilson Gonçalves, da Comissão Constitucional, e em sessão ordinária de 22 de julho, foi eleito à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação, da qual passou a presidente em eleição precedida no dia 24.

Foi, ainda, Paraninfo da turma de agrônomos de 1946 e de diversas turmas do Curso Médio, e publicou: *A Contabilidade Pública no Curso de Perito Contador*.

Eleito deputado federal em 1950, faleceu antes de terminar o mandato. Foi sepultado em Fortaleza, onde recebeu grande consagração póstuma por parte de seus conterrâneos.

Da União Democrática Nacional (UDN)



Perilo Teixeira

ANTÔNIO PERILO DE SOUZA TEIXEIRA

Bacharel em Direito. Nasceu em Itapipoca/CE a 24 de maio de 1913, sendo seus pais Antônio Rodrigues Teixeira e de Maria Amélia de Sousa Teixeira. Faleceu vítima de acidente automobilístico a 13 de abril de 1977.

Aos oito anos de idade, durante os meses de fevereiro e junho de 1921, estudou na escola pública de Itapipoca, dirigida pela professora Alice Ribeiro da Cunha, e de fevereiro a junho de 1922, com a professora Otília Brasil.

Em 1923, a 5 de fevereiro, vindo para Fortaleza, foi internado no Instituto de Humanidade, do professor Joaquim da Costa Nogueira. Em 1927 e 1928, esteve no Colégio Castelo Branco, dirigido pelo dr. Sylla Ribeiro e, em 1929, matriculou-se no Liceu do Ceará para cursar os 4^o e 5^o anos, de acordo com a reforma então vigente.

Viajou para Teresina/PI, em dez de abril de 1929, a fim de se submeter a um concurso de Escriturário, na Delegacia Fiscal, sendo classificado no 34^o lugar, dentre 482 candidatos, mas não chegou a ser aproveitado porque sobreveio a Revolução e o concurso foi considerado como não realizado.

Regressou ao Ceará, em novembro, e concluiu o curso secundário, matriculando-se em março de 1930 na Faculdade de Direito, pela qual recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 3 de dezembro de 1933.

Ainda acadêmico, foi nomeado em 07.01.1932, secretário da Prefeitura de Aracati, na gestão do tenente Edson da Mota Corrêa, e tendo este seguido com as forças cearenses para São Paulo, foi a 12 de agosto do referido ano nomeado Prefeito, cargo em que permaneceu até 29 de novembro de 1933, quando, em consequência de um incidente com o interventor Carneiro de Mendonça foi exonerado. Passou, então, de 1934 a 28 de maio de 1935, a exercer a advocacia em Itapipoca, onde tendo regressado na política, lutou pela eleição do seu cunhado Hildeberto Barroso, para deputado estadual e dr. Pedro Firmeza para deputado federal, o que lhe valeu a inimizade do seu antigo professor dr. Sylla Ribeiro, também candidato. A 28 de maio de 1935, foi nomeado consultor jurídico do Departamento dos Negócios Municipais, dirigido pelo dr. Augusto Correia Lima, sendo em outubro do mesmo ano, nomeado auditor do Tribunal de Contas, atribuições que passaram às de Procurador, com a extinção do cargo. Sendo extinto o Tribunal, em julho de 1939. Perilo Teixeira foi o único dos funcionários a não ser aproveitado, por ter, na campanha política de 1937, acompanhado e dirigido movimento pró-Armando Sales, em Itapipoca, onde fixou residência naquele ano de 1939, ali permanecendo até 11 de janeiro de 1946. Nomeado a 12 do mesmo mês e ano, assumiu o cargo de diretor da Imprensa Oficial do Estado, em cujo exercício, esteve até 5 de dezembro, quando solicitou exoneração.

A 27 de janeiro de 1942, foi convocado pelo dr. Paulo de Assis Ribeiro para dirigir o Serviço de Encaminhamento dos Trabalhadores para o Amazonas (SEMTA), na zona norte, com sede em Sobral, sendo preso no dia 5 abril de 1943 pelo motivo de, na direção daquele serviço, não ter permitido o extermínio de um sargento e 16 praças da força policial que haviam entendido de martirizar os trabalhadores.

Consultor jurídico do Centro dos Inquilinos de Fortaleza e presidente das Cooperativas dos Agricultores e Criadores de Itapipoca e dos Funcionários Públicos do Ceará.

Como diretor da Imprensa Oficial, introduziu naquela repartição notáveis melhoramentos: promoveu a criação de uma Cooperativa, instituiu a merenda dos funcionários e conseguiu enviar ao Rio de Janeiro alguns deles para se aperfeiçoarem em artes gráficas. Criou naquele órgão uma sessão destinada à edição de livros cearenses a preços módicos, visando facilitar aos escritores pobres a publicação de suas obras literárias.

Na Assembleia Constituinte de 1947, além de líder, foi o presidente da Comissão Constitucional. Eleito na sessão legislativa de 22 de julho para as Comissões de Constituição, Justiça e Legislação, Finanças e Orçamentos e Negócios Municipais e Divisão Civil e Judiciária.

Reeleito na legislatura seguinte. Em 1954, foi eleito deputado federal, também pela UDN. No pleito seguinte, conseguiu a suplência. Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde, em 1961. Entre os projetos de lei de sua autoria, destaca-se o que resultou na criação do Conselho de Contas do Município, do qual seria mais tarde presidente.

Membro do Conselho de Assistência Técnica nos Municípios e, em 1962 e 1963, ocupou, respectivamente, a vice-presidência e presidência daquele colegiado. Membro do Conselho Rodoviário do Ceará e da Sociedade Educadora Ruralista de Itapipoca, no período de 1963 a 1966.

Como exemplo de algumas de suas realizações, Perilo Teixeira fundou, manteve e fez encampar o Colégio Joaquim Magalhães, de Itapipoca; fundou a União Operária Beneficente de Itapipoca, a Liga Itapipoquense de Desportos, Aeroclube, Assistência Rural de Itapipoca e o Ginásio de Amonatada, além da Escola de Tratorista de Itapipoca, a única do Ceará. Como homem público, intercedeu para execução dos seguintes empreendimentos: Escolas Típicas de Betânia, Camará, Deserto, Poço Verde, Vertentes e Mucambo. Escolas

de Pesca, entrepostos e fábricas de gelo de Acaraú e Mundaú. Grupos escolares de Amontada, Miraíma e Assunção.

Conseguiu verbas para a construção de linha telegráfica Amontada–Itapipoca; para o Ginásio Janusa Corrêa; estradas asfaltadas de Umirim a Itapipoca, de Itapipoca a Acaraú e de Croatá a Paracuru. E ainda para o serviço de água e esgoto, as agências do Banco do Brasil e dos Correios e Telégrafos e o Posto Agropecuário, todos para o município de Itapipoca.

Foi político operante e carismático que marcou época na política cearense.

Do Partido Social Progressista (PSP)



Álvaro Lins

ÁLVARO LINS CAVALCANTE

Bacharel em Direito. Nasceu em Pedra Branca/CE a 14 de dezembro de 1920. Filho de Francisco Vieira Cavalcante e de Maria do Carmo Lins Cavalcante, descendendo, portanto, de duas numerosas e distintas famílias do alto sertão cearense, de tradição política, social e econômica. Faleceu a 20 de julho de 1995.

Em Pedra Branca, iniciou seus estudos e ali terminou o curso primário, vindo para Fortaleza, onde se matriculou no Instituto São Luiz, dirigido pelo dr. Francisco de Menezes Pimentel. Ali fazendo o curso secundário, terminando o complementar em 1939, no Colégio Estadual do Ceará, antigo Liceu do Ceará.

Em 1940, ingressou na Faculdade de Direito, onde colou grau no curso de bacharelato em Ciências Jurídicas e Sociais a oito de dezembro de 1944. Eleito presidente do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, dessa Faculdade, e como aluno secundarista, foi eleito presidente do Clube de Estudos Complementares do Liceu, orador oficial e vice-presidente do Centro Estudantil Cearense.

Como terceiro e quartanista de Direito, em 1942 e 1943 respectivamente, representou a classe estudantil do Ceará como delegado ao 4º e 5º Congresso Nacional de Estudantes, reunidos no Rio de Janeiro, defendendo com ardor, quer da tribuna, quer do seio das Comissões, os interesses da coletividade estudantil. Formado, dedicou-se à advocacia, a qual exerceu, de 1945 a 1946, em Senador Pompeu.

Na Constituinte, teve marcante atuação como vice-presidente da Comissão Constitucional, a qual presidiu por diversas vezes. Membro das Comissões de Agricultura e Obras Públicas, e Redação de Leis, na sessão ordinária de 22 de julho.

Reeleito em 1950, foi Líder de sua bancada (PSP), na Assembleia, em duas legislaturas. Primeiro Secretário em 1952. Autor de vários projetos de lei, inclusive o da Organização dos Municípios. Deputado Federal em 1954, reelegeu-se em mandatos sucessivos, até 1974. Vice-líder da bancada do PSP na Câmara dos Deputados. Integrou várias Comissões da Câmara, entre elas a de Orçamento, Fiscalização e Finanças.

Junto com Crisanto Moreira da Rocha, fundou a casa do Ceará em Brasília, onde prestou importante cooperação. Com a morte de Moreira da Rocha, Álvaro Lins assumiu a Presidência para depois transferi-la a Mary Calmon Porto.

Álvaro Lins Cavalcante foi Procurador Judicial da Secretaria da Agricultura do Ceará, cargo para o qual foi nomeado, em caráter efetivo, em 1953.

Do Partido Comunista do Brasil (PCB)



Pontes Neto

JOSÉ PONTES NETO

Doutor em Medicina. Nasceu em Massapê/CE a 1º de dezembro de 1915. Filho do cel. João Pontes, deputado à Constituinte de 1935, e de Maria Auri Pontes. Irmão do também Deputado Constituinte Ozíres Pontes. Faleceu em Quixeramobim/CE a 20 de junho de 1994.

Aos oito anos de idade, foi mandado pelos seus pais para estudar em Sobral, no Colégio Nossa Senhora da Assunção. No ano seguinte, em 1925, matriculou-se no Colégio São Luiz, na cidade de Pacoti, ali permanecendo como estudante interno durante três anos, até 1927. Em continuação aos seus estudos e concluindo o curso primário, transferiu-se para Fortaleza, ingressando no Colégio Militar, até a conclusão do curso secundário, em 1933, de onde saiu como agrimensor.

Dedicado a materializar o seu grande ideal humanista, optou por abraçar a Medicina. Com esse intuito, seguiu, em 1934, para o Rio de Janeiro, em cuja Faculdade de Medicina e Cirurgia se matriculou, e pela qual se formou a 8 de dezembro de 1940.

Como acadêmico, foi interno de Cirurgia, em que se especializou, nos Hospitais da Gambôa e Pronto Socorro, ao mesmo tempo que lecionava Matemática, Física e Química nos colégios Paula Freitas, da então Capital Federal, e Carvalho, em Niterói, pois sempre teve especial pendor pelo magistério. Regressando ao Ceará, foi professor de Química, Física e Matemática nos colégios São Luiz, Dorotéias, São João, Nossa Senhora Auxiliadora e Lourenço Filho, de Fortaleza.

Em 1941, foi nomeado médico do Instituto José Frota, ali permanecendo durante longo período de tempo.

Foi eleito deputado à Constituinte, pelo Partido Comunista, estando entre os parlamentares outorgantes da Carta Magna promulgada em 1947. Reeleito deputado estadual em 1951, 1955 e 1959. Presidente do Poder Legislativo em 1962.

Por ato de força da Revolução de 64, teve seu mandato cassado, suspensos seus direitos políticos e sua prisão decretada. Encarcerado, num gesto de grandeza fraternal própria de sua personalidade assistiu clinicamente e operou com sucesso, o Comandante Militar Regional da época, General André Fernandes, que posteriormente o transferiu para Quixeramobim onde passou a cumprir pena no Hospital daquela cidade, ali exercendo a Medicina, voltando-se para as populações carentes da região, até a obtenção de sua liberdade.

Pioneiro da interiorização do ensino médico no Brasil, professor adjunto da Faculdade de Medicina do Ceará fundador do Hospital de Quixeramobim, que leva seu nome, Diretor da Casa de Saúde São Raimundo e Presidente da Cruz Vermelha do Ceará, o dr. Pontes Neto foi na sua simplicidade um homem à frente do seu tempo e fez da Medicina um sacerdócio.

Exímio cirurgião, até hoje lembrado por seus colegas e pacientes, salvou milhares de vidas, levou às populações interioranas, sobretudo às mais pobres, às quais se dedicou de corpo e alma, o calor de sua solidariedade e a competência do seu trabalho.

Por iniciativa do ex-deputado Osmar Diógenes, em sua honra e homenagem, tem seu nome o Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará, para que fique perpetuado seu exemplo de cidadão, político e figura humana de primeira grandeza.

Do Partido de Representação Popular (PRP)



Aristides Ribeiro

RAIMUNDO ARISTIDES RIBEIRO

Advogado e Professor. Nasceu em Reriutaba/CE (antiga Santa Cruz) a 12 de março de 1912, sendo filho de Joaquim Aristides Ribeiro e de Josefa Bezerra Ribeiro. Faleceu em Fortaleza, a 11 de setembro de 2003.

Destinando-se à vida sacerdotal, cursou o Seminário de São José de Sobral, ali realizando o curso preliminar, passou ao Seminário Maior de Fortaleza, que cursou até o oitavo ano. Não era, porém, o sacerdócio a sua inclinação, mas o magistério, no qual se tornou um dos mais acatados mestres, quer pelos altos conhecimentos das matérias lecionadas, quer pela aplicação dos mais modernos métodos pedagógicos e didáticos.

Deixando o Seminário, concluiu os preparatórios no Liceu, matriculando-se, em seguida na Faculdade de Direito, graduando-se com louvor em Ciências, Jurídicas e Sociais a 08 de dezembro de 1947.

Ingressando no magistério em 1936, foi professor do então Ginásio São João, de Fortaleza. Passando a residir em Sobral, lecionou no Colégio Sobralense, Ginásio Santana,

Escola Técnica de Comércio Dom José e Seminário São José, todos daquela cidade. Suspendendo suas atividades docentes, tomou assento na Assembleia Legislativa como único representante do Partido de Representação Popular tendo sido eleito, na renovação da Mesa Diretora, ao se transformar a Constituinte em Legislativa ordinária, para o cargo de suplente de Secretário.

Educador, pensador católico, homem de letras, profundo conhecedor das ciências humanas, jornalista e orador, o deputado Aristides Ribeiro foi membro da Academia Sobralense de Estudos e Letras, e da Sociedade Palace Clube. Colaborou em diversos jornais e revistas.

Na Assembleia Constituinte, atuou como membro das Comissões de Constituição, Justiça e Legislação, Finanças e Orçamento, Negócios Municipais e Divisão Civil e Judiciária, eleito em sessão ordinária de 22 de julho.

Como membro da antiga Comissão de Negócios Municipais, foi relator do projeto de Divisão Administrativa e Territorial do Estado, convertido na Lei nº 1.153, de 22.11.1951.

Em maio de 1947, o titular do Partido de Representação Popular, Aristides Ribeiro, e o 1º suplente, Francisco de Assis Ferreira, viajaram ao Rio de Janeiro, por ocasião de convenção nacional do partido. Assumiu a cadeira o 2º suplente, Arruda Furtado, que apresentou projeto de lei objetivando a entronização da imagem de Cristo no Plenário da Assembleia Legislativa. Fôra o resultado de uma diretiva nacional, encaminhada a todos os deputados do PRP e posta em prática na Câmara Federal e nas Assembleias estaduais. No Ceará, a propositura foi de Arruda Furtado, cabendo ao titular, Aristides Ribeiro, a providência para organização da solenidade de aposição da imagem e discurso oficial como representante do PRP. A bênção da imagem de Cristo, tomo patrimonial da Casa nº 0001, que ainda hoje honra o plenário do Poder Legislativo, foi dada pelo então Arcebispo de Fortaleza, Dom Antônio de Almeida Lustosa.

Terminado o mandato, foi nomeado, em 1952, para o cargo de Assessor Técnico do pioneiro Quadro Funcional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Ao aposentar-se, em 1982, exercia, há quinze anos, a Função de Coordenador das Assessorias Técnica e Administrativa, da Casa do Povo.

Advogado com militância na capital e no interior. Secretário de Educação e Cultura de Fortaleza, na administração do General Murilo Borges Moreira.

Sócio efetivo da Academia Sobralense de Estudos e Letras e do Instituto Geográfico, Histórico e Antropológico do Ceará, do qual foi Primeiro Secretário. Membro da Associação Cearense de Imprensa; do Sindicato dos Professores de Fortaleza; do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos; da Associação dos Professores do Ensino Superior no Ceará; Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção do Ceará, do qual foi Diretor.

Atividades no magistério: professor, por concurso de títulos e provas, do Ginásio Municipal Filgueiras Lima, do qual foi Diretor, nas administrações de Acrísio Moreira da Rocha e General Cordeiro Neto; livre-docente, por concurso de provas e títulos, da cadeira de Introdução à Administração Pública, da antiga Escola de Administração do Ceará; integrante do núcleo de professores da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, onde exerceu o magistério. Após a fundação da Universidade Estadual do Ceará, cujo núcleo aglutinador foi a citada Faculdade Católica de Filosofia, foi efetivado como professor de Geografia Humana e Geopolítica Geral e do Brasil, lotado no Centro de Ciências e Tecnologia, onde chefiou o Departamento de Geociências; lecionou na Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho (Ciências Físicas e Naturais) e nos Colégios Lourenço Filho e Juvenal de Carvalho (Química); regeu a cadeira de Estudos de Problemas Brasileiros na UECE.

Cursos de Altos Estudos Geográficos, na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro - 1956); de Cartografia e Aerofotogrametria (UFC - 1955); de Extensão Universitária sobre

Problemas de Educação (1959); de ADESG - Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra (1970).

São de sua autoria as seguintes publicações: Aspectos Políticos e Jurídicos do Orçamento Público; Relevo da América do Sul; Geopolítica Geral e do Brasil; Educação Moral e Cívica; Outras Humanidades em Perspectivas; Para Ajudar a Fé; Memórias de Viagens - dois volumes.

O professor Aristides Ribeiro foi uma das grandes referências de integridade, cultura e seriedade do mundo político e intelectual do nosso Estado.

PARLAMENTARES



Adahil Barreto

União Democrática Nacional - UDN

ADAHIL BARRETO CAVALCANTE

Bacharel em Direito. Filho de Júlio Cavalcante e de Júlia Barreto Cavalcante. Nasceu em Iguatu/CE a 13 de julho de 1914, e ali fez os estudos primários com a professora Francisca Cavalcante Mascarenhas.

Enfrentando uma árdua campanha, já com o estado de saúde bastante precário, faleceu em 11 de novembro de 1982, quatro dias antes da eleição, na qual dedicara seus últimos esforços.

Transferindo-se para Fortaleza em 1928, iniciou os estudos secundários no Colégio São Luiz, terminando-os no Liceu, no qual se matriculou em 1930. Ingressou na Faculdade de Direito, recebendo o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1938. Teve destacada atuação nas lides estudantis. Diretor da Casa do Estudante do Ceará e presidente do Conselho Superior do Centro Estudantal Cearense, à época em que essa instituição desfrutou o seu maior prestígio em nosso meio social. Como quintanista de Direito, foi escolhido pela classe acadêmica para orador-oficial na solenidade da instalação do novo prédio da Faculdade, à Praça da Bandeira.

Ingressando no funcionalismo do Estado, em 1935, por um concurso em que obteve o 2º lugar na classificação, tornou-se funcionário do Tribunal de Contas até sua extinção em 1939. Passou a servir na Secretaria do Interior e da Justiça, tendo ocupado ali o cargo de Inspetor das Municipalidades. Desempenhou importantes funções, entre as quais a de membro da Comissão destinada a elaborar o Código Tributário dos Municípios. Exerceu, concomitantemente, o magistério, como professor, por vários anos, das Escolas Técnicas de Comércio da Fênix Caixeiral, Carlos de Carvalho e Padre Champagnat, ocupando nessa última o cargo de vice-diretor, sendo escolhido para paraninfo de diversas turmas de Contadores.

Assumindo o governo interventorial do Estado, o Dr. Benedito Augusto Carvalho dos Santos, tendo como Secretário de Polícia e Segurança Pública, o ilustre professor da Faculdade, Dr. Raimundo Gomes de Matos, foi o Dr. Adahil Barreto convidado para o cargo de Delegado de Investigação e Capturas, cujas funções assumiu em outubro de 1945. No exercício dessas relevantes funções levou a efeito felizes iniciativas, tais como palestras sobre assuntos policiais por antigos gestores daquela Delegacia; exibição de filmes educativos e treinamentos especializados em órgãos congêneres. Em abril de 1946, foi comissionado pelo governo para, como representante da Polícia Civil cearense, cumprir um estágio junto à Polícia de São Paulo. Seu trabalho à frente da área de segurança do Estado foi de grande alcance e competência. Candidato às eleições de 9 de janeiro, foi o 3º mais votado, entre os candidatos ao citado pleito, e o 2º na sua legenda.

Eleito para as Comissões de Educação e Cultura, Segurança Pública e Redação de Leis, na sessão ordinária de 2 de julho. Além do seu *Relatório*, sobre problemas policiais, publicou: *O papel da Mocidade no Movimento de Renovação da Polícia Brasileira*, ed. Clã. 1947 - Fortaleza.

Como constituinte, teve uma atuação destacada e equilibrada na Assembleia, conseguindo reputação e prestígio que o levariam à Câmara Federal, em 1950. Reeleito para os mandatos de 1955, 1959 e 1963. Como deputado federal, sua

preocupação com o homem do campo, em virtude das secas, era constante em seus pronunciamentos, como da mesma forma defendia uma melhor distribuição das riquezas nacionais. Conseguiu com o Ministro das Minas e Energia, Gabriel Passos, os primeiros recursos para eletrificação de Iguatu pela energia de Paulo Afonso, que, em seguida, juntamente com os esforços de outros parlamentares cearenses, seria estendida a todo Estado. Batalhou com denodo visando à transferência de recursos da União que seriam empregados em Iguatu na construção, instalação e manutenção de escolas, hospitais, açudes, barragens, estradas, associações beneficentes, etc.

Na qualidade de intransigente vigilante das potencialidades nacionais, chegou à vice-presidência da Frente Parlamentar Nacionalista, que fundou na década de 60, ao lado de ilustres brasileiros.

Em 1962, foi candidato ao Governo do Estado, por uma coligação de pequenos partidos, já que as duas maiores agremiações, PSD e UDN, uniram-se na chamada União pelo Ceará. Apesar da grande força partidária, obteve expressiva votação, tendo sido eleito deputado federal, como a legislação de então permitia.

Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1964, para examinar a conveniência de aquisição pelo Brasil de acervo das companhias de energia elétrica de contratos extintos ou em vias de extinção, tendo as suas conclusões, apresentadas em relatório, posteriormente aprovado por unanimidade pelo Congresso Nacional.

Com o movimento político-militar de 31 de março de 1964, viu-se aliado da vida pública, na qual entrara por vocação e amor à causa popular. Cumpriu com serenidade e rara coerência o período de ostracismo, vivendo da advocacia, porém, jamais aceitou a injusta violação de seus direitos políticos.

Autor de projetos transformados em lei ou tornados realidade. Entre outros, o que deu o nome de Pinto Martins ao

aeroporto de Fortaleza, os que criaram as escolas profissionais Batista de Oliveira, de Iguatu; Padre José Nilson, de Fortaleza; e Colégio de Educação Rural e Doméstica de Iguatu. Projetos: um que criou rito próprio para apreciação, pelo Tribunal de Contas da União, dos processos de desapropriação de terras nas bacias de açudes e outro que criava novo Código de Contabilidade da União.

Com a anistia concedida no governo do então presidente João Figueiredo, voltou às atividades políticas, filiando-se ao PMDB, disputando uma cadeira no Parlamento Nacional, nas eleições de 1982.



Ademar Távora

União Democrática Nacional - UDN

ADEMAR DO NASCIMENTO FERNANDES TÁVORA

Bacharel em Direito. Nasceu na Fazenda Embargo, município de Jaguaribe/CE, a 7 de julho 1895, filho do capitão Joaquim Antônio do Nascimento e de Clara Fernandes Távora do Nascimento, irmão, portanto, dos eminentes cearenses, general Juarez Távora, capitão Joaquim Távora, senador Fernandes Távora e general Fernando Távora e tio de Virgílio de Moraes Fernandes Távora, ex-governador do Ceará. Faleceu aos 84 anos em Fortaleza a 1º de novembro de 1976.

Fez os estudos primários no Instituto Miguel Borges, de Fortaleza, e os secundários no Colégio Pedro II (Rio de Janeiro), Liceu Cearense e Colégio Cearense dirigido pelos Irmãos Maristas, estes dois últimos em Fortaleza.

Destinando-se à ciência de Hipócrates matriculou-se, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas desistiu, por motivo de doença, de continuar o curso, vindo, então, ao Ceará, onde em 1919 se matriculou na Faculdade de Direito, pela qual recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1923.

A fim de ganhar a vida, seguiu em 1916 para o Acre, trabalhando em companhia de seu tio, o sacerdote Monsenhor Antônio Fernandes, que o convenceu a voltar para Fortaleza a fim de continuar os estudos. No último ano da Faculdade, e,

em 1924, trabalhou como redator chefe do jornal *A Tribuna*, da qual era diretor e proprietário, o dr. Fernandes Távora, mantendo-se em ferrenha oposição aos governos Estadual e Central da época.

Formado, dedicou-se à advocacia, e de 1926 a 1928 esteve no Rio Grande do Norte, no exercício da profissão, seguindo então para Minas Gerais, onde foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Aymorés, exercendo as funções da Promotoria até 1929, ano em que, deixando o cargo, foi advogar no termo de São Miguel do Mutum, naquele Estado.

Ao irromper, em 1930, a Revolução, encontrava-se em Belo Horizonte, exercendo suas funções na área jurídica. Revolucionário, como os seus irmãos, não teve dúvida em acompanhar as forças rebeldes que invadiram o Estado do Espírito Santo, sob o comando do Coronel Otávio Campos do Amaral, da polícia mineira. Deposto o Presidente Aristeu Aguiar, foi Ademar Távora incumbido de gerir a Secretaria de Polícia do Estado de Minas Gerais, até a queda do Presidente Washington Luiz. Retornou a São Miguel do Mutum, continuando a advogar, até que recebeu convite do Interventor Capitão Punaro Bley, do Espírito Santo, para exercer o cargo de Prefeito do município de Colatina, em que se manteve de 31 de dezembro de 1930, a 18 de junho de 1934, quando, deixando as funções administrativas, seguiu para o Rio de Janeiro, como advogado, demorando-se na Capital Federal até agosto de 1937, ano em que voltou ao Ceará, a fim de promover a campanha em favor da candidatura Armando Sales de Oliveira à Presidência da República. Sobrevindo o golpe de Estado de 1937, fixou residência em Fortaleza, dedicando-se à advocacia e ao jornalismo, colaborando com atividade no vespertino “O Povo”, em cujas colunas, escreveu artigos doutrinários e de combate à situação dominante, ao tempo que aventava assuntos de palpante interesse geral.

Assumindo o Governo do Estado do Ceará, o desembargador Faustino de Albuquerque e Souza, confiou-lhe o cargo de Secretário de Polícia e Segurança Pública, do qual se exonerou a 20 de março, a ele voltando após o governo

interino do Presidente da Assembleia, Dr. Joaquim Bastos Gonçalves, a 12 de abril, para deixá-lo a 20 de maio, quando o passou ao novo Secretário, major Humberto Moura. Eleito Deputado Constituinte de 1947, fez parte das Comissões de Constituição, Justiça e Legislação, e Redação de Leis, daquela histórica legislatura. Reeleito em 1950.

Tornou-se célebre seu gesto de votar contra o aumento dos vencimentos dos deputados estaduais, proposto pelos seus colegas, doando à Santa Casa de Misericórdia a quantia acrescida e por ele contestada.

Deixando o mandato parlamentar, voltou a advogar. Foi, então, nomeado advogado do Banco do Nordeste. Incluído na lista tríplice, juntamente com Olinto Oliveira e Antônio de Alencar Araripe, para preenchimento de vaga ocorrida no Tribunal de Justiça. Com o falecimento do desembargador Raimundo Gomes Guimarães, foi nomeado para o cargo em 03 de novembro de 1959, tomando posse no dia 27 do mesmo mês. Esteve em exercício até atingir a idade limite para permanência no serviço público.

Os estudos sobre assuntos de interesse público, em âmbito estadual e regional, bem como a colaboração valiosa com a imprensa, tornaram-se suas principais ocupações depois de aposentado, sem esquecer os cuidados com a família.

Seus últimos artigos foram publicados no jornal O Povo, nos dias 20 e 27 de outubro de 1976. O primeiro intitulado *Ninguém quer espremer o tumor*, onde abordava acontecimentos ocorridos na Assembleia Legislativa de São Paulo, e, o segundo, *Inverno em outubro*, sobre a situação climática do Ceará.



Almir Pinto

Partido Social Democrático - PSD

ALMIR DOS SANTOS PINTO

Doutor em Medicina. Nasceu em Lavras da Mangabeira/CE a 15 de fevereiro de 1913, sendo seus pais Melquíades Pinto Nogueira e Isabel Santos Pinto. Faleceu a 19 de novembro de 1991.

De início, frequentou a Escola Pública de Dona Amélia Braga, terminando o curso primário no Grupo Escolar da sua terra. Veio, então, para Fortaleza, matriculando-se no Internato do Instituto São Luiz, onde fez o curso de admissão em março de 1926, e em 1926 mesmo, o 1º ano seriado. Naquele estabelecimento cursou até o 3º seriado. Transferiu-se em 1929 para o Liceu, onde fez os dois anos restantes no curso ginásial, seguindo a 4 de janeiro de 1931 para o Recife. Submeteu-se com sucesso a 5 de abril ao vestibular da Faculdade de Medicina daquela Capital. Em 1932, transferiu-se para a Escola da Bahia pela qual se doutorou a 5 de dezembro de 1936. De volta ao Ceará, iniciou a vida clínica na cidade de Maranguape, onde chegou a 4 de janeiro de 1937.

Por ato do Interventor Menezes Pimentel, de 15 de janeiro de 1940, foi nomeado médico do Instituto Carneiro de Mendonça, antiga Escola de Menores Abandonados e Delinquentes de Santo Antônio de Pitaguary. Nesse cargo teve ensejo de prestar relevantes serviços à causa da Previdência Social, dedicando a centenas de crianças ali internadas o má-

ximo interesse e todo desvelo de um assistente à altura da alta finalidade daquele estabelecimento reformatório.

Em outubro de 1942, após um curso de estágio de três meses no Serviço de Saúde do Exército, foi-lhe conferida a patente de 2º Tenente Médico da Reserva.

Por ato do Interventor interino, dr. Manuel Antônio de Andrade Furtado, foi nomeado Prefeito de Maranguape, cujas funções assumiu a 19 de fevereiro de 1944, sendo delas afastado a 19 de novembro de 1945, por ato do Interventor Benedito Augusto Carvalho dos Santos. Retornou àquele cargo a 5 de maio de 1946, por nomeação do Interventor Ministro Pedro Firmeza, tendo, entretanto, de se desencompatibilizar para candidatar-se às eleições à Constituinte Estadual. Deixou a Prefeitura a 3 de janeiro de 1947, sendo eleito Deputado Estadual com 3.356 votos, ou seja, o 10º colocado na ordem decrescente dos candidatos sufragados e eleitos sob a legenda do Partido Social Democrático.

Almir Pinto foi diretor da Maternidade Professor Olinto Oliveira e do Instituto dos Pobres, de Maranguape; médico da Associação dos Merceeiros na referida cidade e sócio da Associação Cearense de Imprensa. Por ato de 10 de maio de 1947, do dr. Joaquim Bastos Gonçalves, presidente da Assembleia Legislativa do Estado, então nas funções de Governador, foi nomeado Secretário de Polícia e Segurança Pública.

Na sessão ordinária de 22 de julho, foi eleito para as Comissões de Saúde Pública e Assistência Social, e de Segurança Pública.

Reeleito por mais sete mandatos consecutivos, fato que só se repetiu com o dr. Manoel de Castro (1951, 1955, 1959, 1963, 1967, 1971 e 1975). Ocupou a Presidência da Assembleia por três períodos distintos (1959, 1965 e 1973/74). Vice-Presidente, Terceiro e Primeiro Secretário. Presidiu as Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e a CPI do Contrabando no Estado do Ceará. Presidente regional da Arena, no período de 1972 a 1975.

Participou, como Deputado Estadual, da Delegação do Brasil ao Congresso Mundial dos Municípios em Bangcoc e Washington e do Congresso Hispano Luso Brasileiro dos Municípios, em Lisboa, Portugal. Presidiu a delegação nacional da Associação Brasileira de Municípios ao VI Congresso Interamericano de Municípios, realizado em San Diego - Califórnia, EUA. Também presidiu a delegação brasileira que participou do Seminário de Demografia e Bioestatística, realizado sob os auspícios da AID, em San Juan de Porto Rico.

Exerceu os cargos de Secretário de Segurança Pública, de Interior e Justiça, de Educação e Cultura e de Saúde. Presidente de Honra da União Parlamentar Interestadual (UPI). Na condição de Presidente da Assembleia, assumiu o Governo do Estado por 17 vezes.

Assumiu as elevadas funções de Senador da República em março de 1979, sob a legenda do PDS, como suplente do então Senador César Cals de Oliveira Filho. Participou como Delegado do Congresso Nacional ao Conclave da IPU - International Parliamentary Union, em Manila, Filipinas. Integrou as comissões de Finanças, Saúde, Legislação Social, Minas e Energia e Municípios, como titular; e as de Constituição e Justiça, Assuntos Regionais e Distrito Federal, como suplente. Foi suplente da Mesa Diretora do Senado.

Presidiu por quatro anos o Conselho Regional de Medicina do Estado. Foi também o primeiro presidente da Unimed – Ceará. Como membro da Academia Brasileira de Medicina Militar, esteve presente ao seminário realizado pela entidade sob a direção da Faculdade de Medicina da Universidade de Osaka, Japão.



Barros dos Santos

União Democrática Nacional - UDN

ANTÔNIO BARROS DOS SANTOS

Bacharel em Direito. Nasceu em Itapiúna (antiga Castro), no município de Baturité/CE, filho de Vicente Alves dos Santos e de Alice Barros dos Santos. Faleceu em Fortaleza a 21 de outubro de 1993.

Fez os primeiros estudos na escola da Dra. Solange de Paula Barros, frequentando, depois a de D. Luiza Esteves, a quem atribuiu o início de sua formação intelectual. Estudava nessas Escolas durante o dia, frequentando à noite a da Beneficente da Rede de Viação Cearense, dirigida pelo latinista professor Cícero Moreno Cardoso e, em seguida também à noite, a escola dirigida pelo professor Joaquim Genu, pois moço pobre, não lhe era possível frequentar cursos particulares. Mesmo assim teve de abandonar essas escolas, forçado pelo imperativo da subsistência. Foi nomeado em 1923, praticante de telegrafista da R.V.C. Nestas funções, serviu nas estações de Pajuçara e Iguatu, e como agente de estação em Jaguaribe, Malhada Grande e Boqueirão. Transferido em 1925 para Fortaleza, passou a servir no Telégrafo da Central, aí desempenhando funções de Dirigente de Serviço de 1933 a 1935. Em 1930 foi requisitado pelo Telégrafo Nacional para servir como operador de Rádio na Agência Americana, que acabava de tomar nova orientação.

Quando da passagem pelo Ceará, em 1926, do Presidente da República, dr. Washington Luiz, foi procurado por uma comissão de estudantes, da qual fazia parte, para reivindicar perante àquela autoridade a adoção da Lei de Ensino Rocha Vaz. Cumprida essa promessa, Barros dos Santos conseguiu tirar o Preparatório de Geografia no Liceu. Ingressou na Faculdade de Direito, pela qual saiu Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1935. A carreira do Direito foi-lhe, entretanto, apenas um derivativo, pois tinha verdadeira vocação para área militar. Foi impedido, entretanto, de concretizar esse objetivo, tendo em vista que a Escola Militar de Realengo, à época se encontrava fechada, em virtude da Revolução.

Seis meses antes de se formar, a 27 de maio de 1935, um dia após a posse do dr. Francisco de Menezes Pimentel no Governo Constitucional do Estado, foi nomeado Delegado de Polícia do 1º Distrito de Fortaleza, organizando a delegacia de Ordem Política e Social, no mesmo ano, e sendo seu primeiro titular. Respondeu, concomitantemente, pelo expediente da delegacia do 2º Distrito e da Delegacia Auxiliar, até 1936. Deixando a Polícia, abriu banca de advogado no mesmo ano (1936), sendo em 1940, eleito para integrar o Conselho da Ordem dos Advogados (seção do Ceará) e reeleito até o biênio a findar em 1948, tendo sempre ocupado o cargo de 1º Secretário. Foi Sócio do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (seção do Ceará), e da Associação Cearense de Imprensa, tendo sido colaborador assíduo do Jornal O Povo.

Antes de entrar para a Faculdade de Direito, cursou a Escola de Comércio da Fênix Caixeiral. Foi um dos fundadores da Escola de Instrução Militar (EIM) matriculado sob nº 280 daquela associação de classe, tornando-se por ela, reservista de 2ª categoria do Exército. Na sua vida acadêmica foi sócio e membro da Diretoria do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito do Ceará, sócio fundador e Presidente do Grêmio Literário dos Estudantes Fenixtas.

Na Assembleia Constituinte, da tribuna proferiu apreciáveis discursos e manteve acalorados debates. Foi o Redator Geral da Carta Magna e integrou as Comissões de Constituição, Justiça e Legislação, de Finanças e Orçamentos e de Negócios Municipais e de Divisão Civil e Judiciária.

Reeleito para mais seis legislaturas consecutivas: 1951, 1955, 1959, 1963, 1967 e 1971. Líder do Governo e da bancada (UDN e Arena) na Casa do Povo.

Secretário da OAB/CE, Assessor Jurídico do Governador Adauto Bezerra. Exerceu o cargo, em comissão, de Procurador Judicial do IPEC, tendo respondido, temporariamente, pela chefia da Procuradoria Judicial. Político dos mais atuantes, foi um dos principais líderes da União Democrática Nacional e teve marcante atuação no Parlamento estadual cearense.



Antônio de Carvalho Rocha

Partido Social Progressista - PSP

ANTÔNIO DE CARVALHO ROCHA

Comerciante e criador. Filho do Capitão Joaquim Manuel da Rocha Franco e de Inácia Casemira de Carvalho, nasceu na Cidade de Granja/CE, a 14 de julho de 1885. Faleceu em Fortaleza a 11 de abril de 1964.

Em sua cidade natal, fez os estudos primários com o Professor Francisco José Garcêz dos Santos e com o Dr. Feliciano de Ataíde. Em 1910, embarcou para o Amazonas onde se demorou três anos, regressando em 1913, definitivamente, estabelecendo-se no comércio, em Granja, e transferindo-se no ano seguinte, para Riachão, desempenhando atividades no comércio, na agricultura e na pecuária.

Foi sócio da “Filarmônica Granjense”, sociedade de cultura e de arte, que teve longa e brilhante existência, e da qual seu pai era um dos fundadores, Vereador à Câmara Municipal e seu Presidente. Eleito Deputado Classista, em 1936, representou na Assembleia a agricultura e a pecuária.

Deputado Constituinte em 1947, foi membro da Comissão de Agricultura e Obras Públicas, eleito na sessão ordinária de 22 de julho.

Reeleito em 1951 e 1955. Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa em 1949 e suplente da Mesa Diretora em

1954. Continuou suas atividades de comerciante, em Granja, após seu afastamento da vida política.

A tradição familiar política iniciada pelo deputado Antônio de Carvalho Rocha permanece através de seus descendentes. Seu filho Francisco Aniceto Rocha foi deputado estadual nas legislaturas de 1959 e 1963. Seu genro, o também deputado constituinte de 1947, Murilo Rocha Aguiar, deixou-lhe dois netos de presenças relevantes na política cearense: Murilo Rocha Aguiar Filho, prefeito de Camocim de 1989 a 1992; e Francisco de Paula Rocha Aguiar, que foi deputado estadual e já ocupou as honrosas funções de presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, condição em que assumiu o Governo do Estado, além de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, no qual ocupou o cargo de presidente de janeiro de 2013 a janeiro de 2017. Destaca-se ainda o seu bisneto, deputado Sérgio Aguiar, primeiro secretário do Poder Legislativo, de 2013 a 2016.



Francisco Ponte

Partido Social Democrático - PSD

FRANCISCO FERREIRA DA PONTE

Bacharel em Direito. Nasceu em Licânea (atualmente Santana do Acaraú/CE), a 5 de abril de 1891, na Fazenda Tanques. Filho de Estevam Ferreira da Ponte e de Inocência da Silva Porto. Faleceu em Fortaleza a 11 de maio de 1985.

Iniciou os estudos primários em sua cidade natal, continuando-os em Viçosa, completando-os em Sobral, no Colégio São José, dirigido pelos Professores Teles de Sousa e Jovino de Souza. Ingressou em 1907 no Seminário Diocesano de Fortaleza, tendo ali permanecido até junho de 1909.

Deixando o seminário, seguiu, meses depois para Belém do Pará. Dedicou-se ao Jornalismo, militando na imprensa trabalhando na *Província do Pará*, e fez parte do corpo de reportagem do *Estado do Pará*, *A Capital* e a *Folha do Norte*, prestigiosos periódicos da imprensa paraense.

Em 1914, regressando ao Ceará resolveu continuar os estudos, matriculando-se na Faculdade de Direito, após ter feito exame de madureza no Liceu cearense.

Enquanto fazia o curso jurídico, e para melhor assegurar a sua subsistência, dedicava-se ao magistério, lecionando no Colégio Cearense. Em 1918, foi nomeado Professor de Geografia e História do Liceu de Sobral, criado pelo Governo João Tomé. Sendo o estabelecimento convertido, pos-

teriormente, em Grupo Escolar, teve nomeação para ser seu diretor, exercendo ao mesmo tempo, as funções de Inspetor Escolar e Adjunto de Promotor de Sobral.

Concluindo o curso jurídico e diplomado Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em março de 1920, dedicou-se à advocacia. Em 1921, foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Sobral, funções que exerceu até novembro de 1928, quando foi provido no ofício de 1º Tabelião Público de Fortaleza.

Presidente da Executiva do Partido Social Democrático, sob cuja legenda figurou na chapa de Deputados às eleições de 19 de janeiro de 1947. Foi escolhido, por seus pares, para as funções de 1º Secretário da Assembleia Constituinte, honra de que declinou por motivos políticos. Eleito 1º Secretário na sessão legislativa ordinária de 16 de março de 1948 a 29 de março de 1949.

Reeleito na legislatura seguinte, foi convidado pelo então governador Raul Barbosa para assumir o cargo de Secretário de Polícia e Segurança Pública, cargo esse que ocupou no período de janeiro de 1951 a janeiro de 1952, quando voltou à função parlamentar. Foi eleito Presidente da Assembleia em 1954. Assumiu a governadoria do Estado por quatro meses, na ausência do vice, Stênio Gomes da Silva.

Após seu afastamento da vida pública, permaneceu como Tabelião Titular do Cartório Ponte.



Silveira Aguiar

Partido Social Progressista - PSP

FRANCISCO SILVEIRA AGUIAR

Coletor federal. Nasceu na cidade de Tauá/CE, a 15 de janeiro de 1891, sendo seus pais o tabelião Liberato Pereira de Aguiar e de Francisca Silveira de Aguiar. Faleceu em 5 de janeiro de 1985.

Iniciou os estudos primários com o professor Manuel Patrício da Paixão, continuando-os com o vigário da freguesia, Joaquim Ferreira de Melo, que faleceu Bispo da Diocese de Pelotas, no Rio Grande do Sul, um dos luminares do episcopado nacional.

Terminados esses estudos, veio para Fortaleza, onde se fez auxiliar do comércio, profissão que exerceu por alguns lustros, quase todos de trabalho na casa de G. Gradvohl & filhos.

A prática desse ramo de vida, já tendo conseguido algum capital e crédito na praça, levou-o a estabelecer-se por conta própria, o que fez em 1920, abrindo casa comercial na cidade do Cedro, que manteve até 1928, quando em março, foi nomeado Coletor Federal daquela circunscrição.

No período de maio de 1926 a março de 1928, exerceu as funções de Prefeito do Município de Cedro. Candidatando-se às eleições de 1934, para a Constituinte Estadual, saiu vitorioso, sob a legenda da Liga Eleitoral Católica.

Pertenceu à Executiva do Partido Social Progressista, sob cuja legenda foi eleito para a Assembleia Constituinte de 1947, integrou as Comissões de Indústria e Comércio, e de Segurança Pública.

Reeleito ao Parlamento estadual, foi segundo suplente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa em 1949 e 1950.



Franklin Chaves
Partido Social Democrático - PSD

FRANKLIN GONDIM CHAVES

Comerciante e industrial. Nasceu no bairro Damas, em Fortaleza/CE a 10 de fevereiro de 1908. Filho de Sindulfo Serafim Freire Chaves e de Dulcinéa Gondim Chaves. Faleceu a 20 de dezembro de 1992, em Fortaleza.

Fez o curso primário no 4º Grupo Escolar de Fortaleza, em 1921, ingressando em 1923 no Externato do Colégio Cearense, que cursou por seis meses, interrompendo os estudos para empregar-se na casa comercial de seu irmão José Chaves, em Limoeiro do Norte. Em 1926, tornou-se sócio solidário da firma J. Chaves & Irmão, àquela época restrita ao comércio retalhista, de tecidos, miudezas e ferragens; depois ampliada com a sessão industrial, constituída de fábrica de extração de óleo de oiticica, óleo e descaroçamento de algodão. Estendendo ainda mais as suas atividades, dedicou-se igualmente à agricultura e à pecuária, estruturando então a maior cultura racional de carnaúba do Estado à época, na Fazenda Campestre, no município de Pacajus.

Homem público, Franklin Chaves exerceu em Limoeiro do Norte o mandato de vereador à Câmara Municipal, de 1935 a 1937, ocupando a presidência da mesma.

Foi, todavia, no campo da ação social, que se tornou merecedor do apreço e da admiração de seus cidadãos. Idea-

lizador e fundador da Escola Normal Rural daquela cidade; fundador e presidente por vários anos da Sociedade Pró-Educacional Rural de Limoeiro; fundador e presidente da Sociedade dos Amigos de Limoeiro; Presidente do Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo daquela Diocese; Presidente do Círculo de Operários Católicos e Promotor de outras iniciativas, de grande alcance, tendo nele encontrado a Diocese limoeirense um dedicado amigo e auxiliar na realização de suas obras de assistência sócio-católica.

Franklin Chaves foi o terceiro membro da família Chaves a ter assento no Parlamento estadual, pois foram deputados o seu avô, cel. Serafim Tolentino e o seu tio dr. Leonel Serafim Freire Chaves.

Na Assembleia Legislativa, foi eleito na sessão ordinária de 22 de julho de 1947 para as Comissões de Finanças e Orçamento, e de Indústria e Comércio.

Reeleito para mais seis legislaturas consecutivas: 1951, 1955, 1959, 1963, 1967 e 1971, foi Presidente da Assembleia Legislativa em 1966, quando assumiu o Governo do Estado, em várias ocasiões. Exerceu ainda as funções de 1º Vice-Presidente da Casa em 1960 e 1967.

Presidente da Comissão de Finanças, da primeira Comissão de Divisão Territorial do Estado, da Comissão Regional das Assembleias Legislativas do Nordeste que apresentou sugestões para os problemas dos pecuaristas; membro efetivo de várias Comissões Técnicas, do Conselho Estadual de Economia por indicação da Assembleia; representante do Governo do Estado junto ao Conselho Deliberativo da Sudene; relator da Proposta Orçamentária do Estado em todas as legislaturas. Presidiu, na qualidade de Governador do Estado, a reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, na Ilha de Fernando de Noronha. Presidente do Seminário de Orós e Banabuiú que tratou da defesa do Vale do Jaguaribe. Membro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural do Ceará (Sudec); do Conselho Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (Codec); e Conselheiro do Conselho de Contas do Estado.

Membro da Executiva Estadual do PSD, um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Secretário Geral do Diretório Regional da Arena.

Cidadão Honorário dos Municípios de Iracema (1968), de Limoeiro do Norte (1972), de Tabuleiro do Norte (1974), de Pacajus (1982) e de Chorozinho (1989).

Condecorações recebidas: Medalha Comemorativa do Centenário de nascimento de Clóvis Beviláqua, concedida pelo Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado (1959); Medalha Grande Mérito Parlamentar - VI Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas (1972); Medalha da Abolição, concedida pelo Governador César Cals (1972); Medalha D. Aureliano Matos, concedida pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, por relevantes serviços prestados ao município (1987); Comenda Maia Alarcon, da Prefeitura de Tabuleiro do Norte (1988).



Hildeberto Barroso

Partido Social Democrático - PSD

HILDEBERTO BARROSO

Notário Público. Nasceu em Itapipoca/CE, a 27 de maio de 1894, filho do cel. Anastácio Barroso Valente e de Maria Amélia Barroso Braga. Faleceu a 12 de março de 1978.

Dedicou-se desde a infância à vida rural, tornando-se abastado criador, nos municípios de Itapipoca e Sobral. Ingressou na vida pública em 1928. Nomeado Tabelião Público do 2º Cartório de Itapipoca, foi candidato sob a legenda da Liga Eleitoral Católica às eleições estaduais de 1934, para a Constituinte de 1935. Conseguiu no período legislativo, junto ao Governo do Estado, grandes melhoramentos para a sua terra.

No Parlamento estadual, pela segunda vez, deu continuidade à tradição política de sua família, na qual figuraram vários dos seus ascendentes e descendentes.

Transferiu, então, suas ações políticas para os filhos, entre eles, Danúσιο, Eudásio e Gerardo, que representaram o nome da família, exercendo mandatos eletivos, tanto na Assembleia Legislativa como na Prefeitura de Itapipoca. Dedicou-se à criação de gado e de cavalos de corrida.

Hildeberto Barroso permanece lembrado, sobretudo, em sua querida terra natal Itapipoca, nominando logradouros públicos, e através do conjunto de obras que proporcionou à sua comunidade.



Figueiredo Correia
Partido Social Democrático - PSD

JOAQUIM FIGUEIREDO CORREIA

Advogado. Nasceu em Várzea Alegre/CE, a 04 de novembro de 1920, tendo sido o mais novo Constituinte de 1947. Filho do Capitão da Guarda Nacional e Industrial José Correia Lima e de Maria Figueiredo Correia. Faleceu em Fortaleza a 16 de dezembro de 1981.

Bacharelou-se em 1950 pela Faculdade de Direito do Ceará em Ciências Jurídicas e Sociais. Aos 18 anos, em 1938 foi nomeado Primeiro Adjunto de Promotor, cargo que exerceu por um ano. Foi Inspetor Escolar aos 20 anos, em cujas funções permaneceu por dois anos.

Em Fortaleza, no Instituto São Luiz, cursou o Ginásial, retornando a Várzea Alegre, interrompendo aos 18 anos os estudos para assumir a direção dos negócios da família, em virtude do óbito de seu pai.

Em 1943, voltou a Fortaleza para estudar no Liceu do Ceará, e em 1945 prestou exame vestibular na Faculdade de Direito do Ceará.

A sua marcante vocação política revelou-se muito cedo. Em 1944, foi eleito Secretário Geral do Centro Estudantil do Ceará e em novembro do mesmo ano, por sufrágio direto da categoria estudantil, foi eleito Presidente, sendo reeleito em 1945, obtendo 92% dos votos.

Na Constituinte de 1947, era um dos deputados mais jovens. Em 1948 foi 2º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Reeleito nas legislaturas de 1951, 1955 e 1959.

Elegeu-se Vice-Governador, em 1962, na chapa encabeçada por Virgílio Távora, na coligação “União pelo Ceará”. Em 1957, foi Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará. Em 1967, pelo extinto MDB, (Movimento Democrático Brasileiro) foi eleito Deputado Federal pelo Ceará. Eleito, novamente, deputado federal para os mandatos de 1975 e 1979.

Na Câmara Federal, exerceu a função de Vice-Presidente das Comissões de Educação e de Justiça. Representou o Parlamento Federal em sessões na antiga Alemanha Ocidental e Estados Unidos. Foi presidente do Grupo Parlamentar Cristão. Na reformulação partidária, ingressou no PP (Partido Progressista), optando depois pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Secretário Estadual de Educação no Governo Parsifal Barroso; membro do Conselho Estadual de Educação, professor da Escola de Administração do Ceará e Procurador do Conselho de Contas dos Municípios.



Joel Marques

Partido Social Democrático - PSD

JOEL MARQUES

Comerciante. Filho do Farmacêutico Horácio Marques e de Maria Rosa Marques, nasceu em Tauá/CE a 28 de dezembro de 1901. Faleceu em Fortaleza a 16 de dezembro de 1982.

Fez os primeiros estudos na cidade natal. Ingressou no comércio aos 17 anos de idade, estabelecendo-se em seu município, onde veio a se tornar, posteriormente, destacado comerciante e influente produtor rural.

Passando a militante da política, foi eleito Prefeito do município de Tauá, em 1928, sendo reeleito em 1930. Deixou, entretanto, o cargo em consequência do movimento revolucionário vitorioso de então, que cassou o mandato de todos os gestores municipais da época. Nomeado para o mesmo cargo, em 1935, com o advento do regime Constitucional, apresentou-se candidato à Prefeitura em 1936. Conseguindo eleição, mais uma vez, foi afastado do cargo por ato de força do golpe de Estado de 1937. Nesse mesmo ano, retornou às funções por nomeação do Interventor Federal, dr. Francisco de Menezes Pimentel, nelas permanecendo até 1942, quando transferiu residência para Fortaleza.

Nesta Capital, estabeleceu-se no comércio logo após a sua chegada, constituindo a firma individual – J. Marques –

que assim permaneceu até 1945, quando, então, associado ao seu irmão Sebastião Marques, passou a firma à razão social de J. Marques & Cia.

De 1943 a 1946, fez parte da Comissão Estadual de Preços, tendo por duas vezes ocupado a sua presidência. Em 1946, foi eleito Presidente do Sindicato dos Atacadistas de Gêneros Alimentícios.

Candidato à Assembleia Constituinte, sob a legenda do Partido Social Democrático, foi eleito em 4º lugar dentre os 19 Deputados que constituíram a respectiva bancada na Assembleia.

Nessa histórica legislatura, foi membro da Comissão de Saúde Pública e Assistência Social, eleito na sessão ordinária de 23 de julho.

Após sua participação parlamentar em 1947, reelegeu, sucessivamente, por mais cinco mandatos: 1951, 1955, 1959, 1963 e 1967. Na Assembleia Legislativa ocupou a Quarta Secretaria em 1968 e a Quinta Secretaria, em 1970.

Em 1970, foi indicado pelo então governador Plácido Aderaldo Castelo para Conselheiro do Conselho de Contas dos Municípios, onde permaneceu prestando relevantes serviços até seu falecimento.



Aristóteles Gondim

Partido Social Democrático - PSD

JOSÉ ARISTÓTELES GONDIM

Coletor estadual. Nasceu em Guaramiranga/CE, a 1º de fevereiro de 1902, filho de Leopoldo Monteiro Gondim e de Maria Elisa de Castro Gondim. Faleceu em 19 de fevereiro de 1978.

Fez os estudos primários no Colégio São Rafael, de Fortaleza, e parte dos secundários no Liceu, tendo, porém, de abandoná-los para se empregar como caixeiro da casa comercial de J. Barreto & Cia, de Fortaleza, tornando-se seu viajante no interior do Estado. Passou, então, a trabalhar para a firma F.T. Cavalcante & Cia., sempre viajando ao interior. Posteriormente, fez esse trabalho para as firmas M. Cavalcante & Cia. e J. Bezerra & Cia., todas de Fortaleza. Transferiu-se em 1926 para Recife. Ali empregou-se como viajante-propagandista, em Recife e Manaus, da Casa J. Pessoa de Queiroz & Cia. Seguiu em 1929 para São Paulo, onde foi gerente e viajante, para o Sul, de São Paulo a Porto Alegre, e para o Norte, de São Paulo a Manaus da firma Schaible & Kanitz – fábrica de malharia e armazém de tecidos. Em 1931, empregou-se como viajante da casa Spiler Júnior, do Rio de Janeiro, percorrendo Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Em 1933, passou a representar a Perfumaria Mendel, do Rio, com matriz em Buenos Aires, tendo obtido prêmios de viagem à capital argentina e a Montevidéu. Viajando como

propagandista da referida Perfumaria para o Ceará, aqui abandonou a sua longa carreira do comércio por ter sido nomeado, a 27 de dezembro de 1935, Coletor das Rendas Estaduais de São Francisco da Uruburetama, atual Itapajé.

Eleito Deputado Estadual em 1947, participou da Assembleia Constituinte. Eleito para compor a Comissão de Educação e Cultura.



Eretides Martins

União Democrática Nacional - UDN

JOSÉ ERETIDES MARTINS

Agricultor e produtor rural. Nasceu em São Gonçalo do Amarante/CE, a 14 de fevereiro de 1902. Filho do cel. Manuel Martins de Oliveira e de Filomena Brígido Pinto. Faleceu em 19 de maio de 1963.

Tendo feito os estudos primários e secundários em sua terra natal, dedicou-se aos misteres agrícolas e pecuários, auxiliando o seu pai na administração dos bens rurais e propriedades da família.

Por duas vezes exerceu o cargo de Coletor das Rendas Estaduais do Município, tendo exercido, antes, o de Escrivão da Coletoria, exonerado por motivos políticos nos Governos Carneiro de Mendonça e Menezes Pimentel.

Eretides Martins foi um apaixonado por assuntos folclóricos e histórico-regionalistas, não perdendo ensejo de incentivar os vates populares, chegando mesmo a produzir romances e realizar desafios de fino sabor e sutileza de espírito.

Deputado estadual na legislatura de 1947, atuou com grande destaque na Assembleia Constituinte, sobretudo como membro da Comissão de Indústria e Comércio.

Posteriormente foi eleito suplente na legislatura de 1959–1962, chegando a assumir em várias oportunidades a titularidade do cargo.

No exercício de suas funções parlamentares, apresentou projetos de infraestrutura de grande envergadura, entre os quais destacam-se: prolongamento do trem suburbano então existente até a sede do município de Caucaia, aprovado e incluído, por vários anos, no orçamento da União; construção de barragens; construção de maternidade; construção das estradas São Gonçalo–Pecém, São Gonçalo–Paracuru, São Gonçalo–Trairi; fixação de dunas para preservação das vilas de Pecém, Paracuru e Mundaú.

Político operoso, voltado ao bem-estar da comunidade e ao desenvolvimento sociocultural de seus conterrâneos, Eretides Martins marcou sua vida política com seriedade, dedicação e elevado espírito público.



José Filomeno Gomes
Partido Social Democrático - PSD

JOSÉ FILOMENO FERREIRA GOMES

Comerciante. Nasceu em Acaraú/CE, a 30 de agosto de 1887. Filho de João Filomeno Ferreira Gomes e de Maria Giffoni Ferreira Gomes. Faleceu em Fortaleza a 19 de fevereiro de 1981.

Iniciou a vida como agricultor, passando, depois, ao comércio, sempre ligado às atividades rurais.

Foi sócio da importante firma J. Jaime & Cia., de Acaraú, importadora e exportadora, proprietária de embarcações a vela e caminhões, que mantinham intercâmbio com as praças de Recife, Fortaleza, João Pessoa e Parnaíba. Foi sócio cotista da firma Comércio e Indústria Acarauense, que contava com usinas para beneficiamento, de algodão, sal, arroz e cera de carnaúba. Dedicou-se igualmente à pecuária, tendo sido um dos grandes criadores do Estado, com apreciável plantel de gado de raça e vastas extensões de carnaubais, racionalmente explorados.

Destacado político do Vale do Acaraú, ingressou no Parlamento Estadual como Deputado Constituinte, atuando com eficiência na Comissão de Segurança Pública.

Reeleito Deputado Estadual na legislatura seguinte, afirmou-se como uma das expressivas lideranças do Vale do

Acaraú. Deixou forte descendência política até hoje em destaque na vida pública cearense.

Seus filhos Amadeu Ferreira Gomes foi deputado estadual por duas legislaturas; Orzete Ferreira Gomes, por quatro legislaturas; João Jaime Ferreira Gomes foi prefeito de Acaraú por duas vezes e José Filomeno Filho, prefeito em Abaiara. Seus netos Manoel Duca da Silveira Neto deputado estadual, por várias legislaturas; Aníbal Ferreira Gomes, ex-prefeito de Acaraú e atual deputado federal e João Jaime Ferreira Gomes Filho (falecido) foi prefeito de Acaraú em duas administrações.



José Marinho

Partido Comunista do Brasil - PCB

JOSÉ MARINHO DE VASCONCELOS

Operário da construção civil. Realmente proletário, teve assento na Assembleia, como representante da classe.

Nasceu a 13 de junho de 1913 na cidade de Natal/RN, sendo seus pais Antônio Marinho de Vasconcelos, operário-marceneiro, e Antônia Francisca de Vasconcelos, de prendas domésticas, ambos Pernambucanos. Faleceu a 23 de junho de 1984.

Tendo apenas estudos primários, dedicou-se à arte de pedreiro, em que se tornou exímio. Ingressou em 1930 na Juventude Comunista, no Estado de Pernambuco, passando em 1934 a membro da direção do Comitê Regional da Juventude. Em Natal, militou no respectivo Comitê Regional até 1939. Em 1940 veio a serviço da sua profissão, ao Ceará, onde trabalhou até 1942, voltando em 1943 ao Rio Grande do Norte, dali regressando ao Ceará em agosto. Ligado ao Comitê Regional de então, atuou em organismo de base, sendo eleito na Conferência Estadual do PCB, de 1944, Secretário da Organização do Comitê Estadual do Ceará. Foi Secretário Político do Ceará e membro-suplente do Comitê Nacional.

José Marinho foi uma revelação e um exemplo frisante de autodidatismo. Contando apenas com o curso primário, discorria com segurança e pertinência sobre assuntos de or-

dem econômica e social, e na tribuna sabia manter-se com apuro e fluência.

Integrante da Assembleia Constituinte, foi eleito na sessão ordinária de 22 de julho para as comissões de Constituição, Justiça e Legislação, e Indústria e Comércio.

Teve seus direitos políticos cassados por ato de força da Revolução de 1964 e preso por 30 dias no Quartel do 23º Batalhão de Caçadores, do Exército brasileiro, em Fortaleza.

Permaneceu trabalhando como operário da construção civil, em contato permanente com seus companheiros e correligionários, mantendo vivo o seu ideal político.

Em 1983, viajou para a União Soviética, a convite oficial do governo comunista. Quando de seu retorno ao Brasil afastou-se das atividades políticas por motivo de saúde.

Deixou aos pósteros uma expressiva lição de convicção ideológica e coragem cívica, como político e cidadão.



Parsifal Barroso

Partido Social Democrático - PSD

JOSÉ PARSIFAL BARROSO

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Nasceu em Fortaleza, a 5 de julho de 1913. Filho do dr. Hermínio Barroso e de Emília Cunha Barroso. Faleceu em Fortaleza a 23 de abril de 1986.

Fez seus primeiros estudos com a professora Beatriz Ibiapina, concluindo o ciclo estudantil secundário nos Colégios São Luiz, Cearense do Sagrado Coração e Liceu do Ceará.

Matriculando-se em 1930, na Faculdade de Direito do Ceará, colou grau como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 03.12.1933, tendo sido eleito por maioria absoluta, orador oficial da turma.

Sua carreira no magistério foi iniciada, também, em 1930, como professor de nível médio no Colégio Domingos Barroso, ministrando a cadeira de Ciências Físicas e Naturais. Lecionou ainda nos colégios Militar de Fortaleza, Liceu do Ceará, Castelo Branco, São João, Cearense, Imaculada Conceição, Instituto São Luiz e Escola de Comércio Fênix Caixeiral. Como professor universitário, fez parte do corpo docente das Faculdades de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade Federal do Ceará e Católica de Filosofia, do Seminário Provincial de Fortaleza; da Escola de Administra-

ção do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará, e do Centro Universitário de Brasília (CEUB).

Promotor de 1ª Categoria do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social (1935) e Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (1977).

Sua vida política, de invulgar relevo, iniciou-se quando de sua eleição como Deputado Estadual Constituinte de 1947, onde atuou com grande destaque nas Comissões de Educação e Cultura e de Finanças e Orçamento.

Deputado federal nas Legislativas de 1951–54, 1971–74 e 1975–78. Exerceu na Câmara dos Deputados posições de grande destaque tanto nas Comissões quanto na Mesa Diretora do Parlamento Federal. Foi duas vezes consecutivas vice-líder da Arena. Em 1954 elegeu-se Senador da República, com atuação brilhante nos debates na Câmara Alta, em defesa dos interesses do nosso Estado e do seu povo e como representante do País em várias missões parlamentares internacionais. Em 1956, convidado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, assumiu as relevantes funções de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, administrando essa importante Pasta até 1958.

Em 1959, foi guindado, pelo voto popular, ao mais alto posto do estado, eleito que foi Governador do Ceará, ocupando essas elevadas funções no período de 1959 a 1963. Sua administração foi de grande competência e alcançou repercussão política nacional. Parsifal Barroso governou com eficiência, serenidade e sabedoria, e deixou o poder sob aclamação popular.

Condecorações e distinções: Ordem de Leopoldina; Medalha da Abolição; Medalha Justiniano de Serpa; Comendador da Ordem de São Gregório Magno; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval Brasileiro; Medalha do Mérito de Santos Dumont; Grande Oficial do Mérito Parlamentar; Grande Oficial do Mérito do Trabalho; Grande Oficial da Ordem de Leopoldo (Bélgica); Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval (Espanha); e Comendador da Ordem do Mérito Paraguaio.

Entre seus trabalhos publicados, destacam-se: As Teorias de Geber (1930), Pedro, o Nosso Irmão (1950), O Cearense (1969), Um Francês Cearense (1971) e Uma História Política do Ceará (1985).

Galgou as maiores posições políticas do seu tempo. Destacou-se como pensador, educador e cultor das letras e das artes. Manteve-se, sempre, como cidadão exemplar e paradigma de simplicidade e retidão, uma referência obrigatória na história política do nosso Estado.



Torres de Melo

União Democrática Nacional - UDN

JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO

Comerciante. Nasceu em Fortaleza, a 18 de março de 1892, sendo filho do Major do Exército Francisco Torres de Melo e de Etelvina de Freitas Torres. Faleceu em Fortaleza a 19 de novembro de 1969.

Iniciou os estudos primários no Colégio Pestalozzi, do Recife, terminando-os no Colégio Nogueira, de Fortaleza, ingressando em 1905 no Liceu Cearense, onde fez o curso secundário.

Dedicou-se desde muito moço às atividades comerciais, como auxiliar de estabelecimentos de Fortaleza. Fundou, em 1920, a “Casa As Torres”, propriedade da firma J. R. Torres de Melo, da qual foi chefe.

Lutando pela vida, não descurou de ilustrar o seu espírito. Tornou-se uma das mais importantes figuras dos círculos comerciais, sociais e associativos do Ceará, a par de uma ilustração intelectual das mais profundas.

Iniciando-se na Maçonaria, de tal forma se impôs, por sua correção e pela firmeza das suas atitudes, que alcançou o ponto máximo da Ordem Maçônica, no Estado: Grão Mestre do Grande Oriente Estadual, posto para o qual foi reeleito, e no qual desenvolveu incomum atividade. Incentivou o ensino

primário em diversas escolas mantidas pelo Grande Oriente, promoveu meios eficazes para manutenção da admirável obra de assistência, o Asilo de Mendicidade, hoje Lar Torres de Melo, um estabelecimento dedicado aos idosos, que é referência no Brasil.

Presidente do Sindicato dos Lojistas; Secretário e Presidente da Federação das Associações de Comércio e Indústria do Ceará (Facic); Diretor da Cruz Vermelha (Seção do Ceará); tesoureiro do Instituto Brasil-Estados Unidos do Ceará; Tesoureiro da Liga de Defesa Nacional; Presidente da Junta Comercial do Ceará; Vice-Presidente da Federação do Comércio do Ceará; Delegado da Federação do Comércio do Ceará junto à Confederação Nacional do Comércio; Presidente do Asilo de Mendicidade; membro do Conselho de Honra da Fênix Caixeiral; membro do Conselho Consultivo do Banco do Nordeste; Presidente do Diretório Municipal da União Democrática Nacional (UDN) e membro da Executiva Estadual da UDN.

Representou a Maçonaria cearense na 1ª Conferência Interamericana da Franco-Maçonaria Simbólica, reunida em Montevideu a 16 de abril de 1947.

Eleito na sessão de 22 de julho para a Comissão de Finanças e Orçamento, na Assembleia Constituinte de 1947, cumpriu um papel de grande destaque naquele histórico acontecimento.

Nessa legislatura ocupou, ainda, a Segunda Vice-Presidência da Casa em 1949 e a Primeira Secretaria em 1950.

Fez parte dos movimentos de criação do CDL – Clube de Diretores Lojistas, e também LBA – Legião Brasileira de Assistência. Pertenceu ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Recebeu do Governo do Estado do Ceará, a Medalha da Abolição, pelos serviços prestados ao nosso povo, no decorrer de sua relevante e proficiente vida pública, outorgada pelo governador Plácido Castelo.

Lembrado por suas inúmeras obras e extrema dedicação ao próximo, em particular aos menos favorecidos, seu nome denomina uma rua e escola de Fortaleza. Além do mais, o antigo Asilo de Mendicidade, estabelecimento modelar do País, ao qual se dedicou de corpo e alma, denomina-se atualmente Lar Torres de Melo. Obra cultivada com imenso carinho e desvelo pelos seus filhos gal. Torres de Melo e José Torres de Melo Filho.



Waldemar Alcântara
Partido Social Democrático - PSD

JOSÉ WALDEMAR DE ALCÂNTARA E SILVA

Médico. Nasceu em São Gonçalo do Amarante/CE a 12 de abril de 1912. Filho de Raimundo Nonato da Silva e de Luíza de Alcântara e Silva. Faleceu em Fortaleza a 10 de dezembro de 1990.

Iniciou os estudos em sua cidade natal. Em Fortaleza, matriculou-se no Liceu do Ceará e concluiu o curso ginasial no Colégio São João. Formado em Medicina pela Faculdade da Bahia, em 1938.

Em 1939, fez o curso de Sanitarista, sendo em seguida nomeado Chefe do Posto de Higiene de Quixadá; Chefe do Centro de Saúde de Fortaleza; Chefe do Serviço de Epidemiologia do referido Centro, e Diretor do Departamento Estadual de Saúde. Presidente do Centro Médico Cearense em 1945, Diretor da Policlínica Geral de Fortaleza.

Eleito Deputado Estadual Constituinte, em 1947, sendo o mais votado. Primeiro Vice-Presidente, ao passar a Assembleia a funcionar em legislatura ordinária e na sessão de 22 de julho, integrou a Comissão de Saúde Pública e Assistência Social, da qual foi presidente.

Reeleito em 1950 para o Legislativo estadual, obtendo outra vez a maior soma de votos da legenda, quando foi

escolhido líder da bancada do PSD – Partido Social Democrático.

Eleito Deputado Federal em 1954, pelo PSD, onde sempre fora filiado, tendo exercido por muitos anos a Vice-Presidência da Seção do Ceará, do referido partido.

Com a extinção dos partidos políticos, em 1964, integrou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), da qual foi Vice-Presidente do Diretório Estadual.

Senador da República no período de 1968 a 1974. Nessa qualidade, ocupou a presidência das Comissões de Segurança Nacional e de Assuntos Regionais. Integrou ainda a Comissão de Saúde.

Eleito Vice-Governador do Estado, pela Assembleia Legislativa, tomando posse a 15 de março de 1975. Com a renúncia do Governador Adauto Bezerra, assumiu, a 28 de fevereiro de 1978, a governadoria do Estado, permanecendo à sua frente até 15 de março de 1979, quando passou o cargo ao sucessor, governador Virgílio Távora.

Waldemar Alcântara foi um político de destaque em nível nacional, especialmente no Ceará, ocupando importantes cargos, como: Secretário de Saúde, nos Governos Raul Barbosa e Virgílio Távora; Diretor da Faculdade de Medicina do Ceará, por dois períodos consecutivos, 1957–1963; Diretor do Instituto de Medicina Preventiva; Presidente do Conselho de Contas dos Municípios, de 1965 a 1968; Diretor da Carteira de Crédito Rural do BNB, 1967–1968; substituto do Presidente do BNB, por 15 vezes, durante ausências temporárias; fundador e Presidente do Instituto do Câncer do Ceará; Superintendente da Campanha Nacional de Tuberculose; primeiro Diretor do Sanatório de Maracanaú; Presidente da Sociedade Cearense de Cardiologia; membro do Conselho Universitário da UFC; Vice-Presidente da Associação dos Professores de Ensino Superior do Ceará (APESC) e Presidente da Cooperativa da mesma Associação; Presidente da Academia Cearense de Medicina; membro da Academia Brasileira de Medicina Militar, do Ceará.

Distinções

Sócio Honorário da Casa do Estudante do Ceará; Estudante Honoris Causa do Liceu do Ceará; Doutor Honoris Causa da UFC; acadêmico honorário da Academia Cearense de Letras; Personalidade do Ano, em 1978, do Clube Líbano Brasileiro, Troféu Sereia de Ouro, da Televisão Verdes Mares; Contador Honorário do Brasil; Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará.

Condecorações

Medalha do Mérito da Câmara Federal; Medalha do Mérito do Senado Federal; Medalha do Sesquicentenário da Independência; Medalha Marinha do Brasil; Medalha Estado do Rio de Janeiro; Medalha do Mérito da Universidade Federal do Ceará; Medalha Justiniano de Serpa; Medalha do Mérito Turístico de Fortaleza; Medalha Sesquicentenário de Alencar; e Medalha da Abolição.

Títulos de Cidadania Honorárias das cidades de Fortaleza, Apuiarés, Caucaia, Icó, Itapajé, Pacoti, Paracuru, Pentecoste e Quixadá.

Significativas homenagens foram-lhe prestadas, entre as quais se destacam: aposições de retrato na Associação dos Prefeitos do Ceará, na Procuradoria Geral do Estado, na Procuradoria de Justiça do Estado; denominação de Governador Waldemar Alcântara ao Salão Nobre da Procuradoria Geral do Estado, ao Plenário do Conselho de Contas do Ceará, à estrada que liga Paracuru a BR-222, passando por São Gonçalo do Amarante, à sede do IPEC, na cidade de Cedro, à Agência Metropolitana do Banco do Estado do Ceará, na Avenida Mister Hull e ao Fórum de Justiça de Pacoti/CE.

Registram-se dentre muitas obras e trabalhos publicados: O Médico, o Operário e o Patrão (1946); Medidas Preventivas e Repressivas do Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes; Ação Parlamentar, Tomos I e II; trabalhos apresentados, no Senado, como Coordenador da Comissão Mista para examinar o projeto de criação do INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição; projeto apresentado, no Sena-

do, sobre Medidas Preventivas e Repressivas do Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes; discurso em homenagem à memória de Osvaldo Cruz, ao ensejo de comemoração do Dia Nacional da Saúde.

Waldemar Alcântara deixou aos cearenses e aos brasileiros um legado de magnitude humana e de inteligência cultivada sob os parâmetros da sabedoria política e da ética sócio-científica.

Seu filho, dr. Lúcio Alcântara, honrando a tradição paterna, formou-se em Medicina. Dedicando-se à atividade política, desempenhou com elogiável tirocínio e amor à causa pública, exerceu importantes cargos, tais como: prefeito de Fortaleza, secretário de Estado, deputado federal, senador, vice-governador e governador do Ceará, impondo-se à história política do Ceará como emérito administrador público e desempenho político, merecedor do respeito e reconhecimento de todos os cearenses.

A tradição política da família continuou também com seu neto, Leonardo Alcântara, o qual teve assento na Câmara Federal por três mandatos 1999–2002, 2003–2006 e 2007–2011, sempre pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).



Manoel Gouveia

Partido Social Democrático - PSD

MANOEL CARLOS DE GOUVEIA

Doutor em Medicina. Nasceu em Aracaju/SE, a 25 de dezembro de 1891. Filho do professor Ricardo Viviano de Gouveia e de Clotilde Soares de Gouvêa. Faleceu em Iguatu/CE a 6 de janeiro de 1970.

Veio com seus pais para Fortaleza com a idade de 7 meses. Estudou as primeiras letras com sua mãe, e, aos 7 anos, foi matriculado no colégio do professor Anacleto Pereira Cavalcante de Queiroz. Seguindo seu pai para Aracati, frequentou, ali, diversos colégios. Aos 15 anos, fez o curso secundário, no Colégio Sete de Setembro, em Salvador.

Na capital baiana, cursou o secundário e preparatórios para o curso de Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, onde ingressou em 1913. Concluiu o curso em 1918, aprovado com distinção.

Sua tese de Doutorado: *Da Síndrome Neurastênica*, foi aprovada com distinção, colando grau, sem solenidade, em virtude da epidemia da gripe, na Secretaria da Faculdade, a 16 de janeiro de 1919. Regressando ao Ceará, a 1º de março daquele ano, trabalhou na Estrada de Ferro, de Soure a Itapipoca (serviço de construção, na qualidade de médico), dali transferido para Iguatu, onde chegou a 1º de setembro de 1920, como médico da construção dos ramais de

Orós e Cariús, da Rede Viação Cearense (RVC), e instalou consultório na Farmácia Central, de propriedade do farmacêutico Ladislau Arnaud Mascarenhas, onde clinicava.

Ingressando na política, foi indicado candidato a Prefeitura Municipal de Iguatu, num rumoroso pleito, exercendo o mandato de 1926 a 1930, ocupando, ainda o cargo, por nomeação, de 1935 a 22 de dezembro de 1946.

Na administração municipal daquela cidade, modificou os sistemas adotados pelos antecessores e estabeleceu um programa de difusão do ensino primário e alfabetização popular de maiores e menores de 18 anos, instalando escolas no campo, em contato direto com os agricultores, como as dos distritos de Penha (1935), Jiqui (1946) e Canafistula (1942). Construiu 12 escolas; criou Escolas de Música e Cortes e Costura; o Matadouro Modelo, arborizou a cidade e cuidou das estradas.

O ponto mais alto da obra realizadora do dr. Manuel Gouvêa foram as ações na área de assistência social, especialmente no Hospital de Santo Antônio dos Pobres, de Iguatu.

Eleito prefeito de Iguatu em 1958, para o mandato de 1959 a 1963. Não deixou descendentes.

Em 9 de setembro de 1990, em uma homenagem da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal de Iguatu, a praça onde está a casa em que viveu por mais de 40 anos passou a ter a denominação de seu nome. Eternizado em uma estátua de bronze, lega aos conterrâneos e pósteros o exemplo de homem probó, político inatacável e cidadão exemplar.



Manoel de Castro
União Democrática Nacional - UDN

MANOEL CASTRO FILHO

Bacharel em Direito. Nasceu em Morada Nova/CE, a 1º de julho de 1912. Filho do cel. Manoel Castro Gomes de Andrade e de Maria Cândida Gomes de Andrade. Faleceu em Fortaleza a 18 de setembro de 1995.

Advogado, iniciou seus estudos na cidade de Aracati, em 1927, no colégio José de Alencar, dirigido pelo dr. Joaquim Moreira de Souza, então promotor de justiça da Comarca.

Em 1929, veio para Fortaleza, para cursar o secundário no Colégio Castelo Branco, onde permaneceu até 1931. Em 1932, matriculou-se no Ginásio São João. Em 1934, prestou exame vestibular na Faculdade de Direito do Ceará, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1938.

Em 1939, transferiu sua residência para Limoeiro do Norte, dedicando-se à advocacia. Em 1945, foi designado Juiz Eleitoral, permanecendo na função até julho de 1946, quando foi substituído pelo Juiz de Direito, dr. Otacílio Peixoto de Alencar.

Deputado Constituinte em 1947. Membro da Comissão de Segurança Pública, eleito na sessão ordinária de 22 de julho daquele mesmo ano. Reeleito por mais sete legislaturas

consecutivas (1951, 1955, 1959, 1963, 1967, 1971 e 1975). Integrou diversas Comissões Técnicas e foi Primeiro Secretário da Mesa Diretora em 1966.

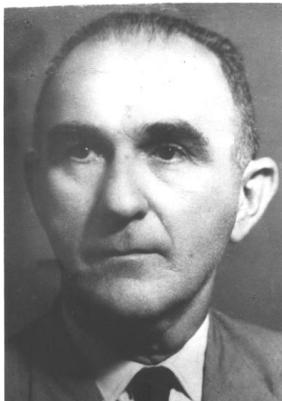
Como Presidente da Assembleia, em 1970, exerceu, por várias vezes, a chefia do Governo do Estado, durante as ausências do então Governador Plácido Castelo.

Detentor da Medalha do Mérito Parlamentar, condecoração concedida apenas aos deputados com 25 anos de atividades legislativas.

Eleito Vice-Governador na chapa de Virgílio Távora, em 1978, assumiu em caráter definitivo o Governo em 15 de março de 1982. Em vista do afastamento do Governador para candidatar-se ao Senado Federal.

A atuação do governador Manoel Castro Filho foi a confirmação de toda sua vida pública, pautada sob a égide de esperança em dias melhores para o Ceará. Cidadão de caráter ilibado e inteligência prática voltada para o bem coletivo do Ceará. O que mais o distinguia, a sua fidelidade partidária e amizade aos conterrâneos de Morada Nova e aos cearenses em geral. Foi um homem simples e de ética política invejável.

Sua filha, Douvina de Castro, foi eleita deputada estadual em 1978, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e reconduzida à legislatura seguinte, 1983–1986, pelo Partido Democrático Social (PDS). Manoel de Castro Neto assumiu por duas vezes cadeira no Parlamento estadual, como suplente, nas legislaturas 2003–2006 e 2007–2010, sempre pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).



Vilebaldo Aguiar

União Democrática Nacional - UDN

MANOEL VILEBALDO FROTA AGUIAR

Funcionário público Federal. Nasceu a 12 de dezembro de 1895, na cidade de Coreaú/CE. Filho de Francisco Felinto Aguiar e de Rosa Frota Aguiar. Faleceu em 13 de junho de 1966.

Iniciou os estudos primários em sua terra, passando, depois, a frequentar os colégios dirigidos por Pedro Ciarlini, em Massapê, e Teles de Souza, em Sobral.

Aos 16 anos de idade, em 1910, seguiu para o Amazonas, onde permaneceu até 1912, quando regressou ao Ceará. Encontrando o Estado empolgado com a campanha político-popular pró-Franco Rabelo, tomou parte ativa naquele movimento, integrando a Divisão do Norte, no posto de Tenente, permanecendo ao lado do Presidente até a sua deposição, quando foi preso, sem ceder em suas convicções políticas.

Desgostoso com a situação de insegurança reinante no Ceará, e temendo novas coações, resolveu seguir para o Estado de São Paulo, em fins de 1914, fixando residência na cidade de Santos até 1918, época em que voltou ao Ceará, filiando-se, então, ao Partido Democrata, chefiado pelos drs. Manuel Moreira da Rocha e Francisco de Paula Rodrigues. Em 1934, quando da organização de novos partidos políticos.

Filiou-se à corrente chamada Saboísta, chefiada pelo dr. José Saboya de Albuquerque a cuja orientação obedeceu, dentro dos quadros da União Democrática Nacional.

Durante a sua permanência em Santos, foi funcionário da firma Raimundo Vasconcelos, agente do Lloyd Brasileiro e, depois, Chefe da Estiva da mesma Companhia, naquela cidade.

Regressando ao Ceará, estabeleceu-se no comércio, na cidade de Cariré, de sociedade com seu irmão Elísio Aguiar, retirando-se meses depois para se estabelecer na cidade de Massapê, de cujo termo foi Delegado de Polícia cerca de dez anos, e de cujo município foi vereador, Prefeito e Coletor das Rendas Estaduais.

Funcionário público federal, lotado na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Ceará, oportunidade em que atuou ativo pesquisador dos velhos documentos que encerram muito da nossa história econômica e patrimonial, elucidando verdadeiros enigmas até então considerados insolúveis, sobre disputas e questões atinentes a terras, datas, prédios e propriedades.

O deputado Vilebaldo Aguiar descende de uma das mais antigas famílias do Ceará, oriunda do famoso Arnaud de Holanda, de Utrech, filho do Barão de Rhenobourg e da princesa Margarida de Florência, irmã do Papa Adriano VI.

Na Assembleia Constituinte de 1947, foi membro da Comissão de Agricultura e Obras Públicas, eleito na sessão ordinária de 22 de julho.

Suplente de deputado estadual na legislatura seguinte, 1959–1962. Findo seu mandato, abandonou as atividades políticas, sendo nomeado Diretor Geral da Assembleia Legislativa, cargo que exerceu até 1965, quando se aposentou ao completar 70 anos de idade, em 12 de dezembro.

Merecida e honrosa homenagem foi-lhe prestada na festa de sua despedida na Casa do Povo: a denominação de Vilebaldo Aguiar à sala em que trabalhara durante os últimos

15 anos de sua vida, pois alguns meses depois veio a falecer, em 13 de maio de 1966.

Outras homenagens: nas cidades de Coreaú e Massapê, as escolas públicas existentes têm o seu nome; em Fortaleza, no bairro do Papicu, uma rua também tem seu nome; assim como o Governo do Estado denominou de Rodovia Vilebaldo Aguiar a estrada que liga Massapê a Coreaú, compreendendo os trechos Massapê–Padre Linhares, Padre Linhares–Várzea da Volta, na rodovia CE-232, e de Várzea da Volta a Coreaú, já na rodovia CE-244. Essa rodovia, no trecho descrito, tinha antes o nome de Estrada da Palma, denominação antiga da hoje cidade de Coreaú, onde nasceu.



Gomes de Freitas

Partido Social Progressista - PSP

MANUEL GOMES DE FREITAS

Funcionário autárquico. Nasceu a 16 de março de 1898, na fazenda São Pedro, no município de Tauá/CE, sendo filho do cel. Domingos Gomes de Freitas e de Maria Francisca Gomes de Freitas. Faleceu em 11 de abril de 1976.

Fez os estudos primários na fazenda São Pedro, propriedade de seu pai, indo, depois, para Tauá, estudar na escola de d. Rocilda França de Freitas. Em 1912, no Ateneu Tauaense. Cumprindo esse ciclo, veio para Fortaleza, onde realizou seus preparatórios no Liceu, em 1918. Submetendo-se à prova no Tribunal da Relação, tirou Provisão de Advogado a 17 de março de 1919.

Dedicando-se à casa comercial de seu pai, em Tauá, posteriormente passou em 1916 a sócio com a constituição da firma Domingos Gomes & Filho, explorando o ramo de importação até 1927, e que era, na época, o mais importante estabelecimento da região. Em 1927 abriu uma filial em Fortaleza, com a mesma sociedade até 1931, quando, com a entrada do irmão Antônio Gomes de Freitas (Lisboa), foi constituída nova firma sob idêntica razão social – Domingos Gomes & Filhos.

Vereador à Câmara Municipal de Tauá, de 1920 a 1927, foi presidente daquele colegiado. Eleito Deputado Clássico, em 1936, atuou como representante dos Empregados

do Comércio e Transporte, e com a extinção da Assembleia, pelo golpe de Estado de 1937, foi, a 17 de novembro, nomeado Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, para a Delegacia no Ceará. Transferido em julho de 1941, para a Delegacia do Instituto, no Distrito Federal, foi no ano seguinte comissionado para fazer a implantação de Fichas Financeiras dos segurados na Delegacia do Ceará. Retornando ao Ceará, iniciou vitoriosa campanha ao Parlamento Estadual, sendo eleito Deputado Constituinte em 1947.

Exerceu funções de relevo nessa histórica legislatura, com participação intensa nas Comissões de Negócios Municipais, Divisão Civil e Judiciária, Educação e Cultura, e Segurança Pública, sendo presidente desta última.



Gomes Sales

União Democrática Nacional - UDN

MANUEL GOMES SALES

Bacharel em Direito. Nasceu em Acaraú/CE, a 26 de julho de 1913. Filho do cel. Raimundo Ferreira Sales e de Rita Gomes Sales. Faleceu em 21 de julho de 1988.

Após fazer os estudos primários em Acaraú, veio para Fortaleza, onde fez todo o curso secundário no Colégio Castelo Branco.

Prestando exame vestibular, ingressou na Faculdade de Direito, em 1933, pela qual colou grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1937.

Logo depois de formado, regressou à terra natal, dedicando-se à advocacia, profissão que sempre exerceu.

No fim do ano de 1942, interrompeu as suas atividades profissionais, vindo para Fortaleza, a fim de fazer o Curso de Oficiais da Reserva do Exército, que concluiu com aproveitamento, integrando a 1ª turma de Aspirantes, formada pelo CPOR de Fortaleza, em 1944.

Mantendo a tradição política do seu pai, que foi sempre um intransigente democrata, o dr. Gomes Sales acompanhou com ardor a campanha pró-redemocratização do país e filiou-se à União Democrática Nacional e foi eleito à Constituinte de 1947.

Exerceu por mais de um ano (até novembro de 1946), o cargo de Prefeito Municipal de Acaraú, e muito trabalhou pelo desenvolvimento da instrução, realizando melhoramentos materiais de capital importância para a vida da comuna, deixando, assim, bem assinalada sua passagem pelo governo municipal.

Dado às letras e à oratória, foi orador oficial das sociedades Recreio Dramático Familiar e Aeroclube de Acaraú, e tendo sido eleito presidente da Sociedade Acarauense de Proteção e Assistência à maternidade e Infância. Reorganizou a instituição e deu início à construção da Maternidade e Posto de Puericultura, duas obras de alta finalidade social e de interesse real para o município.

O deputado Gomes Sales (conhecido pelo apelido familiar de *Dei*) afastou-se dos trabalhos da Assembleia por ter se submetido a melindrosa intervenção cirúrgica. Reassumindo o mandato a 12 de maio de 1947, para, novamente, afastar-se por motivo de saúde, tendo sido substituído, na primeira vez, pelo suplente Edson da Mota Corrêa, e da segunda, pelo suplente Alfredo Barreira Filho.

Reeleito às legislaturas de 1951, 1955 e 1959, trabalhou com afinco pelos municípios do Vale do Acaraú.

Após afastar-se da vida pública, continuou como produtor rural na cidade de Acaraú, exercendo com plenitude sua cidadania, trabalhando em prol do desenvolvimento do seu município e bem-estar dos seus conterrâneos.



Murilo Aguiar

União Democrática Nacional - UDN

MURILO ROCHA AGUIAR

Comerciante. Nasceu a 25 de novembro de 1914, em Camocim/CE. Filho de Vicente de Paula Aguiar e de Iracema Rocha Aguiar. Faleceu em Fortaleza a 1º de março de 1985, antes de concluir seu mandato.

Realizou os estudos primários em sua cidade de origem, vindo então para Fortaleza a fim de estudar no Colégio Castelo Branco, seguindo, depois, para Sobral, onde continuou seu curso secundário, em 1928.

Deixando os estudos, dedicou-se ao comércio, estabelecendo-se em 1931 em Reriutaba (antiga Santa Cruz), de onde se transferiu em 1932 para Camocim, ali constituindo a firma individual Murilo Aguiar, que chegou a ser uma das mais importantes do norte do Estado.

Lá, exerceu os cargos de Diretor da Associação dos Retalhistas e da Associação Comercial, presidente do Camocim Clube e da Associação Comercial, cumprindo ressaltar que essa entidade das classes conservadoras foi fundada por seu avô, cel. Moysés Cavalcante Rocha.

Político, seguiu sempre a orientação tradicional de seu pai, filiando-se à União Democrática Nacional, sob cuja legenda foi eleito à Constituinte de 1947, da qual participou da

Comissão de Indústria e Comércio, por eleição de 22 de julho, em sessão ordinária.

A atuação política de sua família permanece até os dias atuais, em continuidade à tradição iniciada por seu avô, cel. Moysés Cavalcante Rocha. Seus filhos, Francisco de Paula Rocha Aguiar, foi Presidente do Poder Legislativo, que chegou ao Governo do estado do Ceará, além de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, no qual ocupou o cargo de presidente de janeiro de 2013 a janeiro de 2017; e Murilo Rocha Aguiar Filho, prefeito de Camocim de 1989 a 1992. Além de seus netos, com marcante liderança política em Camocim, destacando o deputado Sérgio Aguiar, primeiro secretário do Poder Legislativo do Ceará, de 2013 a 2016.

Reeleito Deputado Estadual nas legislaturas de 1959, 1963, 1967 e 1983. Ocupou a 2ª Secretaria em 1950; a 3ª em 1959 e 1963; e a 4ª em 1964. Foi eleito Prefeito de Camocim em 1954. Em 1969, durante o regime militar, Murilo Aguiar teve o seu mandato de deputado estadual cassado e os direitos políticos suspensos pelo AI-5.

Seu nome foi dado ao auditório do prédio sede da Assembleia Legislativa do Ceará, como forma de homenageá-lo pela sua brilhante trajetória como político e cidadão.

Em 28 de fevereiro de 1985, foi candidato à presidência da Assembleia Legislativa em renhido pleito com o deputado Castelo de Castro, não logrando êxito pela diferença de um voto, cuja sessão terminou de forma trágica, levando-o a forte comoção de saúde, falecendo no dia seguinte no Hospital Prontocárdio.



Ozíres Pontes

Partido Social Democrático - PSD

OZÍRES PONTES

Comerciante. Natural da cidade de Massapê/CE, nasceu a 19 de agosto de 1918, filho do cel. João Pontes e de Maria Auri Pontes. Faleceu em 1º de setembro de 1985.

Fez os estudos primários no Colégio Castelo, terminando-os em 1932, e sentindo-se inclinado à carreira das armas, ingressou no Colégio Militar do Ceará, onde cursou até o 3º ano, mas, da mesma forma que o seu irmão, o Deputado José Pontes Neto, deixou a carreira militar para seguir a do comércio, em que alcançou situação de destaque.

Em 1940, entrou, como auxiliar, na empresa J. Pontes & Cia., em Fortaleza. Ocorrendo a morte do seu pai, seguiu para Massapê a fim de assumir a direção da firma, à época uma das mais importantes do norte do Estado.

Seguindo a tradição familiar, ingressou na política, filiando-se ao Partido Social Democrático. Para se ter uma ideia da importância desse clã familiar na política cearense, registre-se que seu pai, o também deputado João Pontes, foi membro destacado da Assembleia Constituinte de 1935. Seu irmão Pontes Neto, esteve ao seu lado na Constituinte de 1947. Seu filho Luiz Pontes, foi Deputado Estadual, Presidente do Poder Legislativo, no biênio 1997–1998 e foi Senador da

República. Seus irmãos, Vilmar e Aurimar Pontes, foram também deputados estaduais.

Ozíres Pontes foi reeleito deputado estadual às legislaturas de 1951 e 1955. Deputado federal em 1959, 1963, 1967 e 1971. Suplente de Senador em 1975, assumiu temporariamente a vaga do titular Mauro Benevides. Ocupou, na Câmara Federal, a presidência da Comissão de Redação, tendo sido titular da Comissão de Orçamento e suplente da Comissão de Relações Exteriores, além de assessor da Representação do Brasil junto a ONU.

Na Assembleia Legislativa estadual, foi segundo suplente da Mesa Diretora em 1948 e 1º Vice-Presidente em 1956.

Junto com seu irmão, dr. José Pontes Neto, viveu uma das histórias mais importantes do Legislativo cearense, quando da redemocratização de 1947. Ozíres Pontes manteve uma linha política impecável. Do extinto PSD, ingressou no então MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e prosseguiu sua trajetória no PMDB.



Paulo Sanford

Partido Social Democrático - PSD

PAULO DE ALMEIDA SANFORD

Engenheiro Agrônomo. Nascido em Sobral, a 17 de agosto de 1898. Filho de John Rosshere Sanford, natural dos Estados Unidos da América do Norte, e de Minerva de Almeida Sanford, natural de Sobral. Faleceu em 5 de fevereiro de 1989.

Concluindo o curso secundário no Liceu cearense, para o qual entrara em 1916, seguiu para o Rio de Janeiro, em cuja Escola Superior de Agricultura se matriculou e pela qual recebeu o grau de Engenheiro Agrônomo, passando a exercer a sua profissão no Ceará.

Nomeado Prefeito de Sobral, exerceu aquelas funções de 1932 a 1933, assinalando-se a sua passagem pelo governo comunal de sua terra pela realização de um plano administrativo ousado e inovador que possibilitou a introdução de importantes projetos de infraestrutura naquele município. Deixando a Prefeitura, foi encarregado do Serviço Estadual do Algodão, de 1934 a 1935. Eleito deputado classista à Assembleia Legislativa, renunciou ao mandato para ingressar no Ministério da Agricultura, no Serviço de Fomento da Produção Animal, onde exerceu as funções de Zootecnista, chegando ao cargo de Inspetor-Chefe daquele órgão.

Agricultor e criador no município de Sobral, publicou trabalhos sobre pecuária no Boletim do Ministério da Agricultura e na imprensa de Fortaleza.

Na Assembleia Constituinte de 1947, foi membro da Comissão de Agricultura e Obras Públicas, eleito a 22 de julho, em sessão ordinária.

Logo depois do mandato de deputado constituinte, voltou à direção do Fomento de Produção Animal, onde permaneceu até 1955, quando eleito prefeito de Sobral no mesmo ano.

Candidato ao Senado em 1966, não logrou eleição, sendo derrotado pelo ex-interventor dr. Francisco de Menezes Pimentel.

Desde então, dedicou-se ao que mais gostava: agricultura, pecuária e administração de suas fazendas no município de Sobral, onde permaneceu até seus últimos dias, atuando como cidadão e influente junto à sua comunidade.



Péricles Moreira da Rocha

Partido Social Progressista - PSP

PERICLES MOREIRA DA ROCHA

Funcionário público. Nasceu a 7 de março de 1917, em Fortaleza, filho do dr. Manuel Moreira da Rocha e de Amália Serôa Moreira da Rocha. Faleceu em Fortaleza a 22 de maio de 2000.

Fez os estudos primários no Colégio Castelo Branco, em Fortaleza, para, em 1929, ingressar no Colégio Militar do Ceará, onde realizou todo o curso preparatório, concluindo-o em 1935. Não tendo, entretanto, inclinação para a carreira das armas, transferiu residência para o Rio de Janeiro, ingressando no funcionalismo público federal, e nomeado para o Ministério do Trabalho. Serviu ali, durante alguns anos, quer como escriturário quer como fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Iniciada em Fortaleza, em virtude das contingências da guerra mundial de 1939 a 1945, a construção da Base Aérea do Pici, empreendimento dos governos norte-americano e brasileiro, veio servir na qualidade de Chefe de Contabilidade do Escritório de Construção daquele grande campo de pouso, cargo em que permaneceu por seis meses, até ser nomeado para servir no Serviço de Emigração de Trabalhadores para a Amazônia (SEMATA), chefiando a Seção de Ligação e Comunicação daquele órgão com o governo, acumulando as funções de Assistente do Diretor norte-americano da "Rubber

Development Corporation”, Mr. Juan Homs, dando, desse modo, os seus serviços e colaboração ao esforço de guerra.

Em 1944, integrado à vida administrativa cearense, foi nomeado Delegado de polícia do 1º distrito de Fortaleza, funções nas quais, posteriormente, se efetivou por efeito do decreto-lei estadual que criou a Polícia de Carreira.

Em 1945, empreendeu uma viagem à América do Norte, percorrendo a Flórida, Chicago, Nova Iorque, Washington e Boston, demorando-se em Racine, a convite do prestigioso industrial Herbert Johnson, em visita e observação às grandes fábricas de sua propriedade, que faziam o beneficiamento e aproveitamento da cera de carnaúba.

Em janeiro de 1946, foi, por ato do Governo Federal, nomeado Delegado Regional do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Ceará, permanecendo no cargo até o dia em que, com expressiva votação, foi eleito deputado à Constituinte. Eleito para Comissão de Indústria e Comércio em sessão ordinária de 22 de julho.

Reeleito deputado estadual para mais três legislaturas consecutivas, até 1962. Eleito presidente da Assembleia em 1950, renunciou a essa relevante posição para atuar em oposição ao Governo Raul Barbosa.

Em 1962, candidatou-se a prefeito de Fortaleza, não logrando eleição. Neste mesmo ano, o então presidente da República, João Goulart, o convidou para o cargo de Delegado do Lloyd Brasileiro, em Paris, onde passou dois anos, quando foi extinta a Delegacia.

Atuou no mercado imobiliário em meados da década de 50. Residiu, durante 20 anos, periodicamente, em Fortaleza e no Rio de Janeiro, dedicado à família e amigos, afastado das atividades políticas e administrativas.



Raimundinho Queiroz
Partido Social Democrático - PSD

RAIMUNDO DE QUEIROZ FERREIRA

Coletor estadual. Nasceu em Beberibe a 28 de maio de 1910. Filho de João Tomaz Ferreira e de Miguelina de Castro Carvalho Ferreira. Faleceu em Fortaleza a 13 de novembro de 1997.

Fez apenas os estudos primários no colégio Padre Valdevino, de Cascavel, dirigido pelos drs. Vicente e Valde-mar Bessa, de 1925 a 1926, e a 17 de fevereiro de 1928, verificou praça no 23º Batalhão de Caçadores como voluntário, seguindo para o Rio de Janeiro, onde foi adido ao 1º Regimento de Cavalaria, de São Cristóvão. Regressando em 1929 ao Ceará para servir no referido 23º BC, foi incorporado, para acampar na cidade de Souza/PB, onde aquela unidade do Exército se revoltara. Desta capital, seguiu incorporado ao 1º Grupo de Batalhões de Caçadores, sob o comando do tenente Landry, para Belém do Pará, onde o Batalhão ficou comandado pelo tenente Moura Carvalho, então Governador daquele Estado. Ali chegando, Raimundo Queiroz foi destacado para montar guarda na redação do jornal Folha do Nordeste. Vitoriosa a revolução, pediu sua exclusão da tropa a 31 de outubro de 1930, voltando ao Ceará a 11 de novembro, e seguindo para Beberibe a fim de trabalhar na agricultura, no sítio São João de Val Flor, propriedade de seu pai.

Foi nomeado a 6 de setembro de 1931 para o cargo de escrivão da Coletoria estadual de Beberibe, sendo promovido a Coletor a 28 de julho 1938.

Pertenceu à Comissão de Redação de Leis, para a qual foi eleito em sessão ordinária de 22 de julho, da Assembleia Constituinte de 1947.

O deputado Raimundo de Queiroz Ferreira foi reeleito para os mandatos legislativos de 1951, 1955 e 1959. No setor administrativo, renunciou ao cargo de Coletor Estadual da Secretaria da Fazenda, optando pelo de funcionário da Assembleia Legislativa, pelo qual se aposentou.

Como parlamentar, foi responsável pela Lei que emancipou o distrito de Beberibe do município de Cascavel, tornando-o cidade em 1951.

Seu irmão Antônio Queiroz foi eleito primeiro Prefeito de Beberibe, em 1954. Seu filho, Paulo César Sarquis de Queiroz, assumiu cadeira como suplente de deputado estadual na 26ª Legislatura (2003–2006), pelo Partido Social Trabalhista (PST).



Renato Braga
Partido Social Democrático - PSD

RAIMUNDO RENATO DE ALMEIDA BRAGA

Engenheiro agrônomo. Nasceu a 20 de dezembro de 1905, no seringal “Vitória” alto Juruá, Acre, sendo filho de Antônio Bruno de Almeida Braga e de Maria José Rozas Braga.

Iniciou os estudos primários na cidade de Cruzeiro do Sul/AC, ultimando-os no Colégio Cearense, de Fortaleza, por ter sua família retornando ao Ceará em 1918, fixando-se em Acopiara, e um ano depois, definitivamente, em Fortaleza. Estudou as matérias constitutivas do curso secundário no Colégio São Luiz, fazendo os exames respectivos no Liceu. Em 1924 matriculou-se na Escola de Agronomia do Ceará tendo feito o curso quase todo conquistando notas distintas, merecendo, por isto, que a Congregação o indicasse ao Ministério da Agricultura para gozar um dos prêmios de viagem, que concedia o governo federal. Colou grau de engenheiro agrônomo em 1927, tendo sido orador da turma.

Exerceu as funções de Secretário da Escola de Agronomia do Ceará até abril de 1934, quando o deixou para ocupar o de secretário da Escola Nacional de Agronomia. A Congregação da Escola de Agronomia, levando em consideração o seu aproveitamento no curso, designou-o para exercer as funções de professor substituto de Álgebra, e logo após a formatura, foi indicado para a cadeira de Zootecnia Geral. Ministrou as cadeiras de Zootecnia Especial, Agricultura Geral, Agricultura Especial, Tecnologia Agrícola, Anatomia e Fi-

siologia Vegetais, Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos, Mineralogia e Geologia Agrícola.

Por ato de 28 de março de 1938, foi nomeado Diretor da Escola de Agronomia do Ceará. Contando com o apoio decidido do então Secretário da Agricultura e Obras Públicas, dr. Martins Rodrigues, deu nova estrutura à docência do curso superior de agronomia. Ampliou a finalidade da Escola com a criação dos cursos elementar e médio, e subordinação a ela, dos serviços estaduais de pesquisas agrícolas. Aparelhou-a convenientemente, construindo os pavilhões de Química, Biologia, Engenharia Rural, Horticultura e Silvicultura, reformando por completo o pavilhão Central. Deu início à prática de estágio de professores nos estabelecimentos de pesquisas do sul do País e dos agronomandos no Instituto Agrônomo “Augusto Trindade”, do Departamento Federal de Obras Contra as Secas, na Paraíba. Graças a essa atuação, a Escola de Agronomia do Ceará foi reconhecida pelo o Governo Federal, por decreto nº 8.206 de 12 de novembro de 1941.

Em janeiro de 1929, foi nomeado para exercer o cargo de Engenheiro Agrônomo da Prefeitura Municipal de Fortaleza, cabendo-lhe organizar os serviços referentes à arborização, jardins e aguadas, organizando no período da sua gestão, que vai até dezembro de 1937, o Horto Municipal da capital cearense.

Criador, em 1933, dos Serviços Experimentais de Irrigação do Nordeste, pelo Ministério da Agricultura, para irrigação por elevação mecânica, cabendo-lhe a direção da parte administrativa. Com a retirada do chefe da Comissão ainda em 1933, foi elevado a categoria de Assistente e Chefe, nessas funções permanecendo até março de 1934, quando seguiu para o Rio, a fim de tomar posse como Secretário da Escola Nacional de Agronomia, cargo que exerceu até outubro do ano seguinte quando se exonerou a pedido.

Em agosto de 1940, foi designado para responder pelo expediente da Diretoria Geral da Agricultura, funções em que se manteve até dezembro de 1944. Coube-lhe reorganizar os serviços administrativo e técnico da Diretoria, dando-

lhe novo Regulamento, e fomentar as suas atividades no interior do Estado, junto aos centros de produção. Para isto, instalou a Fazenda Normal de Criação, adquirida anteriormente, o Campo de Fruticultura de Crato, a estação Agrostológica de Quixadá reformou, radicalmente, os serviços da Estação de Fruticultura de Santo Antônio de Pitaguarí e o campo de Fruticultura de Russas, ampliou as instalações da granja Modelo construindo novos pavilhões.

A convite do Interventor Federal, dr. Pedro Firmeza, assumiu, a 20 de fevereiro de 1945, o cargo de Secretário dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas, e a pedido do Interventor Coronel Machado Lopes, conservou-se nele até novembro do mesmo ano, quando o deixou para desincompatibilizar-se às eleições à Constituinte estadual. Foi eleito pelo PSD com 3.379 votos.

Em novembro, representou o Ceará na Reunião dos Secretários de Agricultura do Brasil, convocada pelo Presidente da República, com a finalidade de serem assentados planos para o aumento da produção. Foi eleito vice-presidente daquele conclave, do qual era presidente o então Ministro da Agricultura, defendendo com apoio geral, os problemas do Nordeste.

Na sua gestão à frente da Secretaria foi criado o Departamento de Estradas e Rodagem, e deu grande impulso aos trabalhos rodoviários e de açudagem, promovendo, ainda, a distribuição de sementes e ferramentas aos agricultores pobres.

De 1930 a 1940, exerceu o magistério secundário, com pequenas interrupções no Colégio Castelo e no Ginásio São João ocupando a cadeira de História Natural, inclusive no Ginásio Fortaleza, do qual foi um dos fundadores e diretores.

Além de autoridade incontestável na sua especialidade, o dr. Renato Braga foi, também, homem de letras, fazendo parte do Instituto do Ceará, para o qual entrou como sócio efetivo, em 1944; da Academia Cearense de Letras; da Sociedade de Geografia e História do Ceará; da Associação Brasi-

leira de Escritores (Seção do Ceará), do Instituto do Nordeste; da Sociedade Brasileira de Agronomia e publicou dentre outros, os seguintes trabalhos: *Relação Alfabética das Plantas do Ceará*, em “Nordeste Agrícola”; *Serra do Araripe*, na revista da Sociedade Cearense de Geografia e História; *Um Capítulo Esquecido da Nossa História Econômica*, referente às charqueadas do século XVIII; *Plantas do Ceará*, o mais completo estudo sobre a botânica regional já realizado nesse setor científico no País; e *Lições de Zootecnia e Evolução da Indústria Agrícola no Ceará*.

Prestou relevante contribuição na elaboração da Carta Magna de 1947, ao Título V, Da Ordem Econômica e Social.

Em abril de 1959, como deputado estadual, no Governo Parsifal Barroso, foi convidado para Secretário da Fazenda, quando o Ceará atravessava um instante difícil em sua conjuntura financeira. Seguro em suas decisões, inteligente no manejo dos negócios públicos.

Como resultado da viagem de estudos de interesse zootécnico que empreendeu, em 1957, através dos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, nasceu a ideia de criar um Instituto de Zootecnia junto à Universidade Federal do Ceará, que tivesse por finalidade promover a pesquisa, experimentação e extensão no setor da produção animal, de modo a possibilitar uma cooperação cada vez mais intensa da Universidade com os órgãos públicos ou privados, objetivando uma política de desenvolvimento da pecuária e das indústrias correlatas. A instituição foi criada pela Resolução nº 91, de 1º de dezembro de 1960, pelo Conselho Universitário da UFC, na gestão do Magnífico Reitor Antônio Martins Filho. O professor Renato Braga foi nomeado diretor da nova instituição, função que exerceu até agosto de 1967, quando solicitou exoneração.

Em 1965, a convite da United States Agency for International Development (USAID), viajou aos Estados Unidos, juntamente com os professores José Dário Soares e Vicente Lopes Gondim, com a finalidade precípua de estudarem o sistema de funcionamento da Universidade do Arizona, no

convênio MEC / USAID / Universidade Federal do Ceará / Universidade do Arizona.

Foi presidente da Sociedade Cearense de Agronomia, Academia Cearense de Letras, Instituto do Ceará e Instituto do Nordeste. Na Academia, ocupava a cadeira nº 17, cujo patrono é Joaquim Catunda.

Outras obras publicadas: História da Comissão Científica de Exportação e Dicionário Histórico e Geográfico do Ceará, do qual chegou a lançar dois volumes, o primeiro com os topônimos da letra A, e, o segundo, com as letras B e C, deixando material necessário para completar a obra. Alguns trabalhos foram publicados na Revista do Instituto do Ceará e na Revista da Academia Cearense de Letras.

Faleceu a 13 de junho de 1968, aos 63 anos de idade, exercendo as funções de Diretor da Escola de Agronomia e de Vice-Reitor da Universidade Federal do Ceará, já na administração do Magnífico Reitor Fernando Leite.



Sebastião Cavalcante

União Democrática Nacional - UDN

SEBASTIÃO CAVALCANTE

Magistrado. Nasceu em Quixeramobim/CE a 18 de setembro de 1911, sendo filho de José Felício Cavalcante e de Honorina de Moura Cavalcante. Faleceu, em Fortaleza, a 31 de janeiro de 1980.

Fez os estudos primários no Colégio São Luiz e o curso secundário no Liceu, em Fortaleza, matriculando-se na Faculdade de Direito em 1930, por ela recebendo o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em sessão solene realizada no Teatro José de Alencar a 3 de dezembro de 1933, tendo como paraninfo o dr. Francisco de Paula Rodrigues. Foram seus companheiros de turma os deputados Perilo Teixeira e Parsifal Barroso.

Formado, foi no mesmo ano, nomeado promotor público da Comarca de Quixadá, funções que manteve até maio de 1934, quando teve nomeação para juiz municipal do termo de Milagres, em cujo juizado esteve até 1939, sendo transferido para o de Jardim, ali permanecendo até 1946, quando foi removido para o termo de Mauriti, o qual deixou por ter sido candidato à Constituinte, eleito sob a legenda a União Democrática Nacional.

Na Assembleia, fez parte da Comissão Constitucional, e ao transformar-se em sessão legislativa ordinária, foi

eleito em sessão de 22 de julho para membro da Comissão de Revisão de Leis.

Em 19 de fevereiro de 1951, foi nomeado, em caráter efetivo, para as funções de Assessor Técnico da Assembleia Legislativa.

Foi prefeito dos municípios de Milagres e Abaiara, tendo deixado sua marca de administrador probo e competente naquelas comunidades cearenses.



Vicente Augusto

Partido Social Democrático - PSD

VICENTE FERRER AUGUSTO LIMA

Bacharel em Direito. Nasceu no sítio São Domingos, propriedade de seus pais, no município de Lavras da Mangabeira/CE, a 19 de julho de 1915. Filho do cel. Raimundo Augusto Lima e de Maria Cira Férrer Lima. Faleceu em Fortaleza, a 16 de janeiro de 2004.

Fez o curso de alfabetização em sua cidade natal, onde iniciou o primário com o prof. João Augusto Banhos. Em 1927, ingressou no Ginásio do Crato, então dirigido pelo padre Francisco de Assis Pita, que era o seu proprietário, fazendo em 1928 o 4º ano (curso de admissão), iniciando o ginasial em 1929 e terminando-o em 1933.

Em 1934, prestou exame vestibular na Faculdade de Direito do Ceará. Após colar grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1938, foi escolhido orador da turma, versando o discurso sob o tema: *A função social do juiz*.

A 26 de maio de 1935, foi nomeado 2º Escrivário do Instituto de Aposentadoria de Pensões dos Comerciantes, funções que exerceu na Delegacia Regional do Ceará, em Fortaleza, e das quais se afastou em dezembro de 1937, exonando a pedido.

Ainda no 4º ano do curso de bacharelado teve nomeação, por ato de 26 de novembro de 1937, para Prefeito Municipal de Lavras da Mangabeira, cargo que tomou posse a 14 de dezembro e no qual se manteve até 17 de novembro de 1945. Após essa missão política, passou a dedicar-se à advocacia, em sua região de origem. Inscrito sob nº 263, na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Ceará. Foi igualmente membro da Associação Cearense de Imprensa.

Candidato à Assembleia Constituinte, obteve, nas eleições de 19 de janeiro de 1947, 3.538 votos. Fez parte na Constituinte da Comissão Constitucional e ao se transformar a Assembleia em Legislativa ordinária, foi eleito para as comissões de Constituição, Justiça e Legislação e Redação de Leis, a 22 de julho, e a 24, presidente desta última.

Reeleito deputado estadual às legislaturas de 1951, 1955 e 1959. Suplente do senador Wilson Gonçalves, em 1963. Deputado federal em 1967. Ocupou a Primeira Secretaria da Casa em 1960.

Tomou parte, como Delegado, no Congresso Internacional de Municípios realizado na cidade do Panamá (1956) e em San Diego (EUA), em 1960. Membro do Conselho de Assistência Técnica aos Municípios, e seu presidente. Professor da Escola de Administração do Ceará, da qual foi um dos fundadores.

Publicou: Controle de Administração Municipal (1947); Iniciativa de Lei sobre Vencimentos (1952); Mandato Político Usurpado (Editoria Política) e Evolução das Rendas Municipais nas Constituições Brasileiras (Tipografia Progresso).



Waldery Uchôa

Partido Social Democrático - PSD

WALDERY MAGALHÃES UCHOA

Bacharel em Direito. Nasceu na cidade de Canindé/CE, a 16 de agosto de 1917, sendo batizado na Basílica de São Francisco das Chagas, naquela cidade. Filho de Manuel Alípio Uchôa e de Maria Deltra de Magalhães Uchôa. Faleceu, em Fortaleza, no dia 21 de outubro de 1964.

Iniciou seus estudos no Grupo Escolar local e complementou-os no Colégio São Francisco de Canindé. Transferindo residência para Fortaleza, continuou o curso primário no Colégio Cearense, matriculando-se em seguida, no Educandário Cearense, dirigido pelo prof. Moacir Caminha. Fez o 1º ano seriado no Instituto São Luiz, dirigido pelo dr. Francisco de Menezes Pimentel, ali terminando o curso de Humanidades. Nesse estabelecimento, revelou pendores às letras, tendo sido diretor da revista *Estímulo* e orador oficial do Grêmio Monsenhor Tabosa. Quando aluno do 4º ano seriado, obteve o 1º lugar num concurso de trabalhos históricos sobre a data dos inconfidentes mineiros.

Feito o curso pré-jurídico no Liceu, matriculou-se na Faculdade de Direito recebendo a láurea de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1945, tendo como paraninfo o seu antigo professor dr. Menezes Pimentel. Durante a sua vida universitária, tornou-se um dos líderes de classe estudantil do Ceará. Foi orador oficial de vários grê-

mios literários e instituições estudantis, eleito por duas vezes, para este cargo no Centro Estudantal Cearense. Tomou parte em diversas campanhas cívicas promovidas pelos estudantes, e muito trabalhou em prol da construção da casa do estudante pobre do Ceará.

Em 1937, foi nomeado professor primário, ingressando assim na carreira pública, tendo, em 1940, tomado posse do cargo de apurador-auxiliar do Departamento Estadual de Estatística, demonstrando inclinação preferencial para os estudos econômicos e estatísticos. Por sucessivas promoções, chegou a ser nomeado Chefe de Seção de Estatística Militar, prestando relevantes serviços ao Exército brasileiro.

A 23 de dezembro de 1944, teve nomeação de Assistente Técnico da Inspetoria Regional de Estatística, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pertencendo à carreira de Estatístico do Quadro único, do Estado, em caráter efetivo, solicitou exoneração por ter sido eleito deputado.

Ingressando na política, fez parte do Diretório Municipal do Partido Social Democrático, de Fortaleza. Na campanha eleitoral para a Governadoria do Estado, percorreu 45 municípios, fazendo a propaganda dos candidatos do PSD.

Na legislatura ordinária, foi eleito em sessão de 24 de julho, presidente da Comissão de Negócios Municipais e Divisão Civil e Judiciária.

Depois de promulgada a Constituição de 1947, transferiu-se para a UDN.

Pertenceu às seguintes associações culturais e de classe: Associação Cearense de Imprensa, Associação Cearense dos Municípios, Clube de Literatura e Arte, Ala Moça da Casa Juvenal Galeno, Associação Brasileira de Estatística, Centro Econômico, Geográficos e Estatísticos do Ceará, Instituto de Nordeste, da Ordem dos Advogados - Seção do Ceará e Instituto do Ceará.

Militando na imprensa cearense, publicou mais de duzentos artigos sobre literatura, história, economia e estatística, destacando-se pela sua importância, os seguintes textos:

- ◆ Ressurge o Humano, in *Revista Contemporânea*, ano I, nº V;
- ◆ Natal, idem, ano I, nº IV;
- ◆ França Imortal, idem ano II, nº III;
- ◆ São Francisco de Assiz, o grande poeta do Cristianismo, in *Valor*;
- ◆ O algodão, pivot da economia cearense, in *Monitor Comercial*;
- ◆ O problema das secas no Ceará, no *Correio do Ceará*;
- ◆ Aspectos gerais da Economia Cearense, idem Ensino Primário Municipal, na *Gazeta de Notícias*;
- ◆ Evolução demográfica da América, em *O Estado*;
- ◆ Aspectos demográficos de Fortaleza, em *O Povo*, além de várias e interessantes reportagens, estatísticas, sobre aspectos sociais, econômicos e demográficos do Ceará.

Autor dos seguintes livros e monografias:

- ◆ *Organopamas* destinados à organização geral dos Inquiridos da Seção de Estatística Militar;
- ◆ *Fortaleza* na sua expressão histórica, geográfica e estatística;
- ◆ *Através dos Sertões*;
- ◆ *Alguns aspectos da Economia Cearense*;
- ◆ *Organização Religiosa - Culto Católico*.

Fundou a *Revista Contemporânea* e dirigiu a revista *Ceará Econômico e Estatístico*, que se editou em Fortaleza.

Escreveu assiduamente para os jornais *Unitário* e *O Povo*, assim como para a Rádio Iracema. Dirigiu a revista *Ceará Econômico e Estatístico* e o *Jornal dos Municípios*. Peranteu também à Associação Brasileira de Escritores, à Academia de Letras do Amapá e ao Instituto Cultural do Cariri.

Publicou igualmente os trabalhos: Plano de organização da estatística municipal de Fortaleza (1940); Alguns princípios para um bom governo municipal (1954); A maioria econômica do Brasil (1955); Homens que engrandeceram o país (1955); Corpo e alma do Ceará (1957); Nova discriminação de rendas (1957); e Ideias municipalistas (1959). Publicou

durante vários anos o *Anuário do Ceará*, projeto depois levado adiante por Dorian Sampaio.

Seu nome foi dado a uma rua em Fortaleza e denominou igualmente colégio, escola e biblioteca na capital cearense, numa prova de reconhecimento à sua obra educacional e apreço de seus concidadãos.



Wilson Gonçalves

Partido Social Democrático - PSD

WILSON GONÇALVES

Bacharel em Direito. Nasceu na cidade de Cajazeiras/PB, a 6 de outubro de 1914. Filho do advogado Zacarias Gonçalves da Silva e de Adília Cavalcante Gonçalves. Faleceu em Fortaleza, a 12 de novembro de 2000.

Sua família tem raízes no Crato, Ceará; mas seu nascimento, entretanto, verificou-se em Cajazeiras, onde se demoraram por alguns meses os seus genitores, que se viram na contingência de ausentar-se da cidade por força de rebelião dos jagunços do Juazeiro, quando em 1914, invadiram aquela cidade em perseguição àqueles que chefiavam a defesa da causa popular, representada pelo governo do cel. Marcos Franco Rabelo.

Passados os efeitos da rebelião, os seus pais regressaram ao Crato providenciando então o seu registro civil em cartório. Ali passou toda a sua infância, iniciando o curso primário em escola particular, concluindo-o em 1926, no Ginásio do Crato, onde em 1927, prestou o exame de admissão. Fez nesse estabelecimento de ensino, a partir de 1928, todo o curso secundário, terminando-o em 1932. No ano seguinte, realizado o exame vestibular na Faculdade de Direito do Ceará, colou grau como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro 1937.

Admitido em 31 de março de 1938, na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará. Praticou a advocacia como principal profissão, tendo por sede a cidade do Crato, tornando-se um dos principais advogados da região.

Nomeado secretário da Prefeitura do Crato, exerceu a função no período de 8 de janeiro de 1938 a 23 de agosto de 1943. Por ato interventorial, foi nomeado Prefeito do município, cargo que desempenhou até 23 de dezembro de 1945.

Na sua fase de estudante, tomou parte ativa nos trabalhos do Grêmio 3 de Maio, do Ginásio do Crato e do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito, desempenhando função em sua Diretoria, colaborando nas revistas do Centro Estudantil Cearense e da Faculdade. Colaborou, em 1938, no jornal *O Crato*, que se editava naquela cidade, e chegou a redator-chefe.

Ingressou na política em 1945. Eleito à Constituinte estadual de 1947, foi um dos principais colaboradores na elaboração da Carta Magna do Estado, como membro da Comissão Constitucional. Transformada a Assembleia em legislativa ordinária, foi eleito para as Comissões de Redação de Leis e de Finanças e Orçamento, em sessão de 22 de julho, e presidente desta última, em sessão de 25 do mesmo mês.

Tornou-se, no plenário, uma das vozes de maior ressonância, em ambas as fases do Legislativo, ocupando na bancada do PSD a posição de vice-líder. Foi, também, um dos autores do Regimento Interno da Assembleia.

Reeleito deputado estadual nas duas legislaturas 1951 e 1955. Pertenceu a várias Comissões Técnicas Permanentes, como Constituição e Justiça e de Finanças, tendo sido Presidente desta última.

Elegeu-se vice-governador do Ceará para o quadriênio de 1959–62. Exerceu o Governo do Estado, em substituição, por 27 vezes.

Eleito senador em 7 de outubro de 1962, para o mandato de 1963 a 1971. Pertenceu às Comissões de Constituição e Justiça; de Projetos do Executivo e do Polígono das

Secas, como vice-presidente da primeira e presidente da segunda. Pertenceu, ainda, às Comissões Especiais Mistas e de Inquérito, inclusive a Mista que apreciou o projeto que se converteu na Constituição de 1967.

Reeleito senador para o mandato de 1971/79. Membro das Comissões de Relações Exteriores; de Constituição e Justiça; de Finanças e do Distrito Federal, presidente desta última.

Presidente da Comissão Mista que estudou e ofereceu parecer ao Projeto de Lei nº 9, de 1971 (C.N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que fixa as Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus.

Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Senado Federal, em duas fases: 1970 e 1975 a 1976.

Integrou a Primeira Turma do Tribunal Federal de Recursos, a partir de sua posse, em 22 de novembro de 1978. Passou a pertencer à Sexta Turma do mesmo Tribunal, em 1º de agosto de 1980. Membro titular do Conselho de Administração e do Conselho da Justiça Federal do Tribunal Federal de Recursos. Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral.

Professor titular de Direito Comercial da Escola Técnica de Comércio do Crato; Professor de Instituições de Direito Público, da Faculdade de Ciências Econômicas do Crato; e Professor de Direito Tributário da Escola de Administração do Ceará.

Participação em Congressos e Conferências

Representou o Congresso Nacional na 54ª Conferência da União Interparlamentar realizada em Ottawa - Canadá, em setembro de 1965; integrou a Delegação do Senado na Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano em Lima - Peru, em 1965 e na de Montevidéu - Uruguai, em 1967; participou da 101ª Reunião do Conselho da União Interparlamentar, em Genebra - Suíça; participou, como Delegado do Congresso Nacional, da 56ª Conferência da União Interparlamentar, em Lima/Peru, em 1968, bem como da Reunião do

Conselho da mesma entidade, realizada em Dacar - Senegal, em abril de 1968; tomou parte na Reunião da Comissão de Educação e Cultura do Parlamento Latino-americano, em 1968, em Assunção - Paraguai; Vice-Presidente do Grupo da União Interparlamentar, em 1969, por quatro mandatos consecutivos; chefe da Delegação brasileira à V Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano, em Caracas - Venezuela, em agosto de 1971; chefe da Delegação brasileira à VI Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano, em Guatemala, em dezembro de 1972; presidiu a Delegação brasileira ao I Seminário Continental sobre Colonização e Reforma Agrária, em Bogotá - Colômbia, em julho de 1972; Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-americano para gestão de 1971-75; participou, como coordenador, da Delegação do Congresso Brasileiro à 1ª Conferência do Parlamento Latino-americano e do Parlamento Europeu, realizada em Bogotá - Colômbia, em julho de 1974; na qualidade de Vice-Presidente da Junta Diretiva do Parlamento Latino-americano, chefiou a Delegação do Congresso Brasileiro à VII Assembleia Ordinária do mesmo Parlamento, levada a efeito em Caracas - Venezuela, em fevereiro de 1975; reeleito Vice-Presidente da mencionada Junta Diretiva nos anos de 1975, 1976, 1977 e 1978; fez parte da Delegação do Congresso Brasileiro à reunião conjunta das Comissões de Integração Política e de Integração Econômica do Parlamento Interamericano, em Curaçao - Antilhas Holandesas, em julho de 1976; como Vice-Presidente da aludida Junta Diretiva, participou da Terceira Reunião Conjunta do Parlamento Latino-americano e do Parlamento Europeu, no México, em julho de 1977; tomou parte na reunião da Comissão Permanente de Estatuto e Regulamento, em Assunção - Paraguai, em outubro de 1977, para elaboração do projeto do novo Estatuto do Parlamento Latino-americano; Presidente do Seminário de Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político, realizado em Brasília, de 7 a 11 de junho de 1976, como parte das comemorações do Sesquicentenário do Poder Legislativo no Brasil; proferiu palestras e conferências sobre matéria jurídica, educacional e trabalhista em Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências

Econômicas do Crato, estabelecimentos de ensino e perante associações de classe.

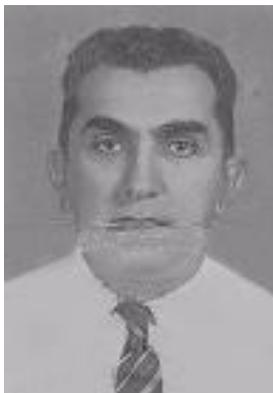
Condecorações

Grande Oficial da Ordem do Rio Branco (1971); Medalha do Congresso Nacional da Colômbia (1974); Medalha Clóvis Beviláqua; Medalha do Sesquicentenário da Independência do Brasil; Comendador da Ordem do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional do Brasil (27.05.75); Medalha comemorativa do Sesquicentenário da Instalação dos Trabalhos do Senado Federal (05.12.76); Grande Oficial da Ordem do Mérito de Brasília (21.04.78); Medalha comemorativa do Centenário de Falecimento de Duque de Caxias, concedida pelo Exército brasileiro (03.06.80); Medalha do Mérito Municipal, concedida, por unanimidade, pela Câmara Municipal do Crato; Grande Oficial da Ordem do Ipiranga, São Paulo (03.03.83); Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasília (20.09.83); Ordem do Ipiranga, outorgada pelo Conselho de Honorários e Mérito do Estado de São Paulo; Medalha do Mérito Municipal, concedida, por unanimidade, pela Câmara Municipal do Crato; Medalha de Honra Bárbara de Alencar, concedida pela Prefeitura Municipal do Crato (1994).

Publicações

Matérias Jurídicas e Forenses sobre *habeas corpus*, prisão em flagrante, prisão preventiva, posse e ação possessória, honorários médicos, mandato e insuficiência de poderes para alienar, etc; relatórios sobre V Assembleia Ordinária (Parlamento Latino-americano - 1971) e I Seminário Continental sobre Reforma Agrária e Colonização (1972); A Revolução e o Ensino (discurso - 1975); Reforma Constitucional para o Ministério Público (discurso - 1976); Síntese de uma Atuação Parlamentar (livro - 1978).

SUPLENTES



Alfredo Barreira

União Democrática Nacional - UDN

ALFREDO BARREIRA FILHO

Comerciário. Nasceu a 8 de novembro de 1902 em Cachoeira, hoje Solonópole/CE, sendo seus pais Alfredo Lopes Barreira e de Antônia Uchôa Barreira, descendentes de conceituadas famílias jaguaribanas. Faleceu em 13 de outubro de 1971.

Depois de fazer o curso de humanidades no Liceu cearense, para o qual entrou em 1917, dedicou-se ao comércio, exercendo atividades nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, no período de 1923 a 1928, continuando-as no Ceará até março de 1935, quando foi nomeado Superintendente da 3ª Região do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, compreendendo essa Jurisdição às Delegacias do Ceará, Maranhão e Piauí.

No exercício dessas funções, esteve até outubro de 1940. Com a autonomia adquirida pelas Delegacias do Maranhão e Piauí, foi nomeado para cargo de Seção de Serviços Gerais da Delegacia do mesmo Instituto do Ceará, de que foi licenciado para ingressar na Assembleia, a 5 de março, em substituição ao deputado Ademar Távora, que fora nomeado Secretário de Polícia e Segurança Pública. Exonerado este, e retornando à Assembleia, Alfredo Barreira deixou a suplência em exercício. Voltou a ter assento na Constituinte a 19 de

maio, em virtude da licença requerida para tratamento de saúde pelo deputado Manuel Gomes Sales.

Pertenceu ao conselho do colégio Fênix Caixeiral, e em política foi sempre filiado à União Democrática Nacional, ocupando o cargo de Secretário Geral daquela agremiação.

Em 1950, foi eleito deputado federal, obtendo a terceira votação do partido. Reeleito em 1954. Ficou na 3ª suplência, quando das eleições de 1958, assumindo, em várias ocasiões, por licença do titular, deputado Leão Sampaio.

Dirigiu no Estado, em diversas vezes, o comando do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (I-APC), do qual foi o primeiro dirigente.

No governo de Virgílio Távora, participou da primeira diretoria do Banco do Estado do Ceará, lá permanecendo durante todo o seu mandato.

Assumiu cargos na alta direção da Previdência Social, tendo falecido no exercício de um deles: Coordenadoria de Patrimônio e Serviços Gerais, em 13 de outubro de 1971.

Alfredo Barreira Filho era um homem simples e prestativo. Reconhecido pelos mais carentes e necessitados, principalmente, na área educacional, onde o aluno pobre sempre tivera uma bolsa de estudos, e a professora recém-formada, uma função para exercer seu mister.

Homem de temperamento afável, em várias oportunidades chegou a participar das reuniões do antigo PSD, mesmo sendo filiado à UDN, partidos rivais àquela época e que se revezavam no poder.

Por iniciativa do ex-vereador Klinger Mota, denominase Deputado Alfredo Barreira Filho, rua em Fortaleza, localizada no bairro Dunas.



Artur Pereira de Souza

União Democrática Nacional - UDN

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

Comerciante. Nasceu no município de Ipueiras/CE, a 2 de maio de 1888. Filho de Cosme Pereira de Maria e de Jacinta Francisca de Souza. Faleceu a 5 de novembro de 1956.

Tendo feito apenas os estudos primários, ingressou aos 16 anos de idade no comércio, em sua terra, estabelecendo-se depois, em Nova Russas, com comércio de compra de gêneros de exportação e importação, ali permanecendo até 1933, ano em que se transferiu para Fortaleza. Abriu escritório de sua firma em nossa capital, permanecendo Nova Russas como matriz da empresa.

Filiado à União Democrática Nacional, nas eleições para Assembleia Constituinte ficou em 3º lugar nas suplências do partido, e como tal, foi chamado a ter assento no Parlamento estadual em substituição ao deputado José Ramos Torres de Melo, que se licenciara. Eleito em sessão de 22 de julho para a Comissão de Educação e Cultura.

Em continuidade às suas atividades políticas, passou a focar suas ações no âmbito municipal, tendo sido Prefeito de Novas Russas por dois períodos administrativos, de 1926 a 1928 e de 1936 a 1940.

Após afastar-se da vida pública, voltou-se ao trato da pecuária e agricultura, em sua cidade natal. Como reconhecimento à sua trajetória pública, foi erigido seu busto no principal logradouro em Nova Russas: Praça Artur Pereira.



Édson da Mota Corrêa
União Democrática Nacional - UDN

EDSON DA MOTA CORRÊA

Militar. Nasceu em Caucaia/CE a 9 de novembro de 1899. Filho de Antônio Correia Filho e de Ana Ernestina da Rocha. Faleceu a 2 de dezembro de 1987, em Caucaia.

Concluiu o curso secundário no Liceu do Ceará em 1918. Verificou praça, a 26 de novembro desse ano, no Exército, sendo promovido a 2º tenente comissionado, a 4 de outubro de 1930, servindo no 23º Batalhão de Caçadores, encarregado do Paiol da Pólvora, em Lagoa Seca, Fortaleza.

Nomeado Prefeito Municipal de Aracati por decreto de 9 de dezembro de 1931, deixou o cargo para assumir a Delegacia Especial da 3ª Zona Policial do Estado, por decreto de 27 de janeiro de 1932. Abandonou essas funções seguindo com a Força Policial do Estado, a fim de combater a revolução constitucionalista em São Paulo, sob o comando do então capitão Olímpio Falconiére da Cunha. De volta ao Ceará, teve nomeação de Diretor do Departamento de Secas do Estado, por decreto de 9 de novembro de 1932. Designado Delegado Auxiliar do Estado, passou a responder pelo expediente da Chefatura de Polícia, de 22 a 24 de outubro, e de 4 a 9 de novembro de 1934.

Eleito deputado à Assembleia Constituinte, em 1935, sob a legenda do então Partido Social Democrático, posteriormente transformado em União Democrática Nacional. Teve

o mandato interrompido pelo golpe de 10 de novembro de 1937, revertendo, então, às fileiras do Exército, para, novamente, sob a mesma legenda, figurar na chapa de deputados à Constituinte de 1947, em que teve assento, como 2º suplente, de 19 de abril a 15 de maio, na vaga do deputado Manuel Gomes Sales.

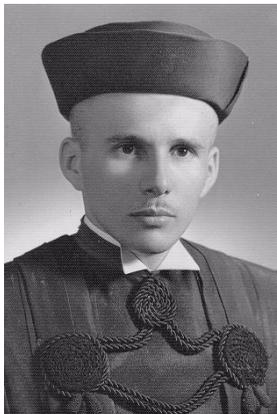
Reeleito para as legislaturas de 1951, 1955, 1959, 1963, pela UDN; 1967, 1971 e 1975, pela Arena (Aliança Renovadora Nacional). Presidente da Assembleia por dois períodos: 1951 e 1957. Primeiro vice-presidente em 1962, 1963, 1964 e 1966. Segundo secretário em 1952 e 1953. Substituiu o governador Virgílio Távora, por 15 dias, em 1966.

Fundador da Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Caucaia, entidade mantenedora do Hospital Maternidade Dr. Paulo Sarasate; do Centro Educacional de Caucaia, mantenedora do Colégio Janusa Corrêa.

Supervisor das Prefeituras da Zona Central do Estado; Presidente da Comissão de Abastecimento e Preços; Diretor do Departamento de Secas; Delegado Auxiliar de Fortaleza (SSP); Chefe da Casa Militar.

Homem resoluto, de fibra, disciplinado e cômico de suas obrigações, destacou-se como bravo defensor das lutas de combate à revolução constitucionalista em São Paulo nos idos de 1931. Honesto, combativo e sempre fiel aos seus superiores e comúncipes, teve uma carreira política de grande repercussão no nosso estado.

Sua nora, Maria Lúcia Corrêa, foi deputada estadual em quatro legislaturas (1979–1982, 1987–1990, 1991–1994 e 1995–1998); Inês Arruda, sua neta, foi eleita para Casa do Povo nas legislaturas 1999–2002, 2003–2006, renunciou para assumir a prefeitura de Caucaia (2005–2008) e assumiu como suplente na legislatura 2011–2014. Lívia Arruda, sua bisneta, assumiu cadeira no Parlamento estadual, eleita em 2006, para 27ª Legislatura.



Arruda Furtado

Partido de Representação Popular - PRP

FRANCISCO DE ASSIS DE ARRUDA FURTADO

Advogado. Décimo-quarto dos 21 filhos do casal Luiz Gonzaga Furtado e Maria Adelina de Arruda Furtado, nasceu a 10 de maio de 1923, em Senador Pompeu, sendo, à época, o cidadão mais moço com assento na Assembleia cearense, na condição de suplente do titular Aristides Ribeiro.

Aos cinco anos já estava matriculado, para estudos de primeiras letras, no tradicional Colégio Imaculada Conceição, de sua tia paterna, Maria Furtado.

A 27 de março de 1933, ingressou no Ginásio Domingos Sávio, de Baturité, dirigido pelos padres Salesianos, ali concluindo o curso primário em 1935. Em 1936, realizou exames de admissão ao curso ginásial, no Colégio 7 de Setembro, dirigido pelo professor Edilson Brasil Soárez.

Através de concurso público foi admitido na companhia Ceará Tramway, Light and Power Ltda., na função de auxiliar de escrita, com a remuneração inicial de Cr\$ 60,00 por mês, trabalhando, durante vários meses, como contínuo. Assim, aos 13 anos de idade, começou a trabalhar, para manter-se e auxiliar seus pais, cursando à noite, o Ginásio e o Pré-Jurídico.

Terminou o curso ginásial em 1940, e em 1941 matriculou-se no Pré-Jurídico, que concluiu em 1943, atirador da

Escola de Instrução Militar Nº 280, da Fênix Caixeiral, e declarado Reservista de 2º categoria do Exército. Em princípio de 1943 fez o exame vestibular ao curso de Bacharelado da Faculdade de Direito do Ceará, sendo classificado no 3º lugar. Em virtude das aulas diurnas, foi forçado a deixar o emprego da Ligth, passando a trabalhar no Gabinete da Agricultura e Obras Públicas. Em setembro do mesmo ano, foi designado para secretariar o concurso realizado para o provimento dos cargos de Escriurários dos quadros da Pasta e Departamentos que lhe eram subordinados. Em princípio de 1944, designou-o o interventor Menezes Pimentel a integrar a Comissão que procedeu à reorganização administrativa dos serviços públicos estaduais, origem do então Departamento do Serviço Público (DSP), em cuja função de Assistente de Pessoal foi admitido a 2 de outubro. Fez concurso, em abril de 1945, para o cargo de Técnico de Administração do Estado, sendo classificado em 3º lugar.

Por ato de 3 de novembro, do interventor Benedito Augusto Carvalho dos Santos, foi mandado servir no Gabinete do Secretário da Agricultura, a fim de orientar, na parte administrativa, uma reforma naquela Secretaria.

No seu tempo de ginasiano, Arruda Furtado participou do Centro Estudantil Cearense, de que foi secretário interino, do Clube Liceal de Estudos, dos centros literários Juvenal Galeno e Gustavo Barroso, e do Grêmio dos Estudantes Fenixtas, colaborando nas revistas *Folha Estudantal*, *A Idéia*, *7 de Outubro* e *Fênix*. Colaborou no jornal *O Nordeste*, do qual foi redator-comercial de 1944 a 1945, escrevendo para o semanário católico *A Verdade*, de Baturité, propriedade do seu tio Ananias Arruda.

Pertenceu às seguintes associações civis: Associação Cearense de Imprensa, Centro Acadêmico Clovis Bevilacqua, Clube de Literatura e Arte e Associação dos Servidores Públicos Estaduais, e às religiosas: Ação Católica Brasileira, de cuja Junta Paroquial do Patrocínio, foi secretário e presidente; Congregação Mariana Acadêmica, dos Padres Jesuítas, de que foi secretário; Sociedade de São Vicente de Paulo

(Conferência do Sagrado Coração de Maria, de que foi 2º secretário) e Arquiconfraria de Nossa Senhora do Carmo.

Em 1946, lecionou na cadeira de Fundamentos da Administração Pública, do curso de Administração do Estado. Professor do Serviço do Ensino Religioso da Arquidiocese, exerceu o magistério no Ginásio São José, de Fortaleza.

Diplomado 2º suplente do PRP, a 20 de fevereiro, no dia 26 foi convocado para substituir o deputado Raimundo Aristides Ribeiro, que requerera licença de 35 dias, a fim de participar, no Rio de Janeiro, da III Convenção Nacional do Partido, e em virtude de o 1º suplente, dr. Francisco de Assis Ferreira, ter feito parte, igualmente, do conclave na capital da República. No dia seguinte ao do compromisso, participou de duas importantes comissões: a Constitucional, e outra de estudo da situação da Ligth, a fim de apresentar ao governo sugestões relativa àquela companhia inglesa.

Como suplente do PRP, teve ativa participação na Constituição de 1947, como membro da Comissão Constitucional. Redigiu três capítulos do projeto de Constituição. Um desses capítulos foi o referente aos funcionários públicos, no qual consagrou, como regras constitucionais, vários institutos anteriormente constantes apenas da legislação ordinária, como férias de trinta dias, licença à gestante, gratificação adicional por tempo de serviço, salário-família, licença especial e isenção de impostos para aquisição da casa própria. Redigiu, ainda, o capítulo referente à Polícia Militar, que não existia nas Constituições anteriores, proposta de sua autoria.

No curso de seu curto mandato, foi co-autor da proposta que mandava apor, no Plenário da Assembleia, a imagem de Cristo Crucificado, o que foi aprovado, tendo sido feita a entronização em sessão solene, por Dom Antônio de Almeida Lustosa. Essa iniciativa recebeu a desaprovação da bancada comunista.

Mesmo fora das atividades parlamentares, continuou ligado à história das Constituições cearenses, visto que participou, como representante do Poder Executivo, da comissão

composta por Mauro Benevides, Barros dos Santos, José Napoleão e Weimar Silva Thé, para a redação do projeto da Constituição Estadual de 1970.

Na esfera administrativa, ocupou importantes cargos e funções, como, entre outros, os de Procurador do Tribunal de Contas dos Municípios, Consultor Geral do Estado, Diretor Geral do Tribunal Regional do Trabalho - 7ª Região, e membro dos conselhos Estadual de Educação e Seccional da Ordem dos Advogados, e da Comissão de Acumulação de Cargos.

Pertenceu a várias entidades, entre as quais o Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras Jurídicas, Academia Cearense de Retórica, Instituto dos Advogados do Brasil, Associação Cearense de Imprensa, Instituto Latino Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social (Argentina).

Participou, como conferencista, de congressos e seminários nacionais e internacionais, e autor de vários livros.



Honório Correia

Partido Social Progressista - PSP

HONÓRIO CORREIA PINTO

Doutor em Medicina. Nasceu em Fortaleza, a 17 de setembro de 1912, sendo seus pais Francisco Xavier Pinto e Fideralina Augusta Pinto. Faleceu a 20 de dezembro de 1988.

Fez o curso primário no Colégio Cearense, e os estudos preparatórios no Ginásio da Bahia. Coursou medicina na Faculdade daquele Estado, pela qual se formou a 5 de dezembro de 1935, tendo defendido tese sob o título *Oftalmologia*, ramo ao qual se dedicou e especializou-se, tendo colaborado com artigos na *Revista Oftalmológica*, do Rio de Janeiro.

Além da sua intensa clínica, o dr. Honório Correia desempenhou atividades médicas na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos do Estado e na Legião Brasileira de Assistência, onde chefiou o serviço de oftalmologia e otorrinolaringologia.

Figura de destaque nos círculos sociais e associativos de Fortaleza. Eleito 1º suplente do Partido Social Progressista, e, nesse caráter, convocado a tomar assento na Constituinte, a 14 de abril, em substituição ao deputado Péricles Moreira da Rocha, que requerera licença.

Após 1950, optou por não mais exercer nenhum cargo público; prestando assessoramento ao seu irmão José Correia Pinto, eleito deputado estadual por três legislaturas consecutivas: 1959, 1963 e 1967.

Continuou clinicando para a Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários, LBA, Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Estado e no seu próprio consultório.

Afastou-se definitivamente das lides políticas e profissionais em 1985, deixando uma larga folha de serviços prestados à comunidade, tanto como homem público quanto na condição de médico competente, humanitário e dedicado, sobretudo às populações mais humildes.

BIBLIOGRAFIA

- ◆ Atas da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, compreendendo o período de 1947 a 1950. (Setores de Arquivo e de Informação e Documentação da Assembleia)
- ◆ Almeida, Assis; Pontes, Fernando. **Enciclopédia da política cearense 1947–1998: A - Z**, Fortaleza: Premium, [s.d].
- ◆ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Cinquentário da Carta Magna estadual 1947–1997**. Fortaleza, INESP, 1997.
- ◆ Barroso, Parsifal. **História da política do Ceará: 1889–1954**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1984.
- ◆ Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. **Primeiras eleições e acervo documental do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**. Fortaleza: TRE-CE, 2007.
- ◆ Castelo, Plácido Aderaldo. **História política do Ceará: Dois capítulos**. Fortaleza: Editora Jurídica, [s.d].
- ◆ Diários Oficiais do Poder Legislativo, sítio da Casa Civil do Governo do Estado do Ceará – www.casacivil.gov.br/diario-oficial.
- ◆ DIÓGENES, Osmar. **Os partidos políticos no Brasil**. Fortaleza, Assembleia Legislativa, 1976.
- ◆ Guimarães, Hugo Victor. **Deputados provinciais e estaduais do Ceará: assembleias legislativas 1835–1947**. Fortaleza: Jurídica LTDA, 1948.
- ◆ Montenegro, Abelardo. **História dos partidos políticos cearenses**. Fortaleza: [s.n], 1965. 129 p.
- ◆ MOTA, Aroldo. **História política do Ceará (1945–1985)**. Fortaleza, Stylus Comunicações, 1985.
- ◆ NOBRE, Geraldo. **Democracia à prova: Legislativo estadual cearense (1947–1997)**. Fortaleza, INESP, 1998.

- ◆ OLIVEIRA, José Cláudio de. **Estórias dos que fizeram a história.** Fortaleza, Gráfica O POVO S/A, 1986.
- ◆ SAMPAIO, Dorian. **Anuário do Ceará.** Coleção.
- ◆ Santos, Arnaldo; Leitão, Juarez. **Verbo cívico:** Visão histórico-sociológica da Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Expert, 2002.
- ◆ Vasconcelos, Raimundo Elmo. **O paço da assembléia e a vida parlamentar cearense de 1817 a 1977.** Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1977.
- ◆ Tribunal Regional Eleitoral.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta fâmula
— Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a dava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Música de Alberto Nepomuceno

Letra de Tomás Lopes

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que tua glória conta!
Terra, o teu nome e a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha – esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada, ao vê-
Jas
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de florir nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.

Seja teu verbo a voz do coração,
verbo de paz e amor do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
e foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que no seu barco seja um nada
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros!

Sim, nós te amamos, em aventuras e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florir em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
selvas e rios, serras e florestas
Brotem no solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal
sobre as revoltas águas dos teus mares!
E desfraldado diga aos céus e aos mares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi na paz da cor das hóstias brancas!

HINO DA CIDADE DE FORTALEZA

Música de Antônio Gondim

Letra de Gustavo Barroso

Junto à sombra dos muros do forte
A pequena semente nasceu.
Em redor, para a glória do Norte,
A cidade sorrindo cresceu.
No esplendor da manhã cristalina,
Tens as bênçãos dos céus que são teus
E das ondas que o sol ilumina
As jangadas te dizem adeus.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

O emplumado e virente coqueiro
Da alva luz do luar colhe a flor
A Iracema lembrando o guerreiro,
De sua alma de virgem senhor.
Canta o mar nas areias ardentes
Dos teus bravos eternos canções:
Jangadeiros, cabocios valentes,
Dos escravos partindo os grilhões.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

Ao calor do teu sol ofuscante,
Os meninos se tomam viris,
A velhice se mostra pujante,
As mulheres formosas, gentis.
Nesta terra de luz e de vida
De estiagem por vezes hostil,
Pela mãe de Jesus protegida,
Fortaleza, és a flor do Brasil.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

Onde quer que teus filhos estejam,
Na pobreza ou riqueza sem par,
Com amor e saudade desejam
Ao teu selo o mais breve voltar.
Porque o verde do mar que retrata
O teu clima de eterno verão
E o luar nas areias de prata
Não se apagam no seu coração.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

Inesp

George Lopes Valentim
Presidente

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo
Coordenador

**Cleomarcio Alves (Marcio), Francisco de Moura,
Hadson França e João Alfredo**
Equipe Gráfica

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Equipe de Produção Braille

Carol Molfese e Mário Giffoni
Equipe de Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)
Equipe de Design Gráfico

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios
Equipe de Revisão

Site: www.al.ce.gov.br/inesp
E-mail: inesp@al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-3701
Fax: (85) 3277-3707



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, CEP 60170-900, Fortaleza, Ceará,
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500